

GUIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

**Conhecendo os índices de
violências na primeira infância
para tecer novos caminhos**



REALIZAÇÃO



PARCERIA



PRODUÇÃO

Movimento de Mulheres em São Gonçalo
Projeto Tecendo Redes na Primeira
Infância

EQUIPE TÉCNICA

Marisa Chaves de Souza

*Coordenadora Geral do MMSG e Autora do
Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância*

Cristiane Neves Pereira

*Coordenadora do Projeto Tecendo Redes na
Primeira Infância*

Thaís Dias de Souza Moratti

*Supervisora Técnica do Projeto Tecendo Redes
na Primeira Infância*

Assistentes Sociais:

Lívia Velasco dos Santos
Lucileia de Souza Baptista
Natália de Sousa Rocha

Estagiárias de Serviço Social:

Yasmin Vitória de Mello Araújo Gimenes
Victória do Livramento
Stephany da Silva Oliveira Ponciano
Sarah Emanuela Cavalcante Maia

APOIO

Programa Petrobras Socioambiental

Movimento de Mulheres em São Gonçalo

Endereço: Rua Rodrigues da Fonseca, nº 201 – Zé Garoto, São Gonçalo/ RJ – CEP: 24.440-110
Telefone: (21) 2606-5003/98464-2179
E-mail: movimentomulheres.mmsg@gmail.com
Site: www.movimentomulheres.com.br

Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância

E-mail: tecendoredesnaprimeirainfancia@gmail.com
Facebook: Tecendo Redes na Primeira Infância
Instagram: [@tecendoredesnaprimeirainfancia](https://www.instagram.com/tecendoredesnaprimeirainfancia)

Psicólogas:

Joiceane Machado Soares
Juliana Maciel
Natalya da Silva Jacintho
Rafaela Vieira Vitória Olaio Brito

Pedagoga

Érica Lírio da Cunha Ferraro Macêdo

Educadoras Sociais

Ana Cristina Pedro Brito
Marcia Natalina de Paula

Especialista em Mídias Sociais

Lucas Ramonn Ferreira da Silva

Equipe de Apoio

Viviane Moura dos Santos
Assistente Administrativo

Rafael Dias da Costa Filho
Motorista

Aline Kalua

Voluntária de Comunicação e Mídia



GUIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

*Conhecendo os índices de violências
na primeira infância para tecer
novos caminhos*

The background is a solid red color with a repeating pattern of stylized flowers. The flowers are in two colors: white and a darker shade of red. They vary in size and orientation, creating a dense, decorative texture. Some flowers are simple five-petaled shapes, while others are more complex, resembling roses or larger blossoms.

*“Toda criança do mundo deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo
Contra os rigores da vida”.*

Ruth Rocha

SUMÁRIO

05	Apresentação
08	1 - Introdução
12	2 - O Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância e o atendimento às demandas de violências domésticas e sexuais nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí
19	3 - Primeira Infância e Proteção Social em São Gonçalo e Itaboraí
20	3.1 - São Gonçalo
21	3.1.1 - Primeira Infância Gonçalense
21	3.1.2 - Indicadores de Saúde
24	3.1.3 - Indicadores de Educação
24	3.1.4 - Indicadores de Violência Contra Crianças
35	3.1.5 - Sistema de Garantia de Direitos em São Gonçalo
49	3.1.6 - Destaques da Intersetorialidade para a Primeira Infância e Proteção Social Especial de São Gonçalo
51	3.2 - Itaboraí
52	3.2.1 - Primeira Infância Itaboraiense
52	3.2.2 - Indicadores de Saúde
52	3.2.3 - Indicadores de Educação
53	3.2.4 - Indicadores de Violência Contra Crianças
60	3.2.5 - Sistema de Garantia de Direitos em Itaboraí
73	3.2.6 - Destaques da Intersetorialidade para a Primeira Infância e Proteção Social Especial de Itaboraí
75	4 - Da Realidade dos Dados ao “Como Prevenir Violências na Primeira Infância?”
76	4.1- Conhecimento das Principais Legislações de Proteção às Crianças e Adolescentes - Do Eca aos Dias Atuais
80	4.2 - Cuidado e Proteção: a importância da prevenção às violências na Primeira Infância está intrinsecamente relacionada também a fatores de cuidados e proteção
83	4.3 - Compreender as intersecções dos indicadores sociais: recortes de gênero, raça/cor, território
91	4.4 - Reconhecer os direitos da criança de 0 a 6 anos protegidos pelo Marco Legal da Primeira Infância
92	4.5 - Afetividade e Fortalecimento de Vínculos
95	4.6 - Estimular e Promover a Parentalidade Positiva
97	4.7 - Cuidar de quem cuida
107	4.8 - Intersetorialidade
112	5. Considerações finais
115	6. Referências Bibliográficas

APRESENTAÇÃO

O Movimento de Mulheres em São Gonçalo, através do Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância, disponibiliza o Guia da Primeira Infância aos profissionais inseridos nos serviços que integram as redes de proteção social dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí e a população em geral. O presente material traz um diagnóstico situacional sobre as violências domésticas e discorre acerca da proteção social na Primeira Infância dos dois municípios, a saber: São Gonçalo e Itaboraí. Sendo este o resultado de um processo de coleta e análise dos dados colhidos a partir de fontes oficiais como o Disque 100, IBGE, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Datasus, Dossiê Mulher/ISP e SINAN/MS - quanto de dados das redes de proteção dos dois municípios parceiros.

O Guia da Primeira Infância será uma ferramenta que auxiliará no conhecimento do fenômeno da violência e temas transversais que envolvem a promoção de cuidados, a prevenção em maior escala e a proteção de crianças de 0 a 6 anos de idade, bem como permitirá conhecer a organização dos serviços que integram o Sistema de Garantia de Direitos de tais municípios, com destaque aos aspectos intersetoriais relevantes para a primeira infância protegida. Este Guia da Primeira Infância é um dos instrumentos que compõem o plano de ação do Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância e tem por objetivo ampliar conhecimentos e analisar dados dos dois municípios, nos quais o projeto tem atuado através dos Núcleos Especiais de Atendimento à Criança vítima de Violência Doméstica e Sexual na Primeira Infância - os NEACAs - para a redução dos agravos físicos, psíquicos, sociais, cognitivos e outros em potencial. Tais intervenções são realizadas a partir do trabalho de equipe multidisciplinar composta por: Assistentes Sociais, Psicólogas, Pedagogas e Educadoras Sociais e prevê ações de promoção, prevenção e garantia integral dos direitos sociais na Primeira Infância. As intervenções são planejadas sob os vieses da interdisciplinaridade e intersectorialidade envolvendo as equipes das demais instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos - SGD das cidades supracitadas, e de outras que se façam necessárias, para atender as demandas apresentadas.

O trabalho de pesquisa de campo foi realizado pelos profissionais que compõem o Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância - TRPI, cujo apoio financeiro foi concedido pela Petrobras. E com esta publicação renovamos o compromisso institucional de defesa dos direitos humanos de crianças na primeiríssima e primeira infância, sobretudo por acreditarmos no fortalecimento das redes locais de proteção à criança e na articulação regional das ações de prevenção e serviços de atendimento para a efetivação das políticas sociais de garantia de direitos.

Com efeito, compreende-se que através das redes locais e regionais fortalecidas será possível criar uma rede estadual e nacional de proteção e enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação infantojuvenil, na busca pela consolidação da democracia e da inclusão social; essenciais para uma sociedade participativa, justa, transparente e com respeito às diversidades.

Desejamos boa leitura e que os conhecimentos contidos neste guia possam sensibilizar os gestores públicos para investirem recursos orçamentários e financeiros que permitam a ampliação das políticas sociais, bem como servir de ferramentas úteis no cotidiano de práticas de cuidado em direção à superação das condições de opressão, dominação e sofrimento que decorrem das violações e violências domésticas e/ou sexuais que comumente são praticadas contra as crianças nos dias atuais; como demonstram os dados ora apresentados.

Atenciosamente

Marisa Chaves de Souza
Coordenadora Geral do Movimento de Mulheres em São Gonçalo
Autora técnica do Projeto Tecendo Redes na primeira infância

A INSTITUIÇÃO



O Movimento de Mulheres em São Gonçalo é uma entidade organizada da sociedade civil sem fins lucrativos de utilidade pública municipal e estadual, com CEBAS desde 2015. Surgiu a partir da mobilização de mulheres gonçalenses em defesa dos direitos humanos e pelo enfrentamento a todas as formas de violências e discriminações, sobretudo contra mulheres.

Fundada em 1989, a organização desenvolve ações de controle social sobre as políticas públicas, defesa de direitos humanos de crianças, adolescentes e mulheres, prevenção às IST/HIV-AIDS, promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, assistência às pessoas com HIV/AIDS e seus familiares, assim como a capacitação de gestores públicos, conselheiros de direitos e tutelares, servidores públicos e lideranças comunitárias que integram as Redes de Proteção Social. Os princípios que norteiam as ações da entidade são a democracia, a transparência na gestão e na aplicação dos recursos, a participação cidadã do (a) usuário(a)s e a intersectorialidade no trabalho em redes.

A instituição desenvolve projetos e serviços voltados à população mais vulnerável e atua no município de São Gonçalo desde 1989. No município de Itaboraí, contemplado nesta proposta, a instituição atua desde 2013, através dos projetos Articulando Redes Locais e ampliando o Sistema de Garantias de Direitos e pelo projeto Tecendo Redes: Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes, que atuou de 2017 a 2020 no enfrentamento à violência doméstica e/ou sexual na área de abrangência do Projeto - Rota 3 da Petrobras. O projeto Tecendo Redes realizou um estudo para analisar o fenômeno da violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes na área supracitada, tendo como objetivo contribuir para a definição de estratégias de enfrentamento, proteção e defesa de crianças e adolescentes. No que se refere ao histórico de participação em redes, conselhos de direitos e outras interfaces estatais, vinculadas à temática do enfrentamento à violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, o Movimento de Mulheres tem uma vasta experiência, seja através da atuação nos fóruns da Sociedade Civil sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes, nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais da Criança e do Adolescente, na atuação sistemática junto aos Conselhos de Direitos Municipais e Estaduais de Defesa dos Direitos (CEDCA, CEAS, CEDIM, CEDEPI, CONSPERJ e Direitos Humanos) nos quais possui assento na maioria deles, bem como nas audiências públicas convocadas pelos poderes executivo e legislativo destinadas a discussão da referida temática ou transversais.

1 – INTRODUÇÃO

A violência na Primeiríssima e Primeira Infância tem sido fator desafiador nas intervenções interdisciplinares e intersetoriais que vão desde as ações de prevenção à proteção e promoção dos direitos de crianças de 0 a 6 anos de idade.

A Primeiríssima e a Primeira Infância passaram a ser temas de investimento social e econômico muito recentemente e, embora existam estudos científicos realizados pela Psicologia, Neurociência, Pedagogia e Psicanálise, precisamos avançar na disseminação de informações e formações a respeito dessa fase da infância tão cheia de peculiaridades e especificidades. Por isso a importância de visibilizar, pesquisar e conhecer, a fim de embasar ações voltadas para a garantia do direito de ter condições de vida digna e livre de violações e violências, fundamental para uma vida saudável com destaque para esta fase da vida, considerada a mais importante para o desenvolvimento da vida humana conforme apontam os estudos acerca da temática.

Atualmente é possível encontrar pesquisas e estudos voltados a desvendar os caminhos do desenvolvimento infantil pleno e o impacto da falta de investimentos afetivos, vinculares, protetivos, sociais e econômicos tanto para o presente quanto para o futuro do ser humano. Pesquisas e estudos também apontam a importância das experiências positivas, as quais trazem sensações de bem-estar, satisfação, admiração, acolimento, amparo, segurança e confiança para o desenvolvimento das habilidades que toda criança, ao nascer, traz consigo. Nessa concepção, toda criança tem potencial para o desenvolvimento, cabendo a nós, sociedade, garantir o acesso aos fatores necessários a cada uma, para desenvolver esse potencial. Com isso, experiências negativas nessa fase da vida humana - as quais trazem sensações de mal-estar, desamparo, insegurança, medo, tristeza intensa, desvinculação, abandono, dor, indiferença, impactam profundamente, podendo interferir significativamente no desenvolvimento neurológico, psíquico, emocional e social.

É nessa via que passamos a compreender que violências domésticas e sexuais contra crianças, assim como situações de estresse tóxico¹, trazem a vivência precoce de situações que elevam o nível de tensão emocional infantil, invadindo-as, causando desorganização, insegurança, mal-estar e traumas, os quais exigem investimento de sua energia para a contenção, energia essa que deveria ser investida no desenvolver das suas habilidades próprias da idade como a aprendizagem da linguagem, do controle motor, da leitura, da escrita, da socialização, da autoestima e da autonomia.

¹ Estresse Tóxico: Situações estressantes crônicas (ambientes desfavoráveis, negligência, abuso ou maus-tratos) causam respostas biológicas que afetam o desenvolvimento das crianças e podem, inclusive, prejudicar a arquitetura do cérebro e provocar impactos negativos em diferentes órgãos e sistemas. Fonte: Primeira Infância em Pauta. A criança e o seu Desenvolvimento: o estresse na infância. <https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-estressa-na-infancia.html> Acesso em 05/12/2022,

Parece não caber na nossa imaginação que crianças tão pequenas possam de fato estar expostas a experiências tão prejudiciais à sua existência, sobretudo em seus lares e vínculos familiares. No entanto, somos afetados diariamente por essa realidade tão dura e angustiante, em nossos fazeres profissionais, em nossa convivência social, através das redes e mídias digitais. No entanto, é *sine qua non* interpretar o contexto social, cultural e histórico que favorecem as ocorrências de violências contra as mulheres, por conseguinte e pelas mesmas fundamentações estruturalizantes, afetam diretamente as crianças nesta sociedade.

A violência é um fenômeno presente em diferentes sociedades e, há séculos, manifesta-se de diversas maneiras em distintos segmentos/sujeitos sociais. Persistindo até os dias atuais, o fenômeno da violência é, assim, expressão histórico-social, estando circunscrita e contingente aos mais diferentes momentos históricos e formações coletivas, sendo, inclusive, direcionada a determinados grupos e corpos sociais a depender da conjuntura em cena. Ademais, cabe ressaltar que a violência desumaniza o sujeito contra quem é dirigida, transformando-o em objeto e lhe afetando física, cultural, psíquica, econômica e socialmente. De acordo com o Ministério da Saúde², Vários estudos relataram que as crianças vítimas de violência têm risco aumentado de se tornarem adultos violentos, o que reforça a necessidade de intervir durante a primeira infância para reduzir a propagação de comportamentos violentos nas famílias. Por exemplo, programas de educação para pais com o objetivo de promover habilidades de parentalidade positiva e resolução democrática de conflitos familiares têm demonstrado benefícios de longo prazo para as crianças, como melhora de conquistas acadêmicas, de habilidades sociais e de comunicação, e redução de comportamentos agressivos³.

No entanto, nesta perspectiva não se pode analisar o contexto das violências domésticas contra a criança e seus resultantes deslocados da sua inserção social macro, mas sim enquanto um fenômeno complexo (re)produzido na coletividade permeada por expressões cotidianas de opressão, que impõe aos “corpos” determinada experiência de existência de acordo, sobretudo, com o gênero, a classe social e a raça/cor. Isto implica em não reduzirmos a violência doméstica para a categoria de vivência de indivíduos e suas famílias. Posto isto, “Para Arendt (1994) e Vázquez (2007), a ação violenta nas relações sociais e interpessoais é um meio utilizado pelo sujeito com a finalidade de se sobrepor ao outro, de transformá-lo em objeto. Não se pode menosprezar também o fato de que seu desenvolvimento no contexto doméstico está relacionado a fatores sociais mais amplos e objetivos que se vinculam a relações assimétricas de poder e força, bem como à divisão da sociedade em classes, nas quais se manifestam a dominação e subordinação de uns sobre os outros. Entretanto, essas relações, marcadas pelo conflito, não são naturais, mas naturalizadas e justificadas histórica e socialmente (Martín-Baró, 1990; 2003) por meio de discursos que defendem o uso da violência como estratégia educativa e de dominação dos adultos sobre as crianças

² FONTE: Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. <https://bvsmms.saude.gov.br/12-a-18-10-semana-nacional-de-prevencao-da-violencia-na-primeira-infancia/> Acesso em 11/12/2022.

³ FONTE: Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. <https://bvsmms.saude.gov.br/12-a-18-10-semana-nacional-de-prevencao-da-violencia-na-primeira-infancia/> Acesso em 11/12/2022.

e adolescentes, prática que se reproduz ao longo de gerações e que revela o processo multigeracional do fenômeno” (BARROS & FREITAS, P. 103:2015)⁴.

Por isso, a importância deste material - Guia da Primeira Infância - que apresentará informações levantadas junto aos sistemas dados oficiais sobre a Primeira Infância nos municípios de Itaboraí e São Gonçalo, com vistas a contribuir com o melhor entendimento dos contextos demográficos, sanitários, sociais, econômicos, escolares e de notificações de violências que impactam as vidas de famílias que possuam crianças, com especial destaque, para a faixa etária de 0 a 6 anos. O objetivo foi, também, subsidiar as ações do projeto de forma a instrumentalizar o planejamento e as consultorias especializadas que o mesmo oferece às instituições parceiras que integram as redes sociais de proteção. Acredita-se que os diagnósticos sejam ferramentas úteis aos gestores e Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente das duas cidades, no momento em que venham a propor políticas públicas de promoção dos direitos humanos desse segmento populacional.

O Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância buscou realizar também o diagnóstico situacional de crianças na idade de 0 a 6 anos de idade através dos dados fornecidos pelas instituições parceiras, bem como através do levantamento de fontes oficiais, como o Disque Direitos Humanos, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Censo MCA do Ministério Público, IBGE, VIVA/MS e Datasus. Foi identificada a dificuldade na atualização ou levantamento de dados pelos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos de ambos os municípios. No entanto, alguns órgãos forneceram ao projeto, a partir das parcerias estabelecidas, dados estatísticos solicitados, enquanto outros não têm conseguido atender ainda, principalmente os órgãos e serviços que integram a política pública de assistência social da cidade de Itaboraí.

Algumas articulações foram importantes para o levantamento de dados, dentre as quais destacamos a Reunião de Fluxo da Promotoria da Infância e Juventude e os CREAS de São Gonçalo, com especial destaque aos dados que sinalizam a ocorrência de violência infantojuvenil. Outra articulação relevante foi com as Secretarias de Educação de São Gonçalo e Itaboraí, visando o levantamento de dados a respeito da prevenção de violências e promoção dos direitos infantis. Assim, elaboramos uma ficha online para as profissionais preencherem e participarem dessa pesquisa, com respostas de múltipla escolha, que apresentam as seguintes perguntas: Escola que trabalha; Bairro da escola que trabalha; Município da escola que trabalha; Função que exerce na escola; Qual a faixa etária das crianças com que trabalha? Já ouviu relatos das crianças sobre algum tipo violência doméstica que elas tenham sofrido? Você já suspeitou que algum aluno esteve e/ou esteja sofrendo algum tipo violência doméstica? Se já suspeitou, qual foi o tipo de violência doméstica? Você se sente capaz de lidar com esse tipo de situação? Se não se sente capaz, o que falta? Em uma situação de violência doméstica contra crianças como você atua? Quais canais você conhece para realizar denúncias, suspeitas ou confirmação de casos de violência doméstica? Você conhece a ficha SINAN? (Ficha de Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovocada - Ministério da Saúde, 2015).

⁴ BARROS, Amailson Sandro; FREITAS, Maria Fatima Quintal. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. Pensando Famílias, v.19, n.2, p.102-114, dez, 2015.

O início do Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância, que se deu ainda em tempos de pandemia da COVID 19, o qual, ciente que as vulnerabilidades e riscos sociais (entre os quais a violência doméstica e sexual) tiveram índices elevados nos momentos de isolamento social e das altas demandas exigidas para a proteção, principalmente de crianças de 0 a 6 anos e suas genitoras e/ou outras mulheres que exercem a centralidade no cuidado (avós, tias, etc) propôs em sua elaboração a proteção social na primeira infância, prevendo estratégias de articulação para o estabelecimento de parcerias entre instituições, visando à mobilização social dos municípios para a temática. Desta forma, nas reuniões interinstitucionais realizadas pelo projeto, com órgãos públicos e sociedade civil, os encontros dos profissionais do projeto com atrizes e atores do Sistema de Garantia de Direitos aconteceram na medida em que houve a promoção da reflexão acerca das fragilidades e forças presentes na proteção e garantia dos direitos infantis, do debate acerca de como podemos caminhar juntos para o fortalecimento da rede que atende, cuida, protege e garante direitos.

Estes encontros possibilitaram o conhecimento da abordagem dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e Proteção Social dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, no que tange à temática de trabalho do Tecendo Redes na Primeira Infância, que trata da proteção social e atenção à crianças de 0 à 6 anos de idade em situação de violência doméstica e/ou sexual. Neste percurso inicial, a equipe do projeto esteve atenta para compreender o fluxo da rede no atendimento às crianças vítimas de violência, o fluxo de notificação compulsória de agravos e violências, bem como o uso da Ficha SINAN, 2015 - Ministério da Saúde em consonância com Portaria GM/MS nº 1271/2014, quantidade de equipamentos, como as equipes lidam com as violências intrafamiliares, além de como se posicionam frente à implantação de um núcleo especializado e o impacto da violência doméstica nos dois municípios.

Buscou-se, ainda, promover a inserção do Projeto nos espaços de discussão a respeito da Primeira Infância, fluxos de atendimento, espaços deliberativos e de garantia de direitos da criança. Assim, participamos do Grupo de Trabalho da Primeira Infância e Reunião de Fluxo da Promotoria da Infância de São Gonçalo, como também realizamos consultoria especializada para o colegiado do CMDCA de Itaboraí. Foi possível realizar, ainda, a atualização de endereços e contatos de equipamentos dos dois municípios e ter acesso aos dados do diagnóstico realizado pelo CMDCA São Gonçalo a respeito da Primeira Infância gonçalense. Solicitamos o acesso aos dados do Disque Direitos Humanos e Disque 100 para a compreensão da incidência da violência contra a criança no estado do Rio de Janeiro.

Desta forma, pretendemos contribuir para dar visibilidade às temáticas da violência doméstica e a Primeira Infância, a última ainda com menor produção de pesquisa e conhecimento na contramão da sua importância. No segundo momento propõe-se discutir a relação entre ambas, analisando, inclusive, as lacunas nas políticas de proteção social vigentes. Visto que as políticas sociais articuladas são de suma importância, tanto para o enfrentamento das violências e seus contextos com ações de promoção de direitos e preventivas como para o acolhimento integral especializado.



TECENDO REDES
NA PRIMEIRA INFÂNCIA

2 - Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância e o atendimento às demandas de violências domésticas e sexuais nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí

O Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância é uma ação pública de autoria do Movimento de Mulheres em São Gonçalo desenvolvida em parceria com a Petrobras, cuja proposta é atuar na política de proteção social especial e em defesa da garantia de direitos humanos de crianças de 0 a 6 anos.

Atendimentos Especializados a crianças vítimas de violência na Primeira Infância - NEACA São Gonçalo

Foi planejado pelo projeto Tecendo Redes na Primeira Infância promover a implementação da modalidade de atendimento especializado de crianças de 0 a 6 anos de idade que tenham sofrido violências domésticas e/ou sexuais, residentes no município de São Gonçalo, no **NEACA São Gonçalo – Núcleo Especial de Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e/ou Sexual** - localizado na sede da instituição executora e em desenvolvimento desde o ano de 2006. Assim, o projeto Tecendo Redes na Primeira Infância previa a ampliação do atendimento deste núcleo, com a inclusão de profissionais que deveriam compor a equipe interdisciplinar já existente: 01 assistente social, 01 psicóloga, 01 pedagoga e 01 educadora social.

A implementação da modalidade de atendimento especializado à Primeira Infância deveria atender 30 crianças de 0 a 6 anos e seus familiares.

Verificamos que os tipos de **violências mais identificados** até o momento pelo Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância implementado em São Gonçalo **são a Psicológica e a Sexual**. A violência psicológica, em sua maioria, é oriunda das violências domésticas sofridas pelas genitoras e que as crianças acabam por presenciar. Assim, **constatamos violências domésticas sofridas pelas mulheres cuidadoras da Primeira Infância**. Também identificamos mulheres vítimas de violências domésticas, mas que não conseguiram relatar episódios de violência contra os filhos(as). Dessa forma, optamos por criar o grupo de acompanhamento de “Prevenção”, que é composto por crianças de 0 a 6 anos de idade que vivem com mães ou outras cuidadoras que sofrem ou sofreram violências domésticas, enquanto suas genitoras/cuidadoras participam do Grupo Reflexivo para Mulheres na instituição.

Considerando que a violência psicológica está presente em todas as outras formas de violência, podemos verificar que **o cuidado psicológico é de extrema relevância**. A violência psicológica, que já desponta muito perceptivelmente nos dados, merece atenção e visibilidade.

A violência sexual também é bem expressiva na Primeira Infância em atendimento no projeto. **Verifica-se que a criança negra é a mais atingida pela violência doméstica, sendo possível verificar também, a partir dos atendimentos realizados, que os supostos agressores são pessoas de confiança das crianças e, em maioria, convivem ou conviveram com as mesmas**. O genitor desponta como principal suposto agressor, em termos de números. Nos casos que atendemos, a genitora aparece logo depois do genitor, assim como o padrasto. O genitor destaca-se, também, como os principais agressores psicológicos por serem, por vezes, também agressores de suas companheiras, expondo os filhos a situações de violências.

NEACA Itaboraí

Em Itaboraí, a implantação do Núcleo para atendimento especializado à criança vítima de violência - o **primeiro núcleo especializado no atendimento à violência doméstica do município**, inaugurado em janeiro de 2022, está em pleno funcionamento e já impacta positivamente a rede local para a atenção às crianças vítimas de violência, não somente à Primeira Infância, como vemos a seguir:

01	02	03	04
<p>O NEACA Itaboraí realizou a recepção de casos de violência doméstica e sexual que englobam a infância e adolescência encaminhados pelos órgãos de proteção e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do adolescente.</p> <p>A equipe do NEACA Itaboraí – Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância tem o compromisso de realizar atendimentos de triagem, funcionando como porta aberta e também recebendo demandas espontâneas. Faz-se o acolhimento inicial, estudo do caso e os encaminhamentos necessários para a proteção da criança e do adolescente vítima. Assim, um serviço especializado em violências pode contribuir com a rede e fortalecer ações de prevenção e promoção de direitos infantojuvenis;</p>	<p>O NEACA Itaboraí realiza notificações de violências e agravos contra crianças, adolescentes e mulheres à Vigilância Epidemiológica, contribuindo para as estatísticas relacionadas à violência e o debate de políticas públicas municipais</p>	<p>O NEACA Itaboraí realizou a identificação dos casos de suspeitas de violências contra crianças, despertando demandas reprimidas e contribuindo para a proteção e cuidados de crianças e adolescentes, inclusive na Primeira Infância;</p>	<p>O NEACA Itaboraí realizou encaminhamentos aos órgãos da rede para garantia dos direitos infantojuvenis</p>

No que se refere à atenção e proteção à Primeira Infância

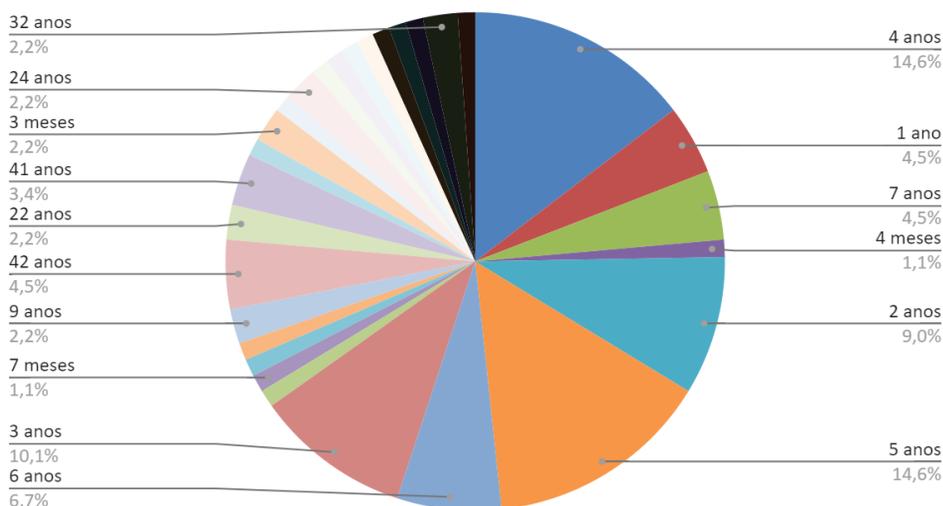
A implantação do NEACA Itaboraí tem proporcionado maior atenção aos casos de suspeitas de violências, realizando, então, encaminhamentos para avaliação psicossocial, além de dar visibilidade à importância de se notificar mesmo não havendo evidências “concretas” da ocorrência de uma violência, visando a proteção integral da criança conforme prevê o artigo nº13 do ECA/1990.

Assim, a equipe do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente Víctima de Violência Doméstica e/ou Sexual - NACA/Niterói - também executado pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo - passou a disponibilizar uma dupla de profissionais (Assistente Social e Psicóloga) quinzenalmente para atender na sede do NEACA/Itaboraí, como forma de viabilizar o atendimento às famílias com maior vulnerabilidade socioeconômica atendidas e residentes em Itaboraí, que demonstraram dificuldade de se deslocarem para Niterói - onde fica o NACA de referência para a população de Itaboraí - assim estão sendo realizadas a avaliação psicossocial, a partir da parceria entre os dois projetos.

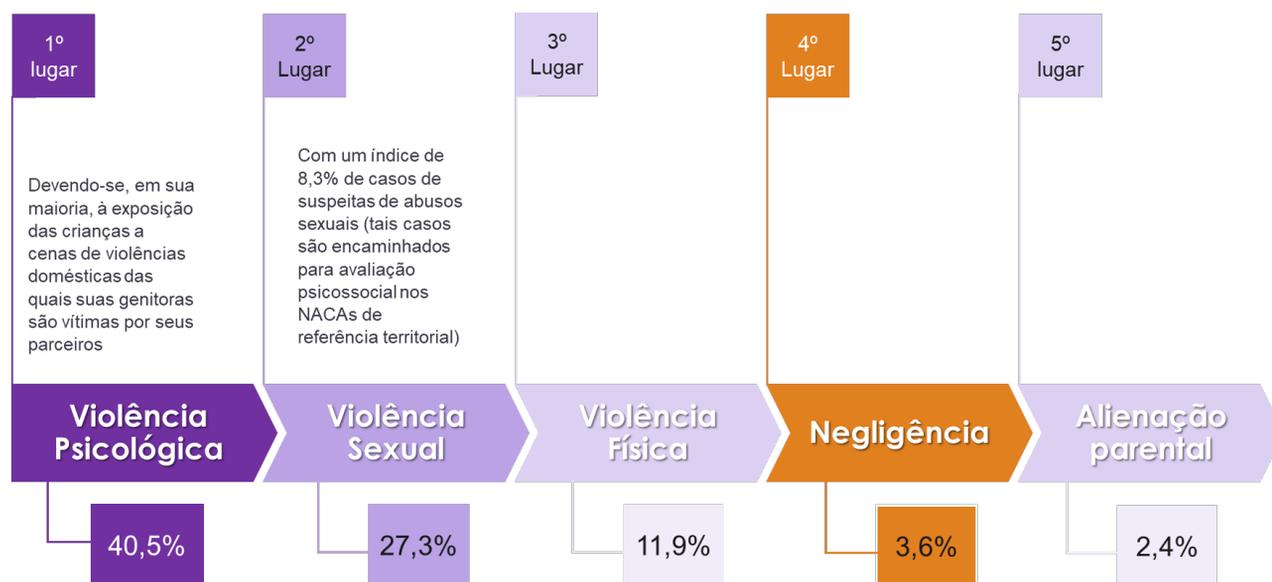
Os dois núcleos de atendimento especializados à crianças vítimas de violências na Primeiríssima e Primeira Infância - entre setembro de 2021 e dezembro de 2022, apresentam a abertura de 54 prontuários, sendo 34 prontuários no NEACA - São Gonçalo e 20 prontuários no NEACA - Itaboraí (tendo Itaboraí iniciado o atendimento em 13 de janeiro de 2022, posterior ao núcleo de SG).

Através do gráfico abaixo, é possível verificar a quantidade de pessoas atendidas por prontuário, ou seja, a quantidade de crianças e familiares atendidos por caso. Isso mostra-nos que a violência atinge a família como um todo, cabendo a atenção especializada não somente à criança na primeira infância, mas a todos que de alguma forma são impactados por esta realidade. Cabe abordar aqui o número de irmãos das crianças que são perfil do projeto, ou seja, de 0 a 6 anos de idade, uma vez que cada núcleo estende a atenção às crianças e/ou adolescentes irmãos das crianças na primeira infância. Assim, analisando os números dos atendidos segundo a faixa etária, temos 64 crianças de 0 a 6 anos de idade; 20 crianças/adolescentes entre 7 e 18 anos incompletos e 45 familiares em atendimento.

Contagem de DADOS DA CRIANÇA/IDADE



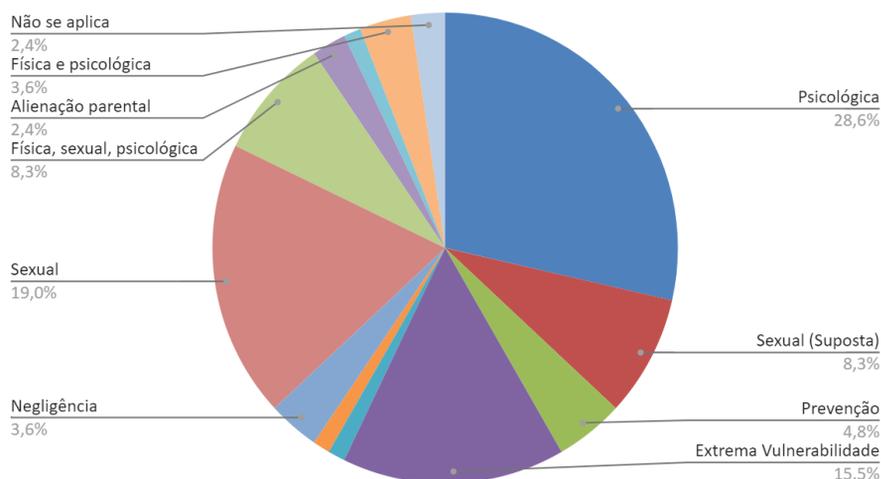
Dos atendimentos realizados, todos são casos de violência doméstica envolvendo a criança na Primeira Infância, bem como outras crianças (irmãos) e genitora em sua maioria. Importante destacar que, dentre as crianças vítimas de violências atendidas nos núcleos, 26,9% têm entre 0 a 3 anos de idade, enquanto 35,9% têm de 4 a 6 anos. Nossos dados mostram:



Além disso, o projeto TRPI faz o atendimento a famílias em extrema vulnerabilidade e estas aparecem em 15,5%. Também realizamos um recorte ao atendermos mulheres que sofrem/sofreram violências e que têm filhos, principalmente na primeira infância, as quais não relatam violências sofridas pelas crianças, sendo estas acolhidas no projeto como ação de promoção de direitos e prevenção de violências em potencial, aparecendo em 4,8% dos números.

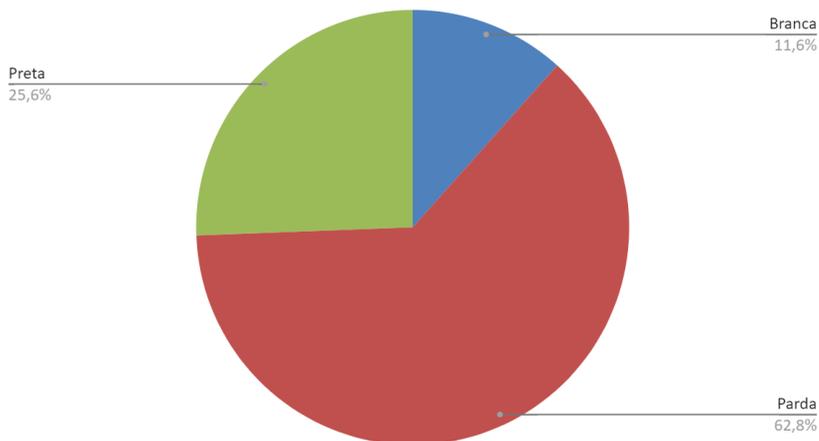
Nesse sentido, destaca-se atenção aos dados quanto à ocorrência de mais de um tipo de violência: física e psicológica; física, sexual e psicológica.

Contagem de DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA/TIPO DE VIOLENCIA



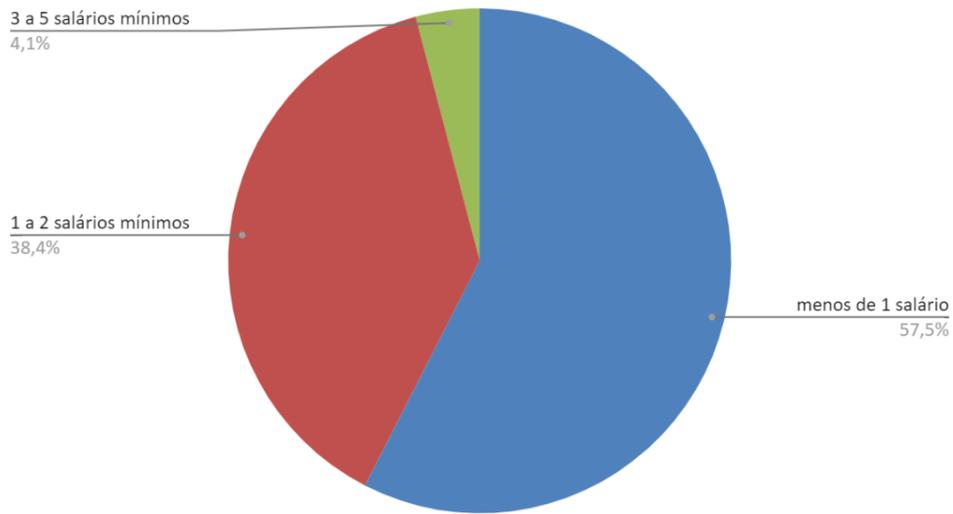
Com referência ao recorte de raça/cor, o perfil das crianças atendidas nos núcleos é de 88,4% da raça negra (25,6% pretas + 62,8% pardas) e 11,6% da raça branca. Pode-se inferir que a vitimização doméstica e sexual é maior entre as crianças negras, conforme também mostram as estatísticas das fontes oficiais.

Contagem de DADOS DA CRIANÇA/RAÇA/COR

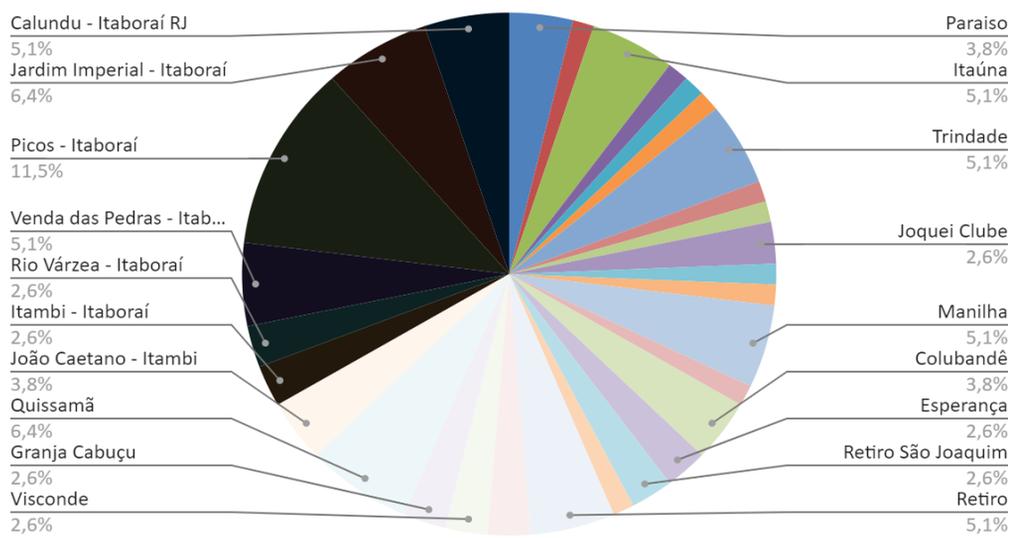


Com referência ao perfil dos responsáveis das crianças atendidas, caracteriza-se por ser majoritariamente feminina, negra (88,6% pretas e pardas), residentes em bairros afastados dos grandes centros e vulneráveis economicamente. Observa-se que as famílias atendidas em sua maioria, sendo 57,5% possuem renda menor que um salário-mínimo vigente (R\$1.212,00 - 2022) e outra parcela significativa com 38,4% possuem renda de um a dois salários-mínimos e por último a minoria com 4,1% de famílias possuem renda de três a cinco salários-mínimos. Cabe ressaltar, que em situações em que a violência doméstica é “anunciada” a maior parte das crianças ficam sob o cuidado central de um dos cuidadores, mulheres na maioria dos casos (mães/avós), que por vezes, o fazem sem o apoio dos genitores/ companheiros, e por isso sustentam seus filhos (as)/netos (as) com ou sem rede de apoio familiar com renda inferior as famílias que possuem mais de um cuidador (a) que compartilham renda.

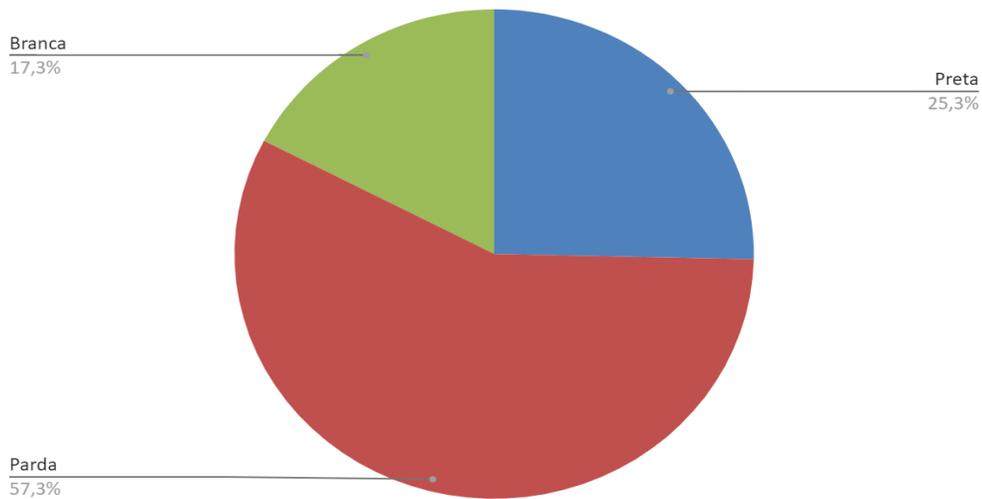
Contagem de DADOS DO RESPONSÁVEL /RENDA



Contagem de DADOS DO RESPONSÁVEL /BAIRRO



Contagem de DADOS DO RESPONSÁVEL /RAÇA/COR



3 - Primeira Infância e Proteção Social em São Gonçalo e Itaboraí⁵

Considerando que a Primeira Infância é um período de extrema importância na vida do ser humano, uma vez que nele se desenvolvem as estruturas e os circuitos cerebrais e, por consequência, as habilidades sociais e as capacidades cognitivo-linguísticas, essenciais na vida adulta, é fundamental que haja o investimento para quebrar ciclos de pobreza e violência e reduzir as desigualdades (UNICEF, 2022).

Diferentes áreas do conhecimento já comprovam cientificamente que os primeiros 6 anos de vida são fundamentais ao presente e futuro de cada criança e da sociedade. Nessa fase, o desenvolvimento é acelerado e importante, estruturante das bases para uma vida plena e saudável. Como exemplo, é nessa etapa que o cérebro de uma criança é capaz de se desenvolver em uma ordem de 700 novas conexões entre as células cerebrais – os neurônios – por segundo, não sendo tão eficaz e veloz nas idades posteriores aos 6 anos de idade, o que está definido como período das janelas de oportunidades.

Já que entre 0 e 6 anos de idade a criança está vivendo o tempo das maiores oportunidades para desenvolver-se, o ambiente no qual a criança está inserida, os estímulos que recebe, o afeto e as interações que troca com os adultos e também com outras crianças são de extrema relevância para que desenvolva todo o seu potencial para pleno desenvolvimento.

O ambiente é caracterizado pelas relações interpessoais, das quais as crianças dependem para se constituírem como sujeitos confiantes e seguros pela qualidade de amparo às suas necessidades existenciais de afeto, cuidado e satisfação.

Podemos compreender que dentro do período de desenvolvimento entre 0 e 6 anos de idade, o momento de maior desenvolvimento e o mais importante para a criança é o de 0 a 3 anos, nomeado como Primeiríssima Infância e caracterizado pela soma dos 270 dias da gestação aos 730 dias, até que o bebê complete dois anos de idade. Assim, nesse período, acontece o maior estirão de crescimento do ser humano. Além disso, esses são os anos fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas nervoso e imunológico, assim como para a formação de bons hábitos alimentares, que aumentarão as chances da criança se tornar um adulto saudável.

Estamos aqui nos referindo aos primeiros 1000 dias de vida da criança e, o fato de começar a contagem desses dias já na gravidez, é exatamente porque a gestação impacta na saúde física e emocional do feto. Desta forma, a saúde materna é de extrema importância, inclusive a psíquica e emocional, assim como as condições sociais para a manutenção de sua saúde biopsicossocial de maneira integral.

⁵ Informa-se: os dados estatísticos acerca da Primeira Infância do município de São Gonçalo foram levantados em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Subsecretaria de Proteção Especial.

Os princípios mais importantes dos primeiros mil dias são a nutrição, o afeto/cuidado e a estimulação adequada. Destarte, garantir o cuidado com a alimentação da mulher gestante, o aleitamento materno do bebê, os nutrientes necessários ao crescimento, o carinho, o afeto e o cuidado físico, os vínculos fortalecidos que podem ser estimulados através do “brincar juntos” (cuidador (a) e criança), são condições favoráveis para que o desenvolvimento infantil pleno, saudável e integral aconteça e alcance o seu máximo potencial. A salvaguarda de tais condições fundamentais é dever de todos, incluindo a família, a sociedade e o Estado, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

Dito isso, apresentamos alguns dados sobre a Primeiríssima e Primeira Infância de São Gonçalo e Itaboraí.

3.1 – SÃO GONÇALO

São Gonçalo é um município que compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e caracteriza-se como “cidade-dormitório”. Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população de São Gonçalo era de 999.728 habitantes; já em 2021, a população era estimada em 1.098.357 habitantes⁶. De acordo com o Datasus, São Gonçalo é o segundo município mais populoso da região metropolitana.

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social - 2022 a 2025⁷, no que se refere à economia, o PIB per capita de 2018 constitui-se de \$17.167,60, sendo o IDH Municipal de 0,739 (IBGE, 2010). No que tange o trabalho e renda, dados do IBGE (2010) apontam que, em 2019, o salário médio mensal era de 2.0 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava a posição 46 de 92. Já na comparação com municípios do Brasil todo, ficou na posição 2034 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 34.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 49 de 92 dentre os municípios do estado e na posição 3675 de 5570 dentre os municípios do Brasil.

Apresenta 81.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 34.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 28.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 34 de 92, 82 de 92 e 67 de 92, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 889 de 5570, 4722 de 5570 e 1292 de 5570, respectivamente.

⁶ FONTE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama> Acesso em 22/11/2022.

⁷ Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/plano-municipal-de-assistencia-social-versao-final.pdf>

Se analisarmos as estatísticas do IBGE, em relação aos dados informados de São Gonçalo, verificamos que na pirâmide etária, a porcentagem é de 21% de crianças de 0 a 14 anos em 2010, sendo 104.602 meninos e 102.092 meninas, perfazendo um total de 206.694 crianças e adolescentes. Já os jovens (compreendendo a faixa etária de 15 a 29 anos de idade) são 244.626, ou seja, 25% do total da população residente no município. Na outra ponta, entre os que têm 60 anos ou mais ocorre o oposto: os idosos são 12% dos habitantes de São Gonçalo em 2010.

3.1.1 - PRIMEIRA INFÂNCIA GONÇALENSE:

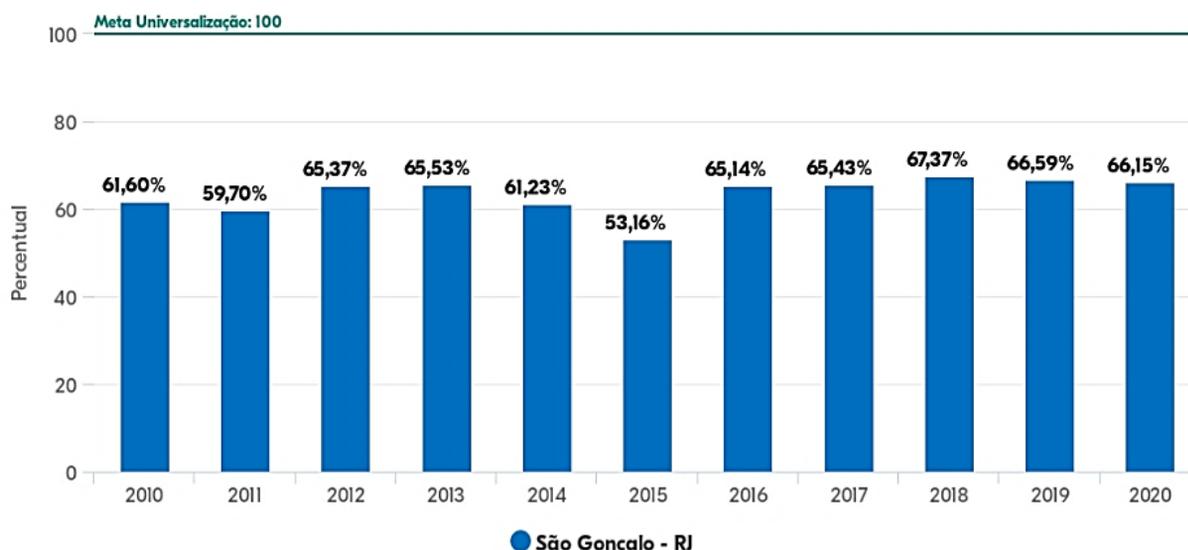
3.1.2 - INDICADORES DE SAÚDE

Com referência à população da Primeira Infância	A taxa de mortalidade infantil	Mortes por causas evitáveis na Primeira Infância	Óbitos
Através dos dados de nascidos vivos do IBGE entre os anos de 2020 e 2016 no município, localizamos um total de 41.704 crianças na faixa etária de 2 a 6 anos de idade, ou seja, 3,79% do total de habitantes no município, apresentando um índice de 5,16% de sub registros civis ao nascer	média na cidade é de 12,33 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 39 de 92 e 37 de 92, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2243 de 5570 e 3907 de 5570, respectivamente;	313 mortes por causas evitáveis na Primeira Infância em 2019 e 2020, entre crianças de 0 a 4 anos de idade. As causas evitáveis seriam: 29 mortes que poderiam ser evitadas com maior atenção à mulher na gestação; 08 mortes que poderiam ser evitadas com a maior atenção à mulher no parto; em relação à atenção ao recém-nascido, não foi possível acessar tais dados.	281 óbitos fetais em 2019 e 2020; 17 óbitos maternos em 2019 e 2020

O gráfico abaixo⁸ mostra a evolução do atendimento das famílias por equipes multidisciplinares e, ao mesmo tempo, a distância do município para a situação ideal (100%), segundo o levantamento da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Primeira Infância Primeiro acerca do município de São Gonçalo. Trata-se de um dado

⁸ FONTE: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal: [São Gonçalo - RJ - Primeira Infância Primeiro \(fmcsv.org.br\)](http://São Gonçalo - RJ - Primeira Infância Primeiro (fmcsv.org.br)) Acesso em 28/11/2022.

quantitativo, ou seja, mesmo municípios que já atingiram a universalização das visitas podem investir na melhoria da qualidade do serviço. Aponta-se, portanto, este indicador como crucial, tendo em vista que as equipes podem influir em várias políticas públicas ao mesmo tempo: alerta para risco de violência contra crianças, incentivo à matrícula na creche e aleitamento materno, cuidados contra obesidade etc.



Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Percentual de Cobertura de Equipe Saúde da Família na População total do Município Dados de cobertura nos meses de agosto entre 2010 e 2019 e de março para o ano de 2020. Coleta realizada em junho/2020. Link: <https://sisaps.saude.gov.br/painelsaps/saude-familia>

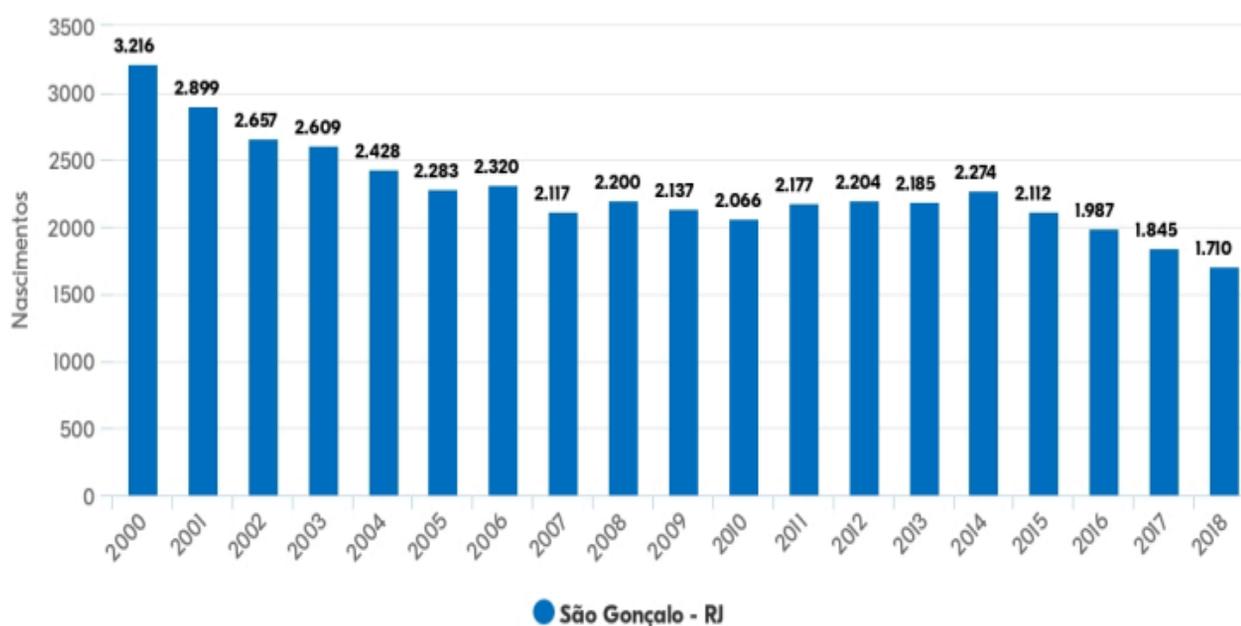
Outro indicador de saúde importante levantado e analisado por essa fundação é o total de partos de mães adolescentes (até 19 anos) por ano (2000 - 2018)⁹. Este indicador aponta para duas preocupações interligadas: a gravidez de adolescentes, que em grande parte dos casos não foi planejada, podendo impactar na vida escolar e nas condições sociais sua e do bebê, tendo em vista a menor estabilidade financeira das mulheres adolescentes, que em suma passam a depender de maior apoio familiar para garantir condições de sustento de seus filhos(as), bem como figuram na centralidade do cuidado com os bebês, visto que a responsabilidade da paternagem entre os homens, sobretudo na adolescência, é socialmente menos "cobrada" se comparado a maternagem em qualquer idade da vida da mulher, o que também expressa a cultura machista imposta; e a vulnerabilidade social desses casos, tendo em vista a sobrecarga das mulheres adolescentes gestantes em todos os níveis, como: psicológico, social, econômico e cultural, o que sugere que as dificuldades em oferecer cuidados necessários para os seus filhos(as) podem ser acentuadas. Tais estudos, de certa maneira, nos revelam a importância da educação sexual, para o reconhecimento do corpo e seu desenvolvimento, no que tange a sexualidade e os direitos sexuais e reprodutivos de meninas e meninos sem hierarquizações.

Para a promoção de direitos e prevenção de violências é fundamental, desde os primeiros anos escolares, orientar as crianças sobre seu próprio corpo, assim como as razões pelas quais existe a privacidade no toque de

⁹ FONTE: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal: [São Gonçalo - RJ - Primeira Infância Primeiro \(fmcsv.org.br\)](http://São Gonçalo - RJ - Primeira Infância Primeiro (fmcsv.org.br)) Acesso em 28/11/2022.

algumas partes e a importância de compreender os “toques de carinho” e possíveis “toques abusivos”, assim como acionar pessoas de sua confiança para romper estas situações. Assim, recomenda-se que essas orientações possam ser realizadas em conjunto entre os serviços de saúde, a escola e a família, considerando todas as fases do desenvolvimento com a informação pertinente a cada uma das etapas. Nesse sentido, destaca-se a importância de propor reflexões na adolescência com meninas e meninos acerca do cuidado com o corpo, orientações sobre as mudanças físicas, fisiológicas, psicológicas, emocionais e sociais (planos de vida), assim como esclarecer quanto aos direitos de saúde que lhe são resguardados por lei, a exemplo do acesso a preservativos e o direito a uma vida sexual saudável, portanto, livre de violências.

Outro aspecto importante a ser abordado sobre a gestação na adolescência é a discussão do “status social” da maternidade em contextos de violência intrafamiliar, nos quais a maternidade pode representar a conquista de maior autonomia e a possibilidade de vínculo afetivo mais seguro, mais prazeroso, agora com o seu próprio filho(a), ao passo em que as crianças e adolescentes que vivenciam violências domésticas, em suma, podem perceber seus vínculos afetivos com seus cuidadores(as) não fortalecidos. Assim, muitas adolescentes, sobretudo das classes sociais mais vulneráveis, veem na maternidade a possibilidade de construir suas próprias famílias na busca de redesenhar e/ou ressignificar vivências de sofrimento, posto que, para estas, as perspectivas de “sucesso” no plano individual para ascensão social apresentam-se limitadas pelas condições estruturais, ou seja, a escolarização como possibilidade de melhoria das condições de vida, em geral, não são experiências possíveis em suas representações sociais familiares.



Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Dados referentes ao Nascimento por local de residência da mãe - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

3.1.3 - INDICADORES DE EDUCAÇÃO¹⁰

Censo Escolar da população da Primeira Infância	Nº de unidades escolares	Nº de docentes	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	Nº de crianças na primeira infância X Nº de matrículas em escolas de educação inf. e fund.
Registram-se, em 2021, 26.068 matrículas de crianças na faixa etária entre 0 e 6 anos de idade, envolvendo matrículas em creche (4.094), pré-escola e 1º ano do Ensino Fundamental I público e privado	Em 2021, o município apresenta 191 creches (27 públicas e 164 privadas), 309 pré-escolas (78 públicas e 231 privadas) e 326 unidades com Ensino Fundamental (87 municipais, 02 estaduais e 237 privadas) Destaca-se a ampliação no número de creches conveniadas, sendo atualmente 43 no município	Apresenta, em 2021, 1.140 docentes na Educação Infantil e 5.382 docentes no Ensino Fundamental I	O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é de 5,2, ocupando o 63º lugar no ranking estadual	verifica-se que apenas 62,5% das crianças estão na escola e 37,49% fora da escola;
Outro dado que chama a atenção é o quantitativo de apenas 4.094 crianças matriculadas em creches no município em 2021				

3.1.4 - INDICADORES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

Dados do DATASUS

Segundo dados estatísticos epidemiológicos do Datasus, entre os anos de 2019 e 2021, a respeito da violência interpessoal/autoprovocada notificada no estado do Rio de Janeiro, identifica-se 4.999 casos de violências, sendo 3.705 perpetrados contra o gênero feminino, ou seja, identificamos o índice de 74,11% de vitimização feminina por violência interpessoal/autoprovocada.

¹⁰ FONTE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/pesquisa/40/30277?tipo=ranking> Acesso em 22/11/2022.

Tratando-se da Primeira Infância feminina em São Gonçalo, identifica-se, dentre a quantidade de vítimas do gênero feminino, o quantitativo de 388 crianças de 0 a 9 anos de idade (7,76 % do total de mulheres), meninas vítimas de violências, sendo 182 delas vítimas de abusos sexuais. Das 388 crianças, 246 estão na faixa etária de 0 a 4 anos de idade, sendo 108 vítimas de abusos sexuais. Desta forma, o índice percentual de crianças de 0 a 4 anos de idade, meninas e vítimas de abuso sexual, é de 43,9%.

Já no gênero masculino, identifica-se, através dos dados, 1210 vítimas masculinas entre os anos de 2019 e 2021, um percentual de 27,66% em relação ao total de 4.099 casos.

Tratando-se da Primeira Infância masculina em São Gonçalo, identifica-se, dentre a quantidade de vítimas do gênero masculino, o quantitativo de 241 crianças de 0 a 9 anos de idade (4,8 % do total de homens), meninos vítimas de violências, sendo 51 deles vítimas de abusos sexuais. Das 241 crianças, 173 estão na faixa etária de 0 a 4 anos de idade, sendo 32 vítimas de abusos sexuais. Desta forma, o índice percentual de crianças de 0 a 4 anos de idade, meninos e vítimas de abuso sexual, é de 18,9 %.

Podemos analisar que o gênero feminino está, em maioria, mais vulnerável a situações de violências interpessoais/autoprovocadas em relação ao gênero masculino. Com isso, meninas e mulheres têm suas vidas atravessadas por situações que geram agravos consideráveis em suas saúdes físicas e psicológicas, em sua condição social e econômica, em suas relações interpessoais e afetivas desde o início de suas vidas.

Avaliando esses dados e os reflexos deles sobre a Primeira Infância gonçalense, verificamos um índice maior de meninas vítimas de abusos sexuais em relação aos meninos. Tendo em vista, o contexto social das violências sexuais permeadas pela opressão da cultura machista expressiva quando observamos que há maior prevalência de vitimados entre os corpos femininos, seja mulheres ou meninas, liderando as estatísticas historicamente. Ainda na perspectiva machista, em contrapartida, as violências sexuais contra os meninos podem ter números subnotificados em virtude do impacto cultural de “noticiar” até mesmo entre a família tal situação, quiçá aos serviços de proteção. Em decorrência da representação social construída em torno da “masculidade” e o tipo de violência, que nessa perspectiva poderia “questionar” a sexualidade da criança do sexo masculino a curto e longo prazo. Por isso, nesse entendimento, expor e notificar poderia representar maior risco social do que a própria situação e seus desdobramentos, mesmo que gravosos à saúde da criança vitimada.

Não obstante, encontramos dados expressivos em relação aos meninos de 0 a 9 anos de idade vítimas de violências (4,82 % de meninos e 7,76% de meninas), o que merece atenção, mesmo não sendo a maioria. Assim,

do total de meninas e meninos entre 0 e 9 anos de idade, encontramos 233 vítimas de violências sexuais, sendo 140 vítimas entre 0 e 4 anos de idade entre os anos de 2019 e 2021.

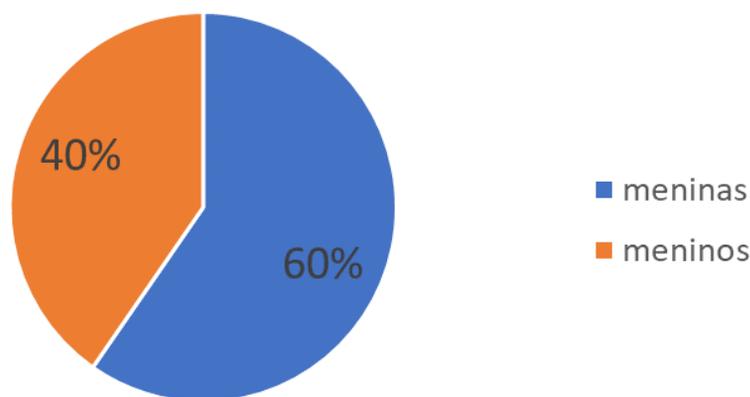
A análise do Datasus por idade ainda não garante a fidedignidade quanto ao recorte preciso da faixa etária da primeira infância, posto que ainda não separa dados das idades de 5 e 6 anos, englobando-as na faixa de 5 a 9 anos. Primeira Infância precisa ser prioridade no levantamento dos dados, sobretudo na saúde, que pode garantir, através da obrigatoriedade da notificação, o levantamento de informações que podem embasar a proposição de políticas públicas para a infância.

Dados Subsecretaria de Proteção Social Especial de São Gonçalo

Dados fornecidos pela Subsecretaria de Proteção Social Especial de São Gonçalo sobre os registros de violências entre janeiro de 2021 e março de 2022 dos CREAS do município, registraram o atendimento de 186 crianças suspeitas ou vítimas de maus-tratos/violência.

De acordo com esses dados, apresentados inclusive na Reunião de Fluxo Intersetorial da 1ª/2ª Promotoria da Infância e Juventude da Comarca de São Gonçalo em agosto de 2022, em relação às crianças vítimas de maus-tratos/violência, verificou-se o maior número de atendimentos daquelas entre 7 e 12 anos, somando 113 casos. Já os atendimentos das crianças entre 0 e 6 anos somam 73 casos.

Quantitativo de casos de violências domésticas na Primeira Infância dos CREAS's de 2021 a 2022



Verifica-se, a partir dos números fornecidos pelos CREAS, uma maior incidência de maus-tratos/violência em meninas (111 casos), quando comparado aos meninos (75 casos). O referido serviço observa que os casos de maus-tratos/violência contra a criança, suspeitos ou confirmados, ocorreram, em sua expressiva maioria, no espaço privado (residência da vítima ou de parentes).

Em relação ao tipo de violência, observaram uma maior incidência da negligência/abandono (76 casos), seguido da violência física (51 casos) e do abuso sexual (47 casos). Observaram ainda um menor registro/visibilidade das violências: psicológica (23 casos), abuso financeiro (11 casos) e exploração sexual (nenhum registro).

Apontaram que a negligência/abandono tem número aproximado, nos CREAS de São Gonçalo, quando se compara a faixa etária dos 7 aos 12 anos (40 casos) à faixa etária de 0 a 6 anos (36 casos), mostrando-se como um tipo de violência que atinge todo o período da infância.

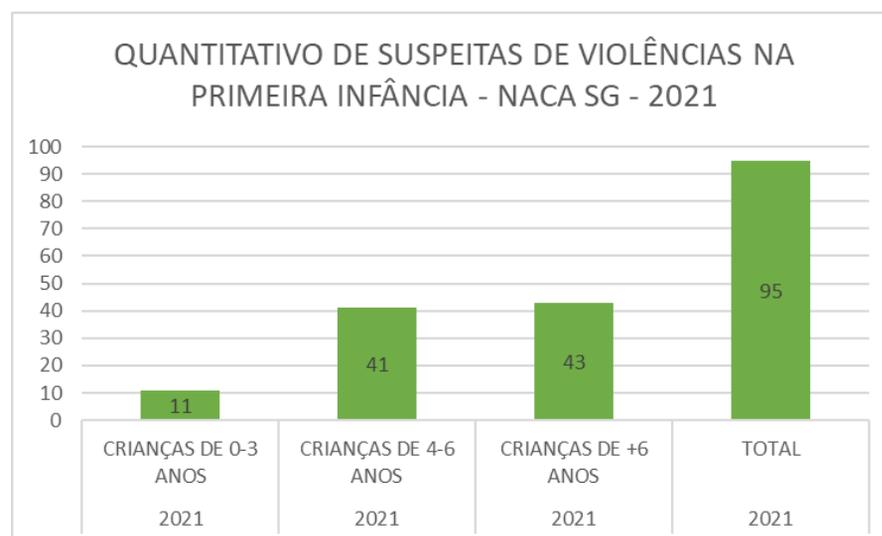
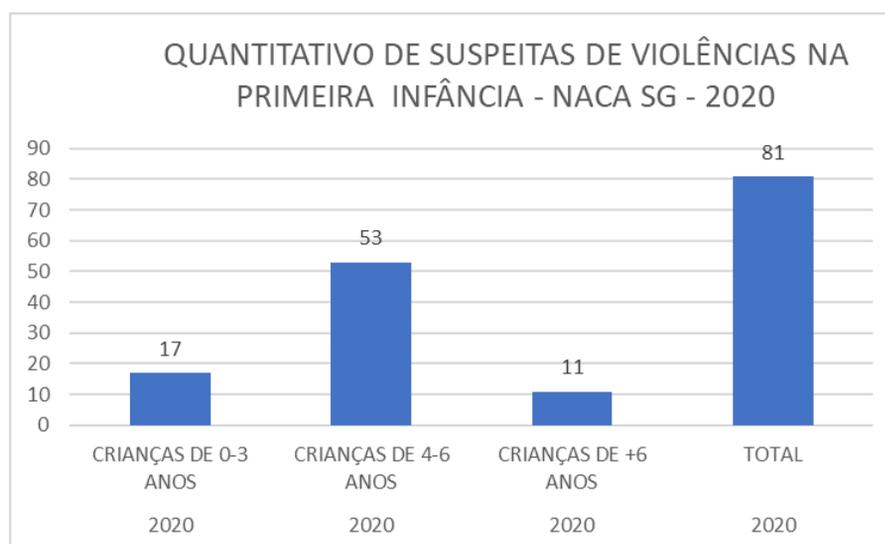
De acordo com tal análise, o abuso sexual ocorre em todas as idades da infância, sendo sua maior incidência, conforme registros dos CREAS, no período dos 07 aos 12 anos de idade (34 casos). A violência física, conforme registros dos CREAS, também se mostra incidente em praticamente todas as idades correspondentes à infância, somando 24 casos dos 0 aos 6 anos e 28 casos dos 7 aos 12 anos. Chama atenção o número de crianças com deficiência suspeitas ou vítimas de maus-tratos/violência (6 casos) e de crianças em situação de acolhimento institucional (9 casos). Verifica-se ausência de notificação a respeito de crianças em situação de rua (nenhum registro) e vítimas de bullying (apenas 1 registro). Observa-se que, em relação aos responsáveis legais pelas crianças suspeitas ou vítimas de maus-tratos/violência, a maioria corresponde ao pai e a mãe biológicos (41%), seguido da mãe biológica (37%).

Em relação aos suspeitos ou autores da violência, verifica-se, conforme registros dos CREAS, que os suspeitos ou perpetradores da violência são, em maioria, o pai e mãe biológicos (32%), seguido da mãe biológica (25%) e de pessoas desconhecidas (13%);

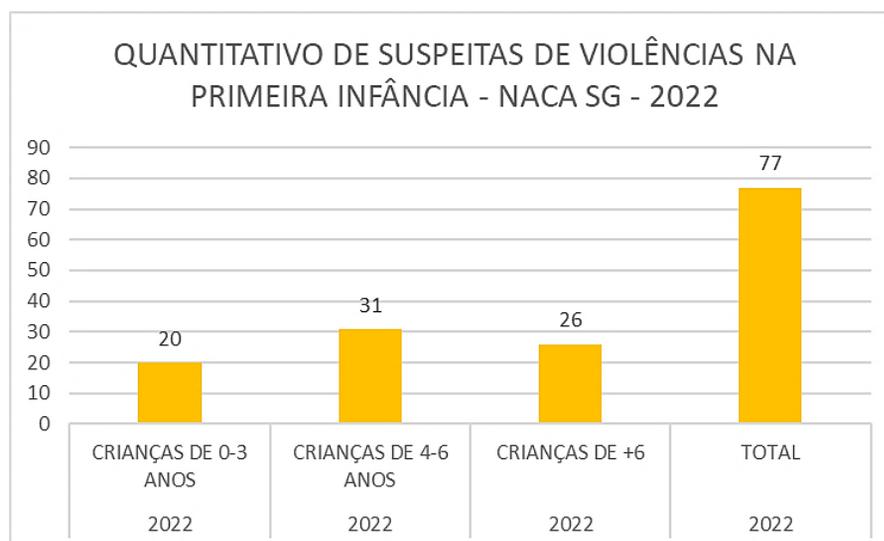
As crianças suspeitas de violência em acompanhamento especializado, conforme registros dos CREAS, somam 139, sendo destes 56 do sexo masculino e 83 do sexo feminino. A maioria delas tem entre 7 e 12 anos. Verifica-se que as crianças chegam ao CREAS, em sua maioria, encaminhadas pelo Ministério Público (25%), pelos Conselhos Tutelares (22%), pelo acolhimento (18%). Verifica-se que as crianças, em sua maioria, são encaminhadas pelos CREAS aos Conselhos Tutelares (43%), ao Naca (44%) e ao Neaca (9%). Ao Serviço de Profilaxia (nenhum registro).

Dados do NACA São Gonçalo

Dados levantados no NACA São Gonçalo¹¹ - Núcleo Especial de Atendimento à Crianças e Adolescentes, programa executado pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo, entre os anos de 2020 e setembro de 2022, mostram os seguintes números de suspeitas de violências contra crianças na Primeira Infância:



¹¹ Programa NACA/FIA São Gonçalo - Núcleo Especial de Atendimento à Crianças e Adolescentes, programa executado pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo localizado à Rua Rodrigues da Fonseca, 215, Zé Garoto, São Gonçalo. Realiza avaliações psicossociais em casos de suspeitas de violências domésticas e sexuais contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos.



Os dados do NACA São Gonçalo mostram o aumento de casos de suspeitas de violências envolvendo crianças de 0 a 6 anos de idade nos anos marcados significativamente pela pandemia da COVID 19, sendo mais expressivo o aumento de situações de suspeitas de violências domésticas na faixa etária de 4-6 anos de idade. Os dados em 2022 foram levantados até setembro e mostram a tendência ao aumento também.

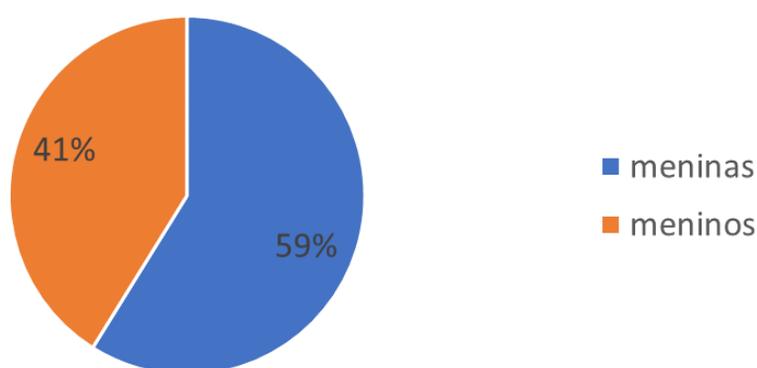
Esses dados nos conduzem à reflexão de que os números de suspeitas maiores se dão entre as crianças que têm desenvolvido a linguagem verbal, o conhecimento do corpo e os valores morais. Com isso, dão sinais mais expressivos de supostas violações que possam estar sofrendo. No entanto, isso lança luz à necessidade de estender a vigilância sobre os sinais de violências domésticas que as crianças da primeiríssima infância, ou seja, de 0-3 anos de idade, possam evidenciar de forma não verbal, com mudanças de comportamento e entraves no desenvolvimento típico da idade.

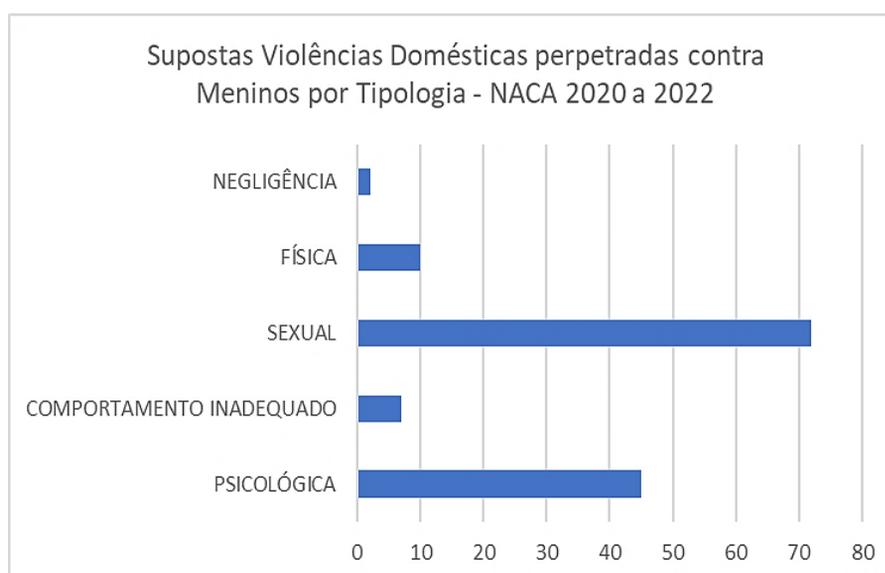
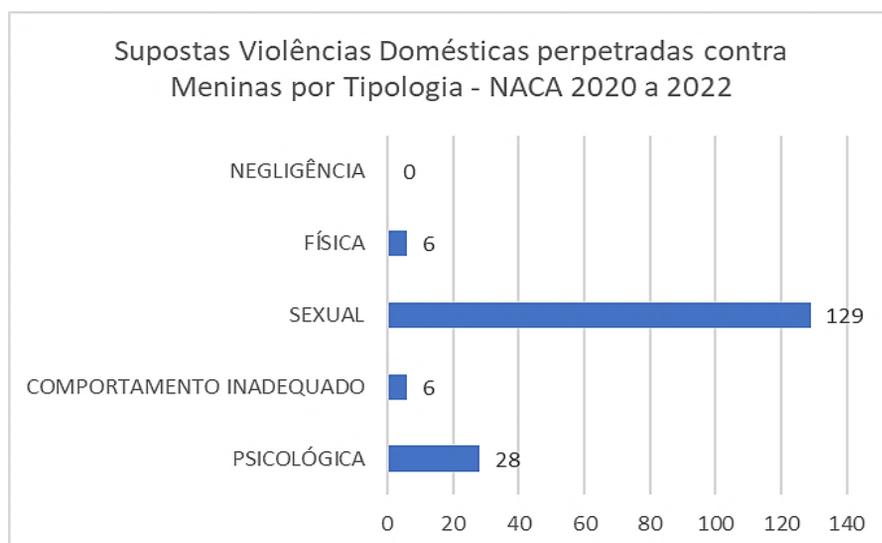


Com isso, os dados mostram que entre 2020 e 2022 o NACA São Gonçalo recebeu 253 crianças de 0 a 6 anos de idade sob suspeita de estar sofrendo violência doméstica e sexual, encaminhados pelos órgãos da rede de proteção municipal. Por mais que dados de suspeitas possam não ser confirmados, minimamente consideramos que nesta situação específica, as crianças vivem situações de estresse, impactos nos vínculos familiares e mudanças em suas rotinas, marcadas por instabilidade e descontinuidades. Essas situações demandam cuidados específicos do sistema de garantia de direitos.

Torna-se relevante dar visibilidade à notificação em casos de suspeitas para a garantia da proteção e dos direitos da criança. Suspeitas devem ser notificadas, o que está garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e sugere uma série de medidas de proteção: avaliações psicossociais, avaliações em saúde, medidas profiláticas em saúde para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis - IST's (os casos de suspeita ou confirmação de violências sexuais devem ser encaminhadas em até 72h após exposição à violência ao serviço de testagem de IST's municipal ou serviço de emergência de saúde, para realização de testagem e uso de medicação profilática, denominada de PEP - profilaxia pós-exposição), que consiste no uso de antirretroviral oral por 28 dias e, em seguida, nova realização de testagem (mesmo nos casos de exames com resultados negativos recomenda-se seguir o acompanhamento por até 6 meses pelo serviço especializado em IST's do município), cuidados frente aos possíveis agravos psicológicos, neurológicos, cognitivos, físicos e sociais, a responsabilização do(a) agressor(a), bem como o cuidado multidisciplinar e intersetorial dispensado à família.

Quantitativo de Suspeitas de Violências Domésticas na Primeira Infância por gênero - 2020 a 2022





Os CREAS do município observam que passaram a receber um número mínimo de casos, o que dificultou o atendimento e o sistema de referência e contrarreferência (articulação entre as unidades) o que resultou em enorme divergência na estatística. Com isso, sugerem que as coordenações dos CREAS e equipes NACA e NEACA discutam e reelaborem o fluxo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violências doméstica e sexual de São Gonçalo.

Os CREAS são unidades públicas, que se constituem como polo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de alta e média complexidade (NOB-RH/SUAS, 2011), sendo responsáveis, entre outros serviços, pela acolhida, avaliação, acompanhamento psicossocial e inserção das famílias no **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI**, orientação e encaminhamento para a rede de serviços (NACA, NEACA, UBS, CRAS, SCFV, benefícios, documentação, etc.), comunicação ao Conselho Tutelar, monitoramento dos encaminhamentos realizados, entre outros.

Dados sobre violência contra a criança de acordo com o SINAN (Sistema de Informações de Agravos de Notificação)¹²

Notificações 0 a 9 anos	Notificações 0 a 6 anos	Faixa etária com maior frequência de violência registrada	Notificações 4 a 6 anos	Crescimento registros de violência contra crianças de 0 a 6
<p>Observou-se que, do total de população de crianças do município de São Gonçalo, de 0 a 9 anos, 1,5%, entre o período de 2010 a 2020 tiveram notificações de violência</p>	<p>É possível observar que do ano de 2010 ao ano de 2020, os números de notificações de violência contra crianças de 0 a 6 anos de idade cresceram significativamente em todas as faixas etárias, com uma pequena oscilação.</p>	<p>A faixa etária com maior frequência de violência registrada é de menos de um ano de idade (334 registros), seguida, respectivamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> 03 anos: 155 1 ano: 154 02 anos: 140 04 anos: 129 05 anos: 106 06 anos: 102 <p>Verificou-se, assim, uma tendência maior de prevalência de casos de violência em crianças menores de 03 anos: 783 registros de 2010 a 2020</p>	<p>Já em relação a crianças de 04 a 06 anos, esse valor somou o total de 337 registros, entre os anos de 2010 a 2020</p>	<p>O percentual de registros de violência contra crianças de 0 a 6 anos, em 2010, era de apenas 5 casos notificados. Em 2019, houve um crescimento expressivo desse quantitativo para 213 registros e, em 2020, para 132 registros. Verifica-se que o total de registros de notificações de violência contra crianças de 0 a 6 anos de idade, entre os anos de 2010 a 2020, somou o total de 1.120 casos</p>

¹² Dados apresentados no GT da Primeira Infância - São Gonçalo, pela Comissão da Primeira Infância/CMDCA São Gonçalo em 2021, conforme diagnóstico que realizaram para a elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância.

Gênero das crianças de 0 a 6 anos de idade	Tipologia da violência	Tipologia da violência por Faixa etária
<p>Do total de registros supracitados, de acordo com o gênero das crianças de 0 a 6 anos de idade, o número de casos de violência notificados contra a criança do gênero feminino é de 616 casos, e do gênero masculino de 503 casos.</p> <p>As crianças do gênero feminino, de 0 a 6 anos, apresentam 55% das notificações, com isso tendo maior incidência de notificações de violência. Outrossim, 0,46 % da população estimada de crianças do município, de 0 a 9 anos, sofreram algum tipo de violência no período de 2010 a 2020;</p>	<p>Observando-se a frequência de notificações de acordo com a tipologia da violência e a idade detalhada de residentes de São Gonçalo, verifica-se que há uma incidência maior de violência sexual: 299 casos, seguida, respectivamente de violência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Física: 250 casos - Psicológica/moral: 110 casos - Outros: 45 casos - Exploração sexual: 6 casos - Financeira/econômica: 5 casos 	<p>O maior número de casos de violência sexual é registrado entre crianças de 3 anos de idade: 65 casos, seguido por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Violência física é registrado entre crianças de menos de 3 anos de idade (65 casos); - De violência física é registrado entre crianças de menos de 1 ano de idade (69 casos); - De violência psicológica é registrado entre crianças de 6 anos de idade; - De exploração sexual entre crianças de menos de 1 e 4 anos de idade (2 casos de exploração sexual entre crianças de menos de 1 e 4 anos de idade (2 casos para cada); - De violência financeira/psicológica entre crianças com menos de 1 ano de para cada); - Outros tipos de violência entre crianças de menos de 1 ano de idade.

Registros de violência contra crianças de 0 a 6 anos a partir dos Conselhos Tutelares de São Gonçalo (2019)¹³

Total de atendimentos	CT com Maior nº de atendimentos	Nº de crianças com deficiência atendidas	CT com Maior nº de casos	Total, de casos de violência registrados
Verificou-se que no ano de 2019, de acordo com registros dos Conselhos Tutelares de São Gonçalo, informados à Comissão da Primeira Infância/SG, foram contabilizados 1.082 casos de atendimentos de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade (sem contar com os registros de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar I, que não informou esse dado)	Observou-se que o maior número de atendimentos foi realizado pelo Conselho Tutelar III: 700 atendimentos	Apenas o Conselho Tutelar III informou acerca do quantitativo de crianças com deficiência atendidas no ano de 2019: 100 crianças	O Conselho Tutelar III registrou, em 2019, o maior número de casos de violência contra crianças de 0 a 6 anos de idade: 850 casos	Ao total, foram registrados 1.381 casos de violência contra crianças, na referida faixa etária, pelos Conselhos Tutelares de São Gonçalo

Violências registradas por tipo

A partir do recorte do tipo de violência, ao total, foram registrados 573 casos de negligência/abandono	O maior quantitativo de casos de negligência/abandono foi registrado pelo Conselho Tutelar II: 221 casos	Casos de abuso sexual infantil/exploração sexual infantil, chamou a atenção o expressivo quantitativo registrado pelo CT III : 150 casos de abuso sexual infantil e 50 casos de exploração sexual infantil. Total: 238 casos desse tipo no ano de 2019	Violência psicológica/moral, se destaca o número registrado pelo Conselho Tutelar III: 300 casos, sendo 150 casos identificados como violência psicológica e 150 como violência moral. Ao total, foram registrados 320 casos pelos CTs no ano de 2019	Violência física, verifica-se que o Conselho Tutelar II registrou, em 2019, o maior número de casos: 150. No total, no referido ano, foram registrados 250 casos deste tipo de violência pelos CTs de São Gonçalo;	Nota-se que os números de violência contra crianças de 0 a 6 anos de idade registrados são expressivos no município, sendo o maior quantitativo correspondente ao tipo de violência negligência/abandono: 573 casos , seguido dos registros de violência psicológica/moral (320 casos).
--	--	---	--	---	--

¹³ Dados apresentados no GT da Primeira Infância - São Gonçalo, pela Comissão da Primeira Infância/CMDCA São Gonçalo em 2021, conforme diagnóstico que realizaram para a elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância.

3.1.5 - SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS EM SÃO GONÇALO

Segundo Livramento (2022)¹⁴, o sistema de garantia de direitos é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e na resolução 113 do ano 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA 16) **se caracteriza por ser uma interação de espaços que envolve e estrutura três eixos estratégicos e essenciais: promoção, controle e defesa**. Na promoção, se tem uma operacionalização que ocorre por meio dos atendimentos nas políticas intersetoriais voltados à proteção que garanta os direitos das crianças e dos adolescentes realizadas por instituições públicas, de sociedade civil e de conselhos municipais de direito da criança e do adolescente.

Desta forma, em termos práticos, a respeito do Sistema de Garantia de Direitos em São Gonçalo, contamos hoje com:

- 03 Conselhos Tutelares (previsão de inaugurar o quarto equipamento em fevereiro de 2023 no Bairro Laranjal),
- 05 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
- 15 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS (executando seus respectivos programas: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, BPC na Escola, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz)
- 01 CEOM
- 01 Subsecretaria de Proteção Social Básica
- 04 Subsecretaria de Proteção Social Especial
- 01 Subsecretaria da Infância e Adolescência
- 01 Subsecretaria de Políticas para a Mulher
- 01 Vigilância Socioassistencial
- 01 Coordenadoria de Subregistro Civil
- 04 Abrigos (Espaço Dandara, Centro de Acolhimento e Cidadania, Casa de Acolhimento Infantil e Residência Inclusiva)
- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
- O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
- O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
- O Conselho Municipal De Educação
- O Conselho Municipal de Saúde
- O Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência e da Pessoa Idosa
- 01 Comissão Pela Primeira Infância

¹⁴ A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PANDEMIA DA COVID-19 E O TRABALHO DO NACA NITERÓI. Faculdade de Serviço Social, UFF, 2022.

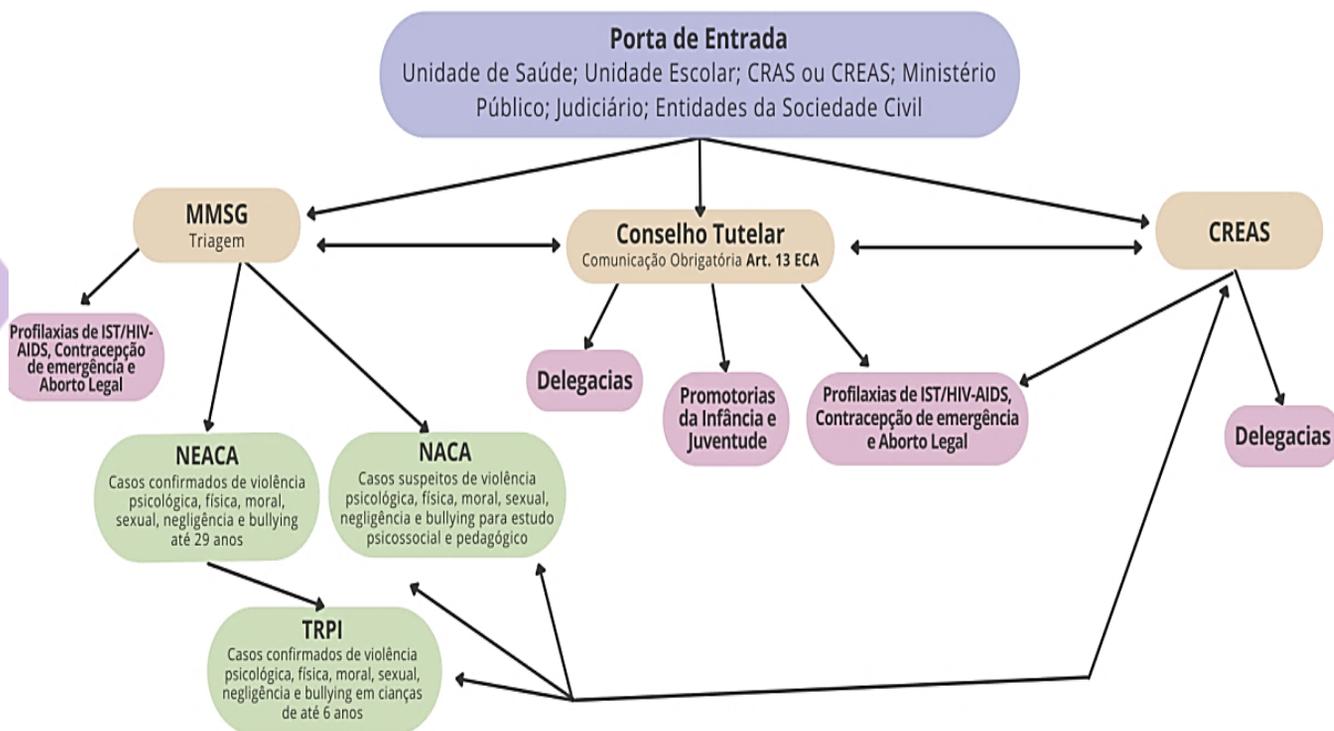
- 01GT da Primeira Infância
- 01 Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente
- 01 Subsecretaria de Ações Pedagógicas
- 01 Centro de Inclusão Municipal (Centro de Inclusão Municipal Hellen Keller)
- 27 Unidades Municipais de Educação Infantil
- 43 creches conveniadas
- 01 Centro Municipal de Formação Continuada para Professores
- 02 Hospitais Municipais
- 01 Hospital Estadual
- 01 Hospital Municipal Infantil
- 01 Clínica Municipal da Criança, uma Maternidade Municipal
- 02 Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
- 02 Centros de Atenção Psicossocial Adulto (CAPS II e CAPS III)
- 02 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSad II e CAPSad III)
- 02 Ambulatórios Ampliados (PAM Coelho e Ambulatório Ampliado Nise da Silveira)
- 01 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM
- 04 delegacias distritais
- Promotoria da Infância e Juventude
- Juizados da Infância e Juventude
- Juizado de Violência Doméstica e Familiar
- Varas de Família
- Núcleo de Defensoria Pública da Mulher
- Núcleos de Defensoria Pública
- 04 Núcleo Especial de Atendimento à Criança e Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Sexual - NEACA
- 01 Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente Vítimas de Violências - NACA
- 01 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, uma Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Audição - APADA
- 01 Eco Creche, um Centro de Apoio e Desenvolvimento Individual e Social
- 01 Consultório na Rua
- 04 Unidades de Pronto Atendimento
- 79 Postos de Saúde
- 06 Policlínicas municipais
- 106 Unidades Primárias de Saúde, a maioria Unidades de Saúde da Família, divididas em 5 polos sanitários

É importante destacar, também, o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Termo de Colaboração, ao Núcleo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Sexual - NEACA São Gonçalo, dando continuidade ao compromisso da Prefeitura de São Gonçalo com a política pública de enfrentamento às violências e de proteção social de crianças e adolescentes desde 2011, sendo um município que conta com a complementaridade de um serviço especializado e multiprofissional na Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Outro destaque é a criação, em 2021, da Subsecretaria da Infância e Adolescência e o retorno da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, a qual tinha perdido prioridade no município em anos anteriores. Além disto, destacamos também a existência dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, da Mulher, da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, de Assistência Social, de Educação e de Saúde, o que amplia o controle social sobre a execução das políticas públicas municipais e sobre o orçamento municipal para a infância.

São Gonçalo possui um fluxo de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência estabelecido, conforme fluxograma a seguir:

Fluxo de Atendimento em Casos de Violência Contra a Criança e o Adolescente



Observações:

- O CREAS é o órgão responsável pelo monitoramento dos casos de violência contra crianças e adolescentes, inclusive, os casos que envolvam exploração sexual;
- Caberá ao NACA e ao NEACA informar ao CREAS qualquer demanda espontânea;
- Todos os serviços que integram o SGDCA deverão preencher a Ficha Individual de Violência Interpessoal e Autoprovocada (Ficha SINAM/MS).

Disque 100

O Disque 100 é um serviço gratuito, funciona 24 horas, inclusive aos finais de semana e feriados, acolhendo denúncias que envolvam qualquer tipo de violação de direitos humanos, dentre estas estão as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes.

De acordo com Sousa (2013), o Disque 100 é um canal de comunicação entre a sociedade civil e o poder público para o recebimento de denúncias de situações de violência e exploração sexual infantojuvenil. O serviço visa a orientar a população sobre o sistema de proteção dos direitos das crianças e adolescentes e, principalmente, obter dados para a elaboração de políticas públicas.

Identificamos que, até o ano de 2020, o Disque 100 não apresentava o recorte da Primeira Infância no levantamento e análise dos dados. A partir de 2021, verifica-se o surgimento da preocupação com tal recorte, sendo possível levantar dados de denúncias de violências domésticas envolvendo crianças de 0 a 6 anos de idade.

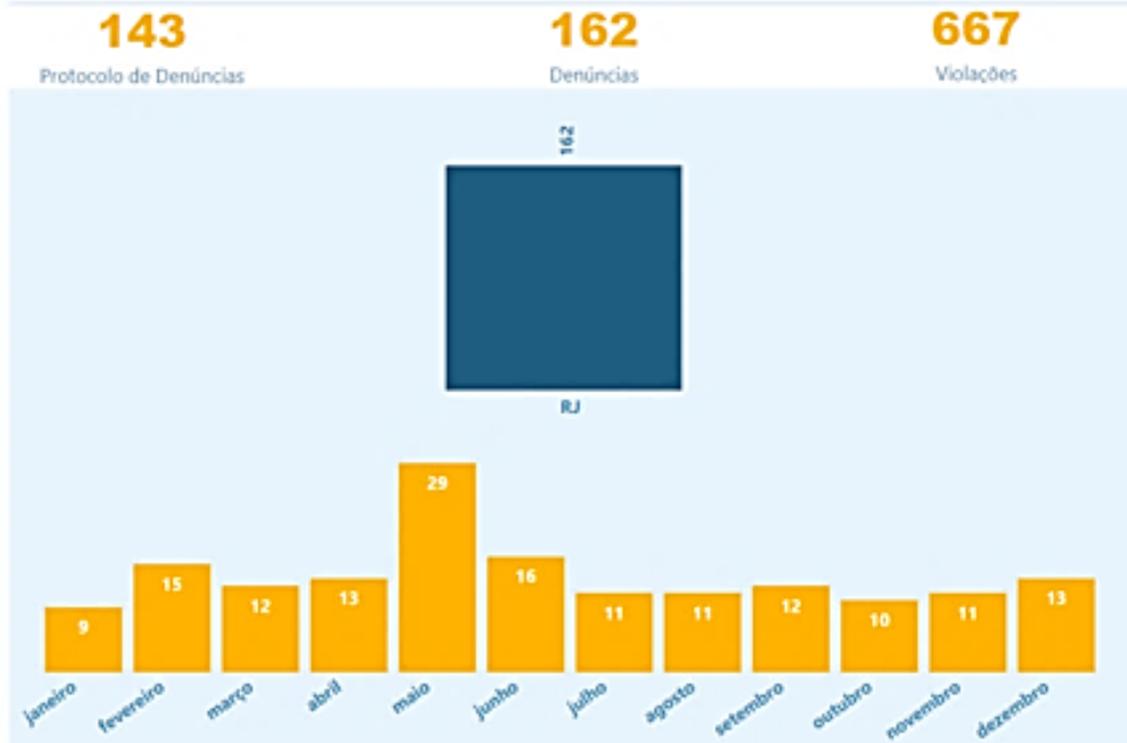
Disque 100 - São Gonçalo

Os gráficos abaixo referem-se ao número de denúncias e número de violações nos anos de 2021 e 1º semestre de 2022 recebidos e analisados pelo Disque 100, relativos à Primeiríssima e Primeira Infância.

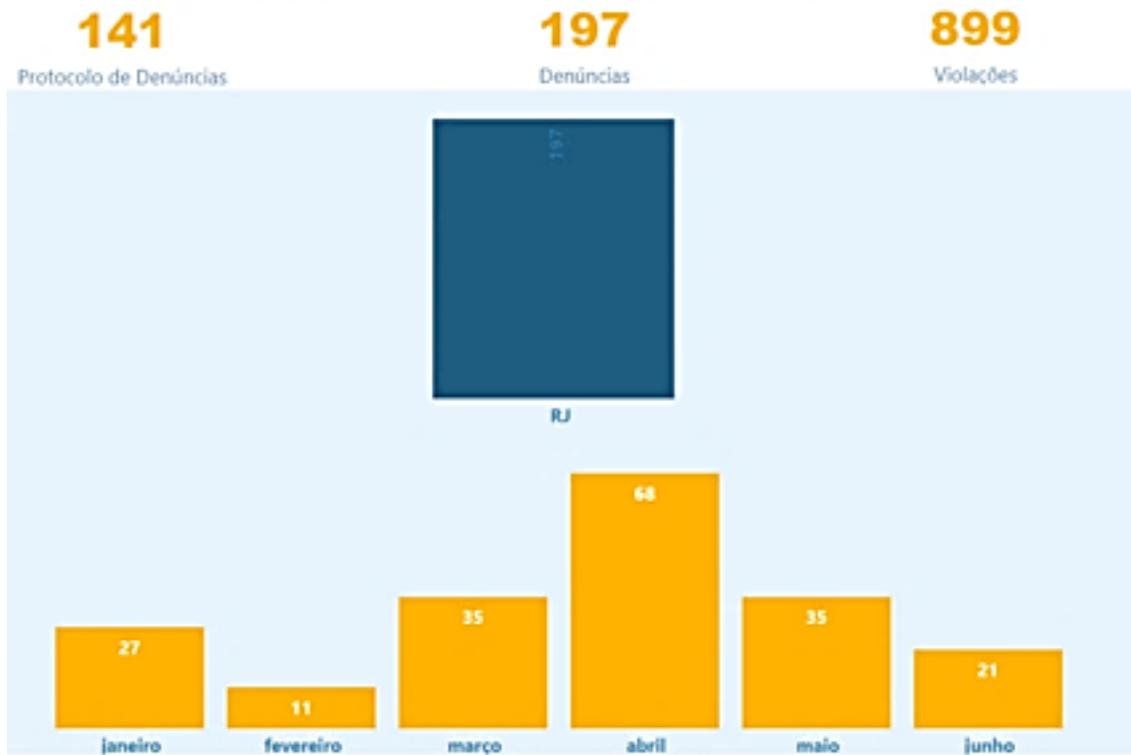
É possível verificar que, em apenas 6 meses de 2022, há superação dos números de 2021, quando os dados mostram que o número de denúncias e violações são elevadas em 2022. Outro destaque destes gráficos é a análise da proporção entre o número de denúncias e a quantidade de violações, ou seja, a denúncia pode envolver mais de uma violação de direitos infantis. **Percebemos, desta forma, como esse canal de denúncias é uma ferramenta importante para a proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente.**

O número crescente de denúncias no primeiro semestre de 2022 pode também indicar a visibilidade e a mobilização alcançadas, através de campanhas virtuais em prol do enfrentamento às violências no período pandêmico da COVID 19.

2021



1º SEMESTRE/2022

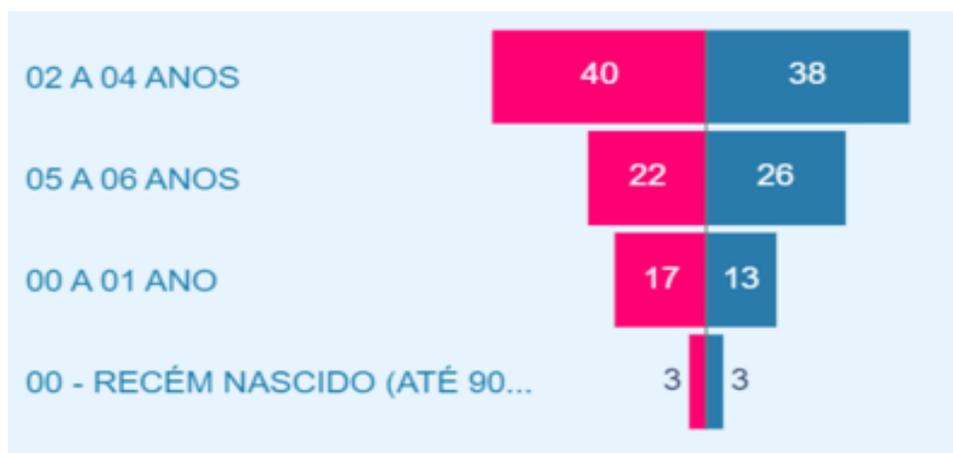


*Dados referentes ao município de São Gonçalo.
Fonte: <https://www.gov.br/mde/pr-br/onda/panel-de-dados>*

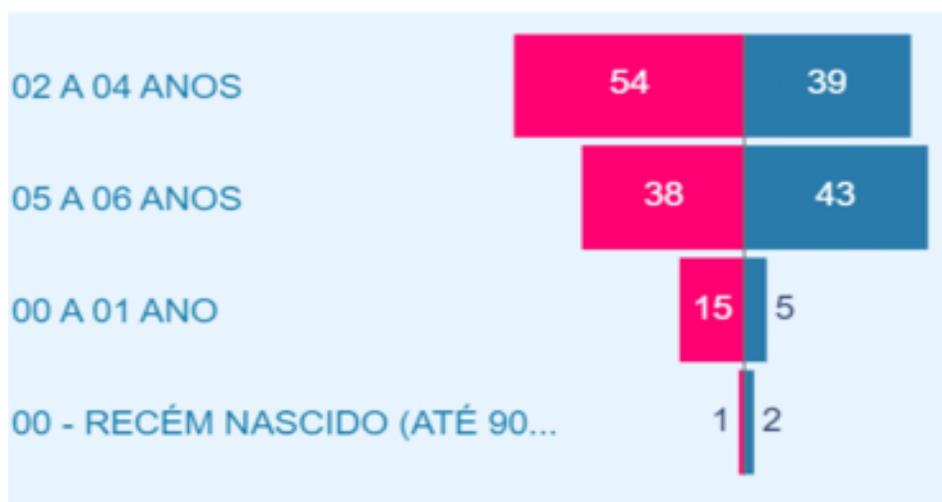
Com referência à faixa etária e o gênero envolvidos nas denúncias e violações de direitos, o Disque 100 mostra que **na faixa etária de 02 a 04 anos de idade, as meninas aparecem em maior número**, porém o número em relação aos meninos também é expressivo. Já na faixa etária de 05 a 06 anos de idade, as denúncias e violações são maiores em relação aos meninos, nos dois anos.

Ainda encontramos poucos dados em relação à faixa de idade de 0 a 2 anos incompletos, mas podemos verificar que são crescentes as denúncias e violações contra os bebês.

2021

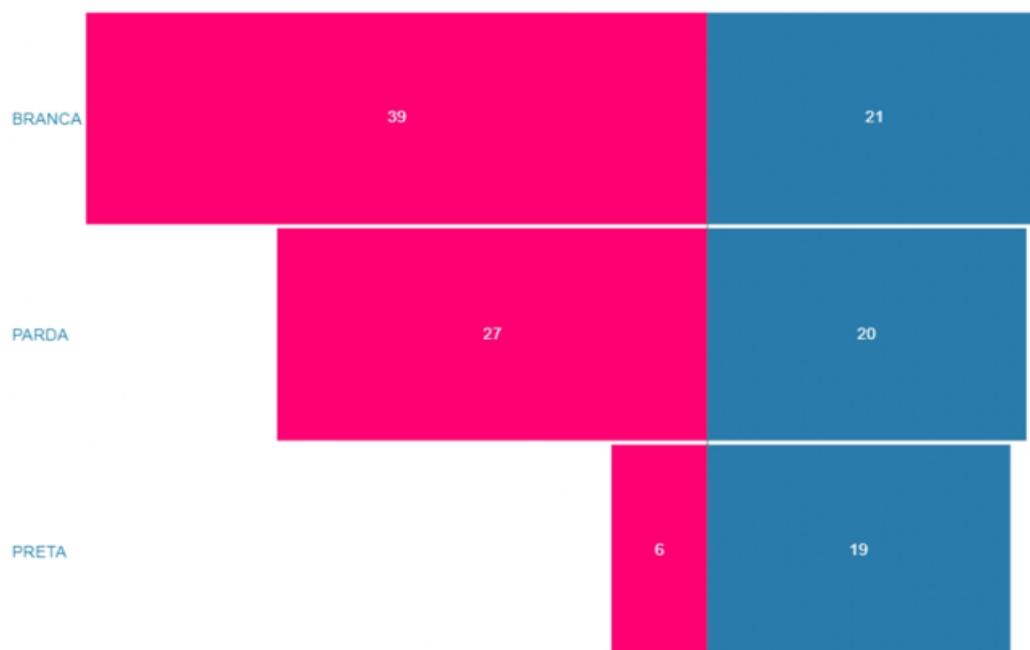


1º SEMESTRE/2022

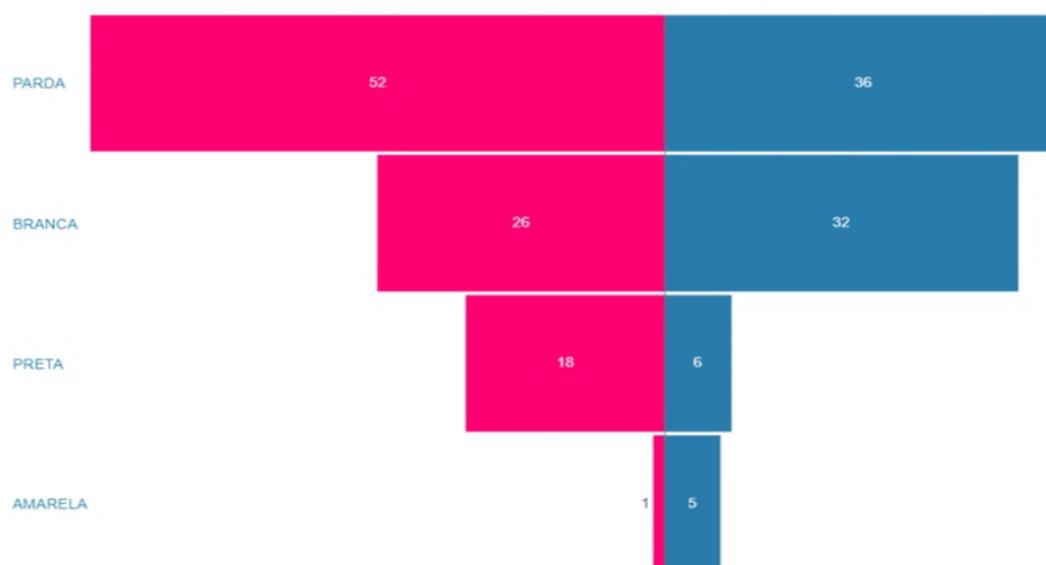


*Dados referentes ao município de São Gonçalo.
Fonte: <https://www.gov.br/indd/pt-br/indd/panel-de-dados>*

2021



1º SEMESTRE/2022



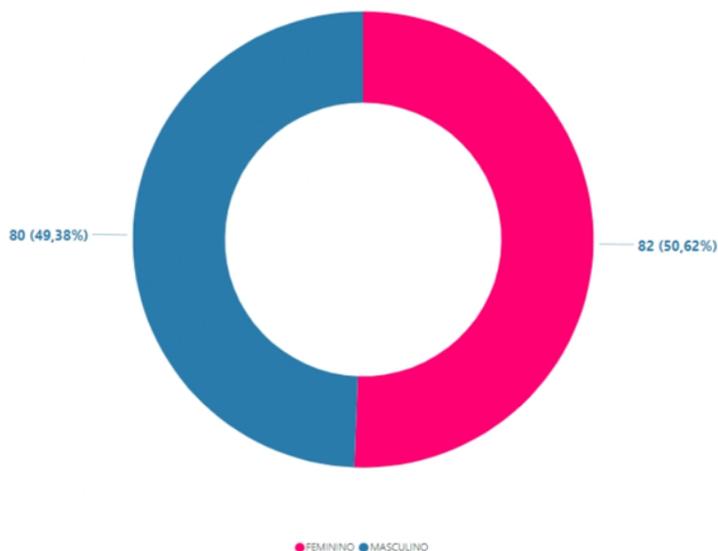
Dados referentes ao município de São Gonçalo.
Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

Dados sobre a cor das crianças envolvidas nas denúncias de violações de direitos apontam a amplitude em relação à cor parda no primeiro semestre de 2022, o que não ocorreu em 2021, quando a cor branca teve maior registro em relação às meninas. Em relação aos meninos, os negros (pretos e pardos) aparecem em maior número nos dois anos.

Registram-se mais denúncias em relação às meninas do que em relação aos meninos. As meninas negras (pretas e pardas) aparecem em maior número de denúncias e violações. Verificamos, ainda, um crescente em relação às denúncias dos meninos negros.

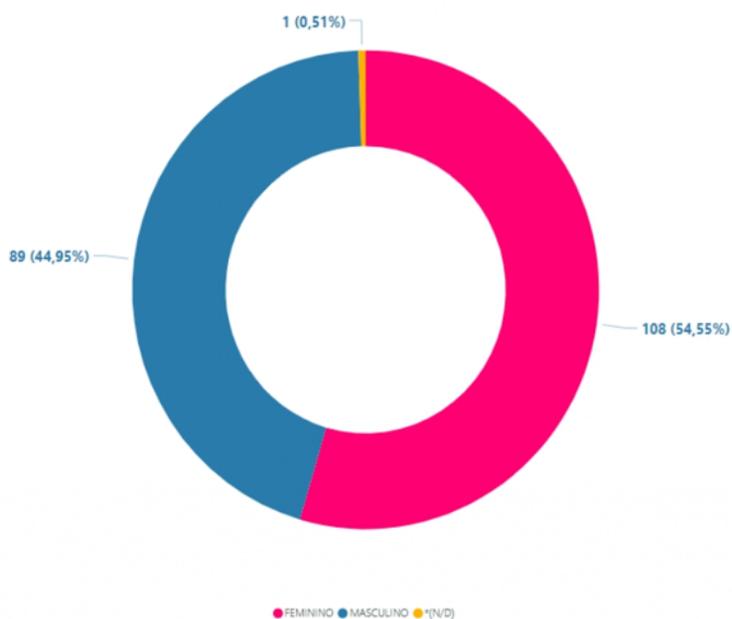
2021

SEXO DA VÍTIMA



1º SEMESTRE/2022

SEXO DA VÍTIMA

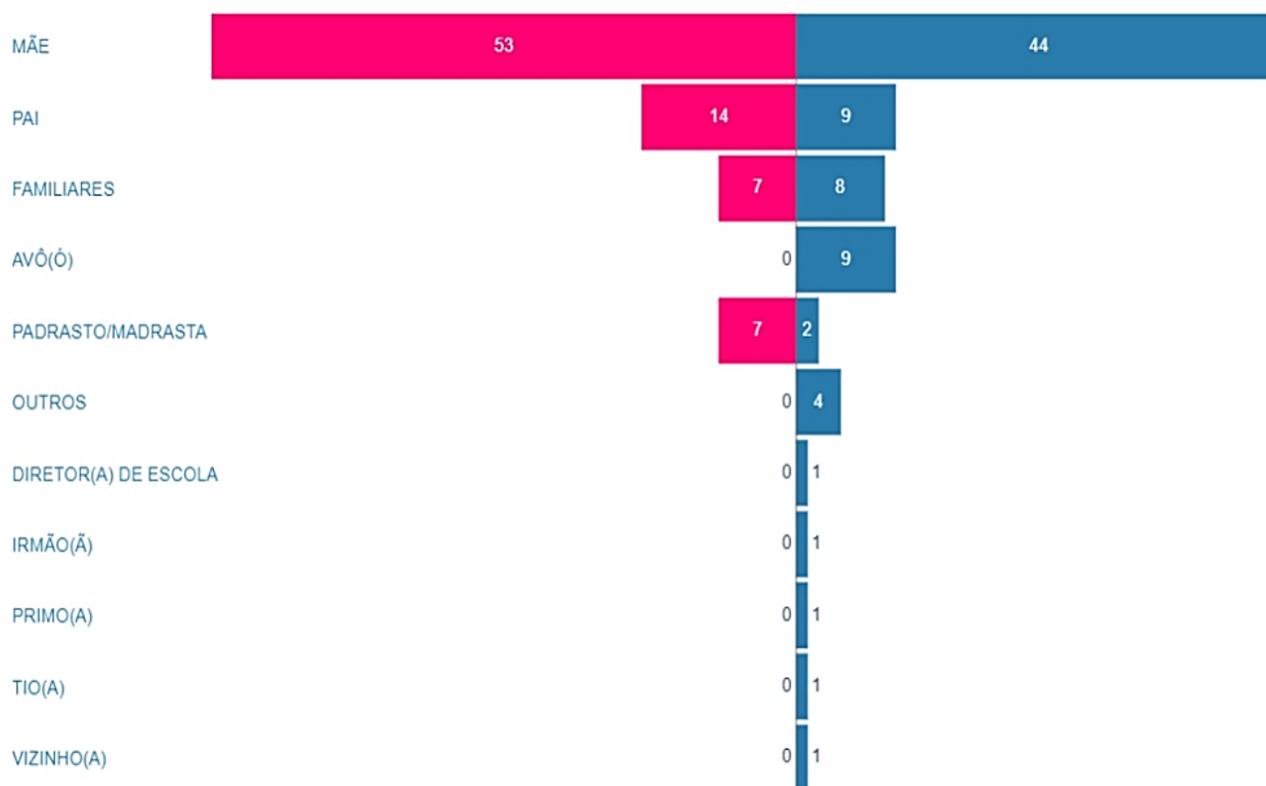


Dados referentes ao município de São Gonçalo.
Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

Sobre a relação da criança com o(a) violador(a), as denúncias são expressivas em relação à mãe, tanto para as meninas quanto para os meninos nos dois anos. Este é um dado que merece atenção, pois pode ser revelador do efeito da sociedade patriarcal e machista, que ainda responsabiliza as mulheres pela educação e cuidados dos filhos, sendo compreendidas como as principais responsáveis pela prole.

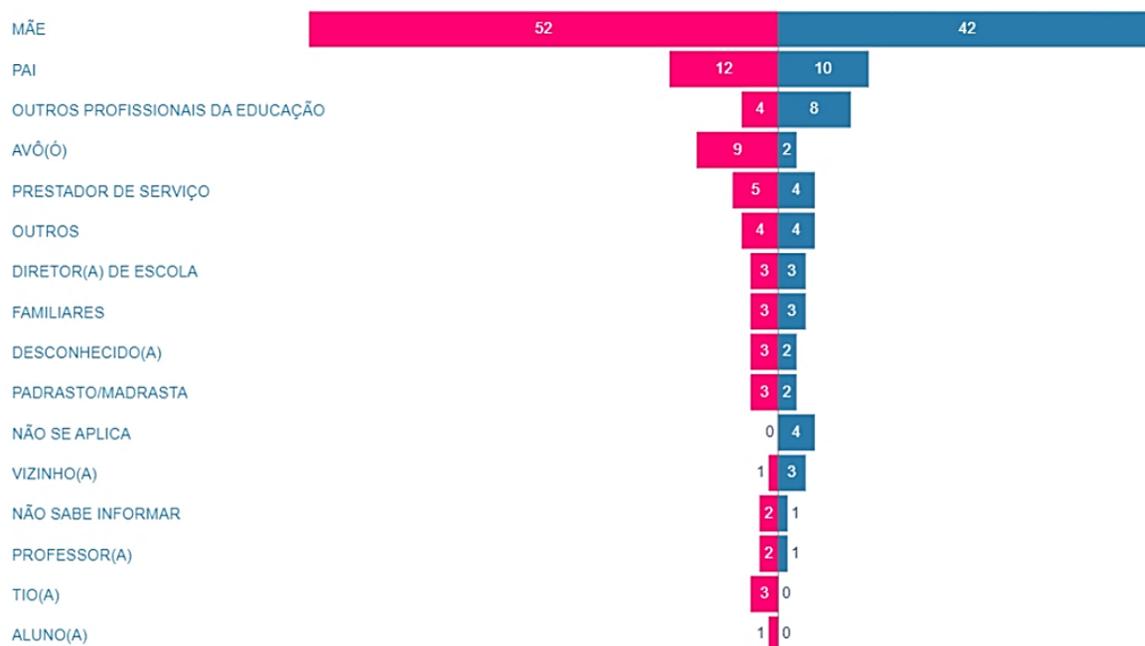
Este dado também pode revelar a atenção e as condições que as mulheres necessitam para conseguirem estender os cuidados àqueles que dependem delas, neste caso os filhos, tendo em vista que a maioria são mulheres, mães solo e também vítimas de violências domésticas, como aponta o Dossiê Mulher 2019¹⁵: **288 violências físicas, 278 violências psicológicas, 205,2 violências morais, 40,5 estupros, 37,3 violências patrimoniais, 4,8 tentativas de feminicídio e 1,1 feminicídio envolvendo mulheres no município de São Gonçalo.**

2021



¹⁵ Fonte: Dossiê Mulher 2019. ISP/RJ - Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2019.pdf Acesso em 05/12/2022.

1º SEMESTRE/2022



De acordo com o Disque 100, em 2021 e 1º semestre de 2022, com referência à tipologia das denúncias:

88,3% dizem respeito à integridade física;

76,6% dizem respeito à integridade psíquica.

Quanto à tipologia das violações:

47,1% são em relação à integridade física

43,2% em relação à integridade psíquica.

Este dado mostra o desconhecimento em relação aos sinais de violações sexuais na infância, cujos números de denúncias e violações são inexpressivos, assim como os dados em relação ao suposto autor da violência, no qual não aparece com expressividade o autor masculino - pai, avô e padrasto. Observando esses dois indicadores, pode-se compreender que ainda é pouco denunciadas as suspeitas de abusos sexuais e violências sexuais, seja por falta de conhecimento acerca dos tipos de violências, seja pela incredulidade de que isso possa acontecer na infância, ensejando ações de mobilização e visibilidade da temática.

Entre 2021 e 2022, os dados mostram que 69% das violações contra as crianças na Primeira Infância em São Gonçalo ocorrem na casa onde residem a vítima e o agressor (a), demarcando o comprometimento das relações parentais e o vínculo entre a criança e pessoas significativas para ela.

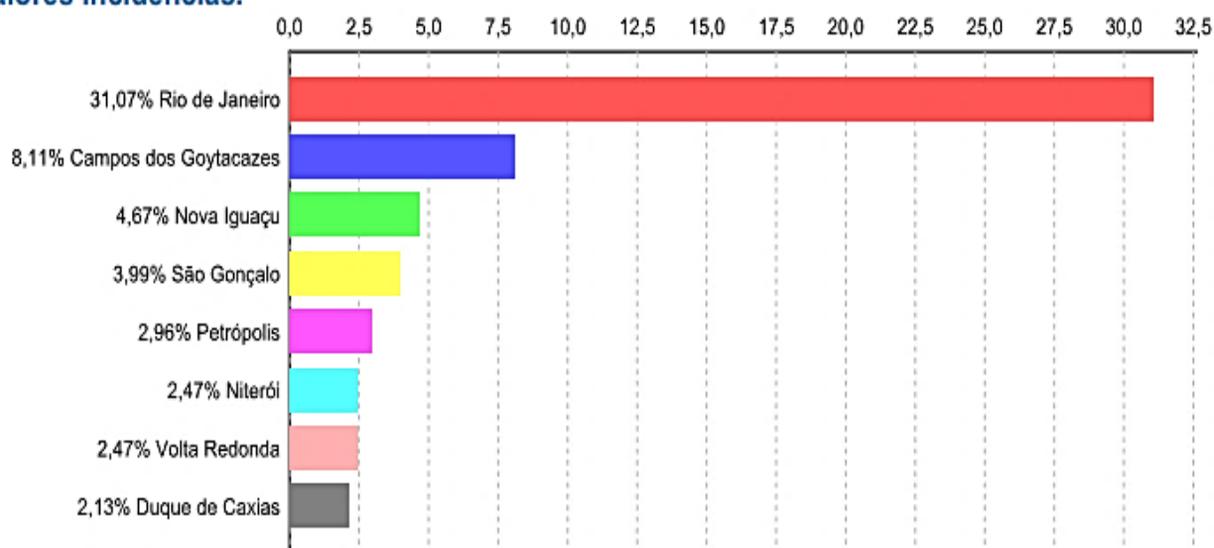
de acolhimento, tais como as Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, os Juízos de Direito da Infância e da Juventude, os Conselhos Tutelares, as instituições de acolhimento, entre outros. Por isso, todos os órgãos e entidades mencionados podem acessar o MCA, para consultar e/ou alimentar informações de crianças e adolescentes, além de registrar a sua própria atuação nos casos atendidos. Assim, todos os responsáveis pela medida de acolhimento operam, cada um dentro da sua função, permanecendo conectados uns aos outros e ao próprio caso através do MCA, o que viabiliza uma melhor articulação entre os operadores da rede de proteção.

A data de corte escolhida para a extração dos dados do Censo foi o dia 30 de junho de 2022. Além disso, os dados do Censo referem-se a crianças e adolescentes em acolhimento, institucional ou familiar, no dia 30 de junho de 2022.

29º Censo MCA - São Gonçalo

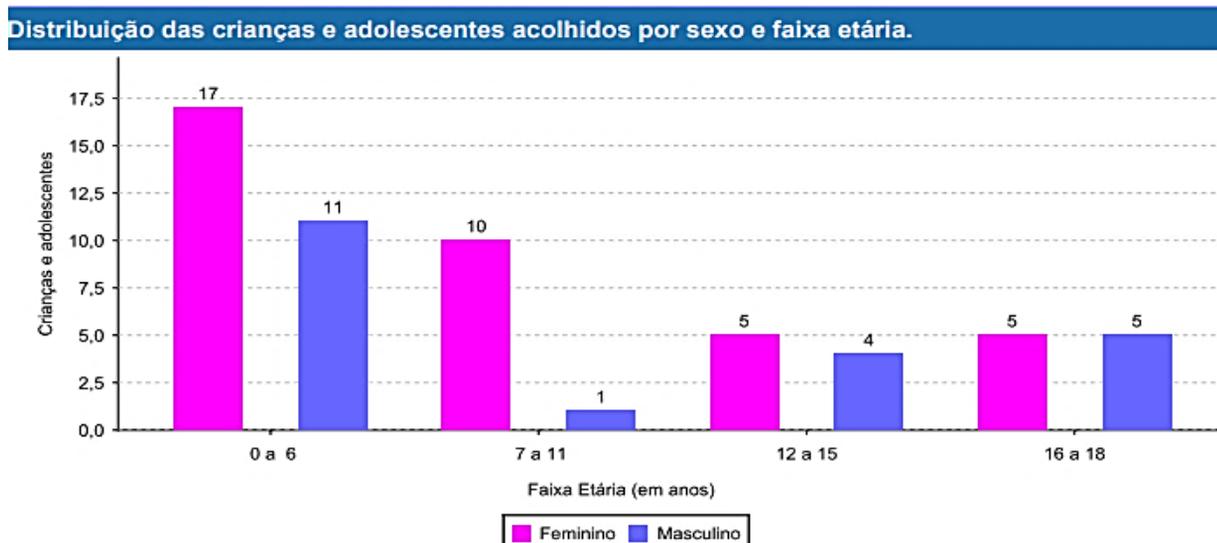
De acordo com o 29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no estado do Rio de Janeiro em 2022, realizado pelo Módulo Criança e Adolescente do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, o município de São Gonçalo desponta entre os municípios de maior incidência de população infantojuvenil acolhida, como mostra o gráfico abaixo:

Distribuição percentual da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro maiores incidências.

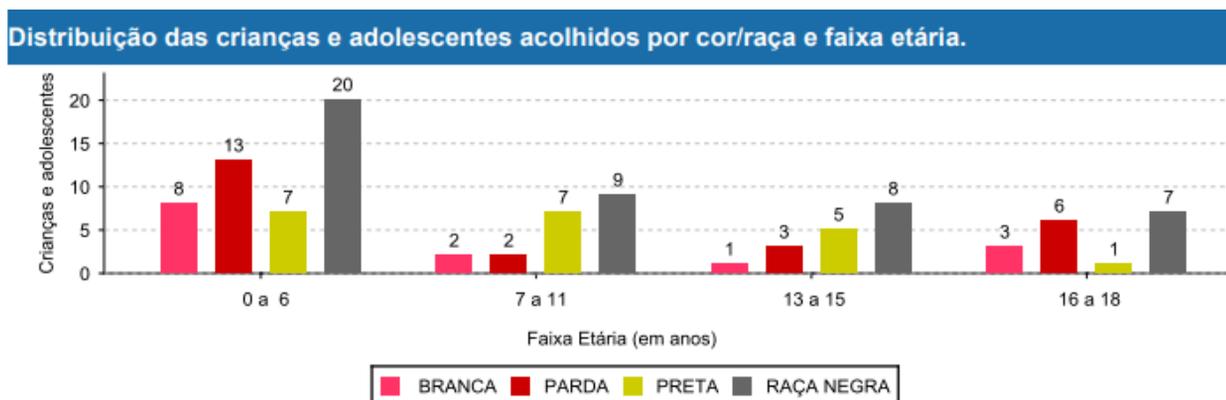


São Gonçalo possui 05 entidades (sendo 04 Serviço de Acolhimento Institucional/Modalidade de Abrigo Institucional e 01 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora) para o acolhimento de crianças e adolescentes, nos quais havia, no primeiro semestre de 2022, **o total de 58 Crianças e Adolescentes acolhidos**: 36 crianças e adolescentes e 22 crianças na primeira infância. Das 58 crianças e adolescentes acolhidos, 40 não têm visitas.

Com referência ao gênero, identificam-se 37 meninas e 21 meninos. Quanto à faixa etária dos acolhidos, 28 possuem entre 0 e 6 anos (48,28%), 11 entre 07 e 11 anos (18,97%), 09 entre 12 e 15 anos (15,52%) e 10 entre 16 e 18 anos (17,24%)¹⁷.



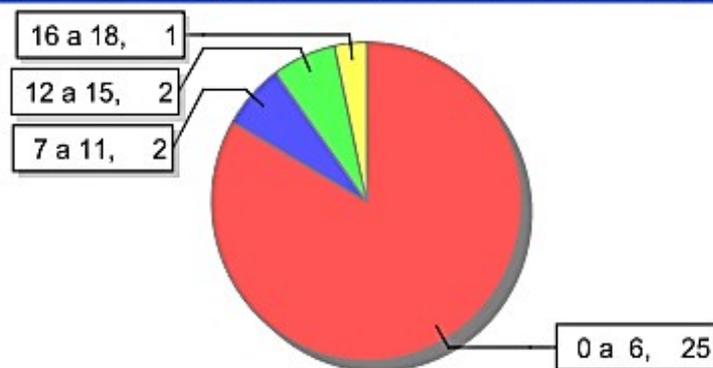
Em relação à raça/cor das crianças e adolescentes acolhidos, o censo informa que **44 são da raça negra**, sendo 24 da cor parda e 20 da cor preta.



Um dado preocupante é o de escolaridade da população acolhida na Primeira Infância. O Censo revela que das **28 crianças acolhidas, apenas 03 estudam, ou seja, 89,29% não estudam**. Segue o gráfico:

¹⁷ FONTE: Censo MCA 2022 http://p-web01.mp.rj.gov.br/Arquivos/MCA/censo/2022/censo_2022/index.html#p=878
Acesso em 27/11/2022.

Faixas etárias (em números) das crianças e adolescentes que não estudam.



Em relação ao motivo do acolhimento institucional na Primeira Infância, verifica-se que **10 foram acolhidos por conta de negligência, 03 por abandono pelos pais ou responsáveis, 02 por abuso físico e psicológico, 02 por abuso sexual/suspeita de abuso sexual, 02 por guarda ou tutela para família extensa mal sucedida (a partir de 2018), 04 genitor(es) maior(es) de 18 anos abrigado(s) com o filho (abrigo de família), 01 carência de recursos materiais da família ou responsáveis (proibido pelo ECA), 01 por criança acolhida com genitora menor de 18 anos, 01 por entrega voluntária, e 01 por exploração do trabalho infantojuvenil pelos pais ou responsáveis.**

Compreendemos que as situações que motivaram o acolhimento institucional de crianças trazem agravos físicos e psicológicos que merecem atenção e a garantia de atendimento especializado. No entanto, os dados do 29º Censo MCA mostram que **apenas 05 crianças do total de crianças e adolescentes acolhidos (58) foram encaminhados para acompanhamento psicológico** e apenas 04 para acompanhamento psiquiátrico. **Este dado aponta para a urgência de se debater a necessidade de atenção às crianças vítimas de violência que estão em situação de acolhimento institucional.** Ao pensar sobre a importância do acompanhamento psicológico para as crianças acolhidas há de se considerar que as especificidades que geram o acolhimento por si só já produzem demandas para o acompanhamento continuado, o qual não se limita aos casos que envolvem violência. Ressaltamos que dentre as medidas protetivas previstas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, há destaque para: “requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial” (ECA, 1990).

3.1.6 - DESTAQUES DA INTERSETORIALIDADE PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - SÃO GONÇALO

Debate organizado pelo CMDCA-SG - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes, através da Comissão para a Primeira Infância e do GT da Primeira Infância, para a elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância, no qual a equipe do Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância compõe o GT e vem participando ativamente, representando a Instituição Movimento de Mulheres como também o Projeto, nos eixos temáticos;

Fluxo Intersetorial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Sexual. Neste fluxo, o NEACA São Gonçalo - Núcleo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica já é referência, assim como o Tecendo Redes na Primeira Infância e a implementação da modalidade de atendimento à Primeira Infância também foi apresentado à rede e hoje compõe o fluxo com o NEACA;

Núcleos Especiais de Atendimento à Criança e ao Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e Sexual - NEACA São Gonçalo e NACA São Gonçalo;

Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância desenvolvido no NEACA São Gonçalo com atenção e atendimento especializado à crianças de 0 a 6 anos de idade e seus familiares envolvidos em dinâmicas violentas;

Protocolos de atendimento à criança e adolescente vítimas de violência no Hospital Municipal Infantil Darcy Sarmanho Vargas, com fluxo para intervenções intra e intersetorialmente, havendo preocupação e implicação com o monitoramento dos casos e o trabalho articulado em redes garantindo a não revitimização. Assim, a equipe do Serviço Social e Psicologia do Hospital mostraram a articulação com os Conselhos Tutelares, Delegacias, Sala Lilás do IML, NACA e NEACA. Outro monitoramento que a equipe do Hospital Infantil vem realizando é o de letalidade infantil provocada por situações de violências;

Núcleos Especiais de Atendimento à Criança e ao Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e Sexual - NEACA São Gonçalo e NACA São Gonçalo;

Sala Lilás no IML - Instituto Médico Legal. O Projeto Sala Lilás possui um ambiente mais acolhedor que presta atendimento às vítimas de violências doméstica e familiar com incidência nas violências física e sexual que chegam ao local para realização do exame de corpo de delito após registrar ocorrências nas delegacias. O objetivo é fornecer atendimento especializado e suporte à vítima diante da violência que foi exposta;

Clínica da Criança articulada com os programas e projetos de atendimento à crianças vítimas de violência doméstica e sexual;

Lançamento do Plano Municipal pela Primeira Infância;

O município aderiu e executa o Programa Criança Feliz;

Roda de Conversa com Gestantes, Puérperas e Familiares realizado mensalmente na Sede do Movimento de Mulheres em São Gonçalo e no Conjunto da Marinha no Complexo do Salgueiro.

3.2 – ITABORAÍ

Itaboraí¹⁸ é um município, assim como São Gonçalo, da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tem uma população oficial de 232.394 habitantes, com **população estimada para 2021 de 244.416 habitantes**¹⁹. A população é de 51,29% do sexo feminino e de 48,71% de crianças e jovens até 29 anos de idade. Sua extensão territorial é de 429,61km², em área de baixada litorânea, às margens da Baía de Guanabara, a 45 km de distância da capital e faz divisa com Guapimirim, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Maricá. Em relação ao PIB municipal, encontra-se na 92ª posição no ranking estadual.

Em 2020, o salário médio mensal era de 2.3 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 18 de 92 e 65 de 92, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 887 de 5570 e 2440 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 37.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 16 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 3058 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Apresenta **65.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado**, 34.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10.6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 65 de 92, 81 de 92 e 88 de 92, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1592 de 5570, 4719 de 5570 e 2731 de 5570, respectivamente.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Itaboraí é considerado médio: 0,693. O IDHM considera as mesmas dimensões do IDH Global: renda, longevidade e educação. Desde o primeiro CENSO, realizado no município em 1991, o IDHM está crescendo. Neste referido ano, o IDHM era de 0,415, o que significa que estava muito baixo. No ano 2000, o IDHM cresceu mais um pouco, alcançando a faixa baixa com 0,553. No último Censo (2010), o município atingiu a faixa média.

A respeito da Primeira Infância, podemos apontar, através de dados publicados no Observatório da Criança da Fundação Abrinq, alguns indicadores importantes tais como um total de **62 creches em 2020, sendo 39 localizadas na área urbana e 23 localizadas na área rural, bem como 25 creches conveniadas com o Poder Público.**

¹⁸ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/panorama> Acesso em 22/11/2022.

¹⁹ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/itaborai.html> Acesso em 22/11/2022.

3.2.1 - PRIMEIRA INFÂNCIA ITABORAIENSE

3.2.2 - INDICADORES DE SAÚDE

- Com referência à **população da Primeira Infância**, através dos dados de nascidos vivos do IBGE entre os anos de 2020 e 2016 no município, localizamos um **total de 15.087 marcando o quantitativo de crianças na faixa etária de 2 à 6 anos de idade, ou seja, 6,17% do total de habitantes no município;**
- **Apresentando um índice de 24,84% de subregistros civis ao nascer;**
- **A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9.14 para 1.000 nascidos vivos.** As internações devido a diarreias são de 0.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 59 de 92 e 48 de 92, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2994 de 5570 e 4284 de 5570, respectivamente.

3.2.3 - INDICADORES DE EDUCAÇÃO²⁰

- Em se tratando do Censo Escolar²¹ da população da Primeira Infância, registram-se, em 2021, 10.095 matrículas de crianças na faixa etária entre 3 e 6 anos de idade, envolvendo matrículas em creche, pré-escola e 1º ano do Ensino Fundamental I público e privado;
- Em 2021, o município apresenta 51 creches (CEMEIs), 108 pré-escolas e 122 unidades com Ensino Fundamental;
- Apresenta, em 2021, 473 docentes na Educação Infantil e 1.910 docentes no Ensino Fundamental I;
- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é de 5,2, ocupando o 63º lugar no ranking estadual.

²⁰ FONTE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/pesquisa/40/30277?tipo=ranking> Acesso em 22/11/2022.

²¹ FONTE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/pesquisa/40/30277> Acesso em 22/11/2022.

3.2.4 - INDICADORES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

Dados do DATASUS

Segundo dados estatísticos epidemiológicos do Datasus, entre os anos de 2019 e 2021, a respeito da violência interpessoal/autoprovocada notificada, identificamos **1.078 casos de violências no município de Itaboraí, sendo 640 perpetrados contra o gênero feminino e 438 contra o gênero masculino**, ou seja, identificamos o índice de 59,36 % de vitimização feminina por violência interpessoal/autoprovocada em relação ao masculino.

Tratando-se da Primeira Infância de Itaboraí, identificamos, dentre a quantidade de vítimas do gênero feminino (640), o quantitativo de 155 crianças de 0 à 9 anos de idade (24,21 % do total de mulheres), meninas, vítimas de violência; sendo 41 delas vítimas de abusos sexuais. Das 155 crianças, 56 estão na faixa etária de 0 a 4 anos de idade, sendo 15 vítimas de abusos sexuais. Desta forma, o índice percentual de crianças de 0 a 4 anos de idade, meninas e vítimas de abuso sexual é de 26,78%.

Já o gênero masculino, identificamos, através dos dados, 438 vítimas do gênero masculino entre os anos de 2019 e 2021, num percentual de 40,63%. No que concerne à Primeira Infância, identificamos, dentre a quantidade de vítimas do gênero masculino (438), o quantitativo de 65 crianças de 0 à 9 anos de idade (14,84 % do total de homens), meninos, vítimas de violências, sendo 45 de 0 a 4 anos e 20 de 5 a 9 anos de idade.

Podemos analisar, assim, que a faixa etária de 0 a 4 anos de idade aparece como a mais vulnerável e vítima de violências. Ademais, verificamos um índice muito baixo de notificações de violências, considerando um período de 03 anos para a pesquisa realizada. Também não foi possível, por exemplo, identificar números em relação aos tipos de violências perpetradas contra os meninos de Itaboraí pelo Datasus.

Dados da Vigilância Epidemiológica - Itaboraí

Segundo o Art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), **os casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes devem obrigatoriamente ser notificados aos Conselhos Tutelares e autoridades competentes**. Para tal, é utilizado a ficha SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação/ficha de notificação individual. Entretanto, percebemos que o procedimento de preenchimento e encaminhamento da ficha SINAN não está sendo realizado por todos os equipamentos que integram o Sistema de Garantia de Direitos, principalmente no que tange à Assistência Social, onde somente o CEAM aparece nas estatísticas, conforme mostra o gráfico abaixo.

Unidades Notificadoras

Unid. de Saúde Notificadoras	2021	
HOSPITAL MUNICIPAL DESEMBARGADOR LEAL JUNIOR HMDLJ	368	65,9%
SAMU	22	3,9%
CEAM	71	12,7%
UPA 24H ITABORAI	97	17,4%

Fonte: SINAN. Departamento de Vigilância Epidemiológica. SMS/Itaboraí, 2021

Pode-se perceber, portanto, a ausência dos principais equipamentos de proteção aos direitos das crianças e adolescentes, a saber: CREAS, Conselho Tutelar e escolas, tendo em vista que:

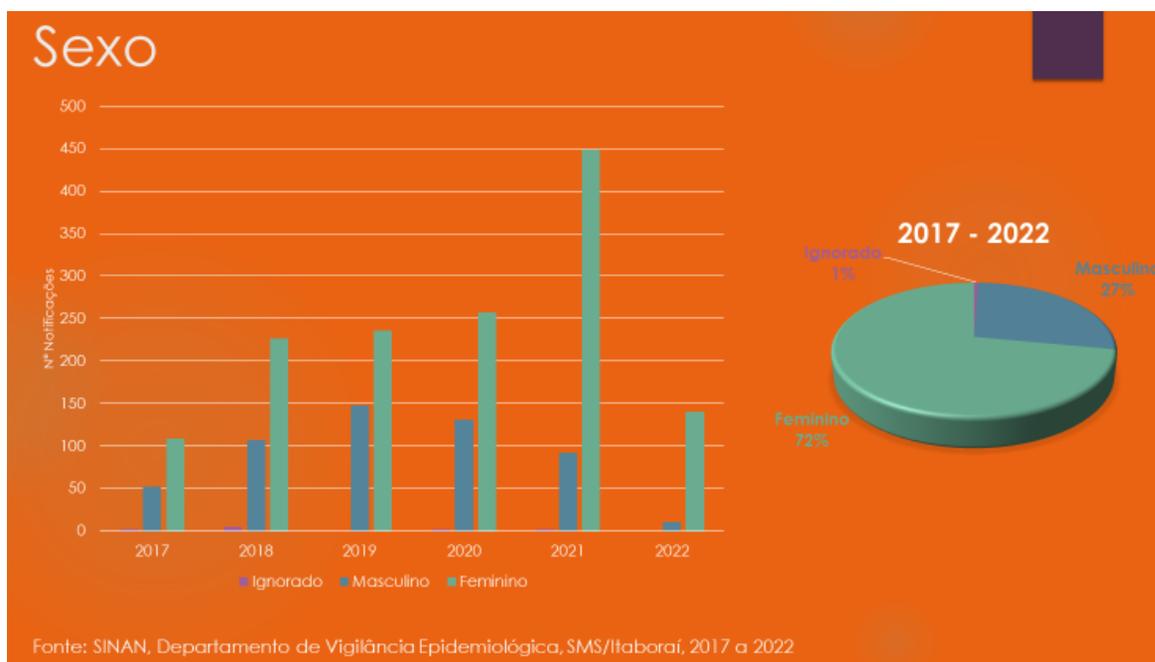
É a única notificação que pode ser realizada não só pelos profissionais de saúde, mas também por outros profissionais, inseridos em outras políticas, como assistência social (nos CRAS e CREAS), na Justiça, Conselho Tutelar, Centro Especializado de Atendimento à Mulher e outros. (SILVA, 2018, p. 16)

A violência é considerada um problema de saúde pública e sua notificação à vigilância epidemiológica é fundamental para a formulação de políticas públicas. Segundo BRASIL (2017), “o trabalho de cada profissional que atende pessoas em situação de violência é estratégico para o fortalecimento da vigilância e da rede de atenção e proteção”.

Dados da Vigilância Epidemiológica de Itaboraí sobre notificações de violências e agravos²² revelam um crescimento considerável das violências nos anos de 2017-2022 (o ano de 2022 contempla o período de janeiro-abril), nos quais percebe-se como majoritárias as vítimas do sexo feminino, bem como o crescimento dos abusos sexuais na faixa etária dos menores de um ano.

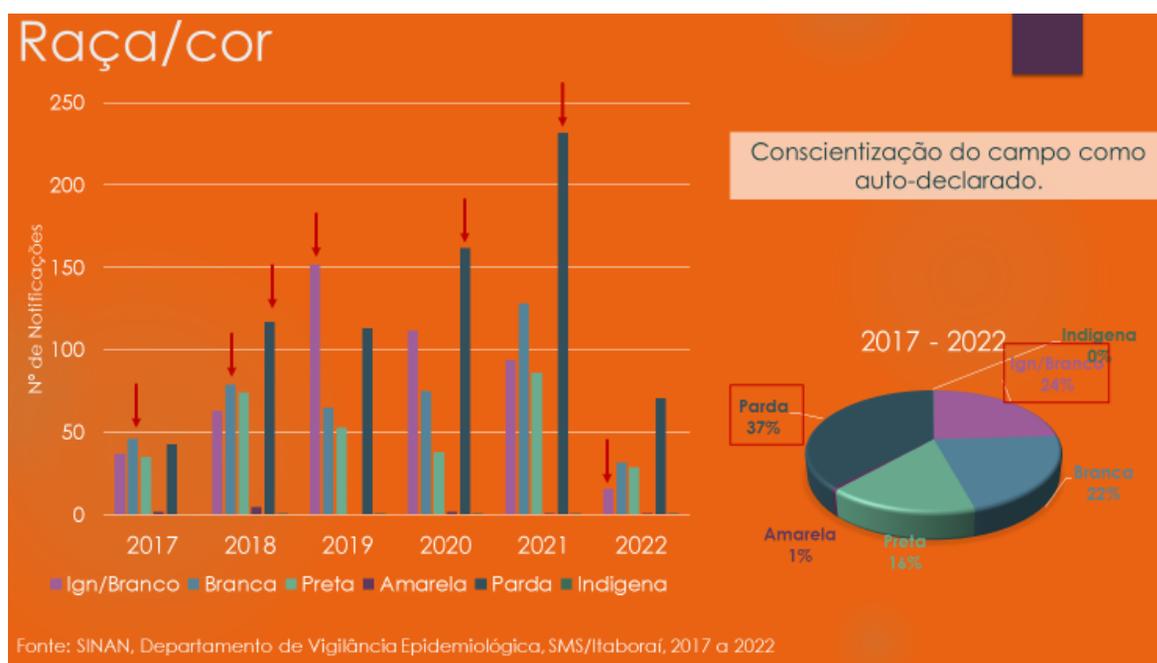


²²FONTE: SINAN, Departamento de Vigilância Epidemiológica, SMS, Itaboraí, 2017 a 2022. Fornecido em maio de 2022.



Tais dados destacam a importância de discutirmos as violências a partir do aspecto do gênero e a sua relevância para os debates de equidade de gênero nas políticas públicas de enfrentamento às violências domésticas perpetradas contra mulheres e meninas. As violências domésticas e sexuais contra as mulheres aparecem nas estatísticas significativamente superior às violências perpetradas contra o público masculino.

De forma a reforçar tal dado, estatísticas do Programa Patrulha Maria da Penha do 35º Batalhão da Polícia Militar - Itaboraí apontam que foram realizados 684 atendimentos a mulheres, 11 atendimentos a crianças e 08 prisões entre os anos de 2020 e 2021²³.



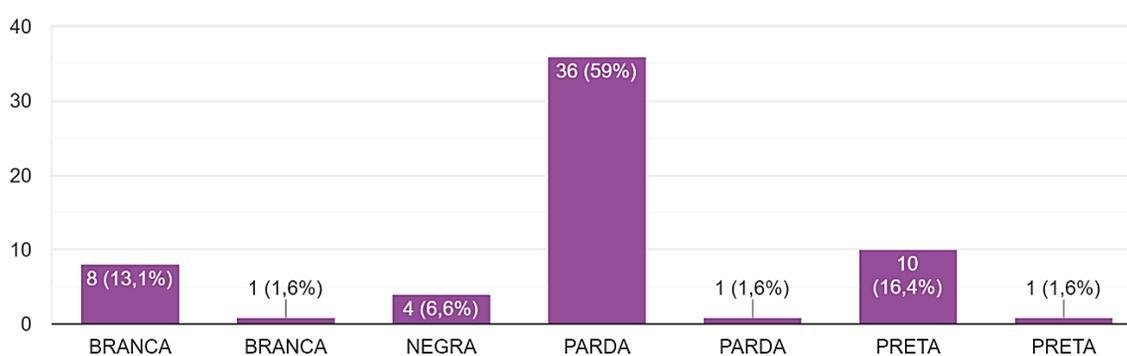
²³FONTE: Dado fornecido pelo 35ºBPMERJ em fevereiro de 2022.

O campo “ignorado”, em relação à cor/raça autodeclarada da Ficha Única de Notificação, aparece com um índice de 24%, um dado que traz a necessidade de reflexão sobre a desvalorização da informação raça/cor no preenchimento da ficha por profissionais. Sendo assim, cabe a problematização do preenchimento incorreto da ficha SINAN, sobretudo com o dado raça/cor sendo desvalorizado, que mostra traços de um racismo estrutural.

É inquestionável o recorte de raça/cor quando abordamos a situação de vitimização por violências domésticas e sexuais. Os dados mostram que 53% das notificações de violências e agravos se deram com pessoas negras (pretas e pardas), considerando, ainda, que dentre o quantitativo de “ignorados” possivelmente existe uma parcela que aumentaria a estatística em relação à população negra. Dados do CEAM Itaboraí²⁴ também mostram que a maioria das mulheres atendidas por violências domésticas estão entre pardas e pretas, totalizando 65,6% do recorte raça/cor dos dados levantados.

Cor/ Etnia

61 respostas



No que refere aos dados e estatísticas do CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher - Itaboraí, cabe destacar que os dados apresentados se referem somente às mulheres atendidas no núcleo, não constando indicadores acerca de crianças e adolescentes ou demais membros familiares. Cabe sinalizar que se torna importante a obtenção de dados referentes às crianças e adolescentes pertencentes às famílias das mulheres atendidas, visto que a violência doméstica sofrida por mulheres afeta diretamente seus filhos ou crianças a elas referenciadas, ou seja, crianças que estão inseridas num contexto familiar violento também sofrem violências.

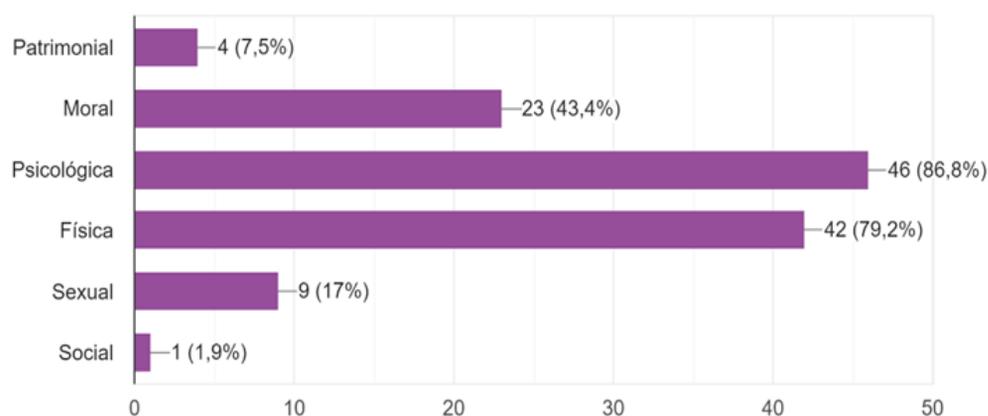
Acerca dos tipos de violências vivenciadas pelas mulheres, identifica-se no gráfico abaixo que a violência psicológica totaliza 86,8% das outras violências. Pode-se refletir, ainda, que a violência psicológica está atrelada às outras violências, uma vez que a violência psicológica se expressa de forma a causar danos à saúde mental, assim como as outras violências, somado ao fato de que uma mesma mulher geralmente vivencia mais de uma violência ao mesmo tempo. Ainda sobre o gráfico abaixo, cabe destacar também a violência física com 79,2%, a qual está

²⁴ FONTE: Dados CEAM - Itaboraí fornecidos em abril de 2022.

diretamente associada à violência psicológica, uma vez que as agressões físicas podem vir acompanhadas de “ameaça, o constrangimento, a humilhação, o isolamento, a manipulação, a vigilância constante, a perseguição, a violação de sua intimidade, entre outros” (Dossiê Mulher, 2021, p. 95).

Tipos de violência identificada

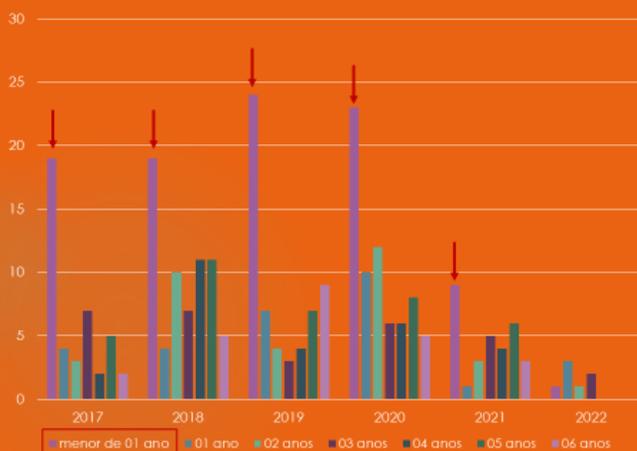
53 respostas



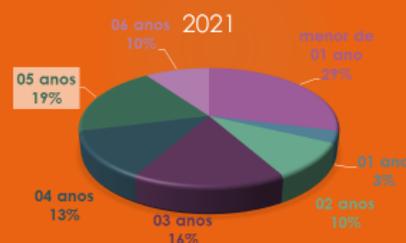
Outrossim, ainda em relação aos dados coletados junto ao CEAM Itaboraí, o perfil das mulheres atendidas é majoritariamente negro, possuem menos de um salário-mínimo como renda, solteiras (embora os maiores agressores sejam seus companheiros) e com Ensino Médio completo. Vale ressaltar que não foram coletados dados referentes à profissionalização, acesso ao mercado de trabalho ou qualidade de vínculos empregatícios.



Primeira infância - Idade



Fonte: SINAN, Departamento de Vigilância Epidemiológica, SMS/Itaboraí, 2017 a 2022



Comparado ao Datasus, verifica-se que a faixa etária de 0 à 4 anos de idade tem sido a mais vulnerável para a ocorrência de violências domésticas, somando 70% dos casos, merecendo atenção, tendo em vista as questões relacionadas ao desenvolvimento pleno das habilidades neurocognitivas, afetivas, emocionais, físicas e sociais. Outra observação extremamente relevante é o índice percentual de casos envolvendo a primeiríssima infância (0 a 3 anos de idade), ou seja, os 1000 dias de maior desenvolvimento do ser humano, somando 57% dos casos de violências envolvendo crianças de 0 a 6 anos de idade. E dentro desse recorte, podemos fazer outro relacionado ao alto índice envolvendo a faixa de idade menor de 01 ano, responsável por 29% dos casos de violências. Assim, a idade da Primeira Infância mais envolvida em casos de violências domésticas e/ou sexuais no município de Itaboraí tem sido de 0 a 1 ano.

Com isso, destacamos que **no município não há creches públicas para crianças de 0 a 2 anos de idade**. Período importante de vínculos fortes, afetividade, quando o suporte às mulheres que necessitam trabalhar é de extrema relevância. Relações estáveis e contínuas são importantes nesta fase, e estas vão proporcionar melhores formas de cuidados e, conseqüentemente, melhor desenvolvimento e proteção.

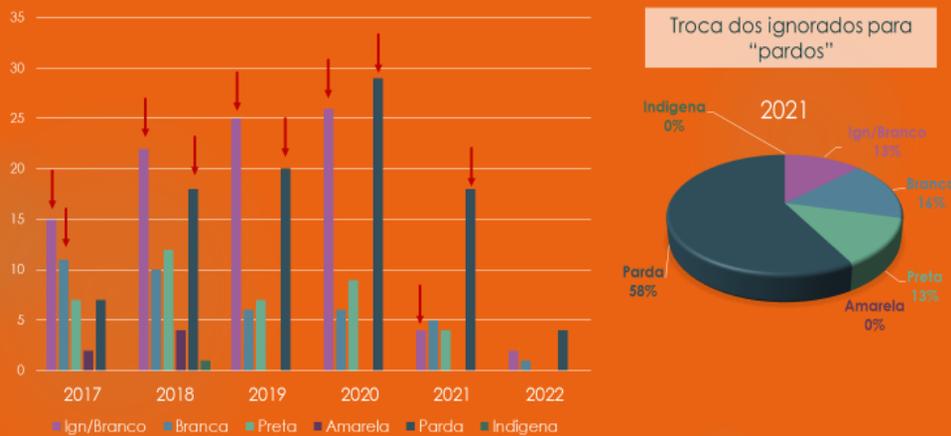
Primeira infância - Sexo



Fonte: SINAN, Departamento de Vigilância Epidemiológica, SMS/Itaboraí, 2017 a 2022

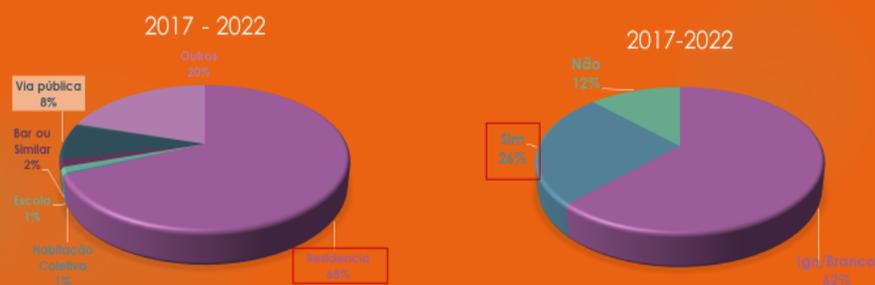


Primeira infância - Raça/cor



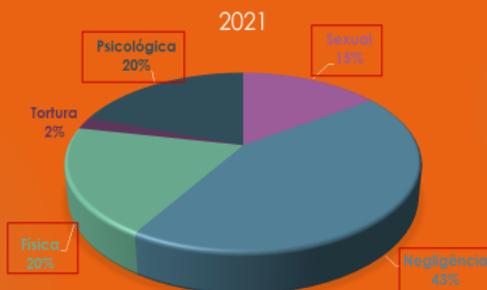
Fonte: SINAN, Departamento de Vigilância Epidemiológica, SMS/Itaboraí, 2017 a 2022

Primeira infância – Local de ocorrência e “outras vezes”



Fonte: SINAN, Departamento de Vigilância Epidemiológica, SMS/Itaboraí, 2017 a 2022

Primeira Infância – Tipos de Violência



Fonte: SINAN, Departamento de Vigilância Epidemiológica, SMS/Itaboraí, 2021

3.2.5 - SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE ITABORAÍ

Em termos práticos, a respeito do Sistema de Garantia de Direitos em Itaboraí, contamos hoje, sob a gestão da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, com:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (o qual organizou a Comissão da Primeira Infância do município),
- Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS,
- 02 Conselhos Tutelares,
- 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, o programa PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil),
- 01 Centro POP (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua);
- 08 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, sendo um destes itinerante, (os quais executam o Programa Criança Feliz - PCF; Bolsa Família e o Vale Social),
- 01 Abrigo da Criança e Adolescente, 01 ILPI (Instituto de Longa Permanência para Idosos),
- 01 Centro de Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM

Sob a gestão da **Secretaria Municipal de Saúde** encontramos:

- 01 Centro de Especialidades da Criança, Adolescente e da Mulher - CECAM,
- Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente - PAISCA,
- 01 Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil - CAPSi Marinéa Barreto,
- 01 Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas - CAPSad III Lima Barreto,
- 02 Centros de Atenção Psicossocial Adulto (CAPS II Celeste Maria Campos e CAPS III Ilma das Flores),
- 01 Ambulatório Especializado em Saúde Mental,
- 37 Unidades Primárias de Saúde, sendo a maioria Unidades de Saúde da Família,
- 01 Serviço de Atenção Especializada em IST's, AIDS e Hepatites Virais, a Vigilância em Saúde,
- 01 unidade de Atendimento Médico de Emergência - AME, 01 Unidade de Pronto Atendimento - UPA,
- uma Policlínica de Especialidades Médicas,
- 02 Hospitais Municipais (Hospital Municipal Desembargador Leal Júnior (HMDLJ);
- Hospital Municipal São Judas Tadeu (HMSJT),
- 02 Hospitais Estaduais (Hospital Estadual Prefeito João Batista Caffaro (HEPJBC);
- Hospital Estadual Tavares de Macedo (HETM),
- 01 Centro Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária - CASF AP,
- 01 Centro de Especialidades de Saúde - CESI,
- 01 Serviço de Atenção Especializada em Tuberculose.

Através das Organizações Sociais da sociedade civil organizada encontramos:

- 01 Acolhimento institucional para mulheres vítimas de violências e seus filhos - Abrigo Rainha Silvia,
- 01 Núcleo Especial de Atendimento à Crianças Vítimas de Violências Domésticas e Sexuais na Primeira Infância - NEACA Itaboraí,
- 01 Núcleo de Atenção à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - NACA Niterói,
- 01 Clínica Escola do Autista, o Centro Terapêutico Elcio Boccaletti.

Sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação temos:

- 01 Núcleo de Atendimento Psicopedagógico da Educação Municipal - NAPEM,
- 01 Centro Especializado em Reabilitação - CER II,
- Subsecretaria de Gestão e Ensino com a Coordenação de Orientação Educacional,
- Coordenação de Educação Infantil, Orientação Socioeducativa,
- 21 Centros Municipais de Educação Infantil,
- 49 Escolas Municipais com educação infantil.

Na Segurança Pública:

- 01 Batalhão da Polícia Militar com o Programa Patrulha Maria da Penha,
- 01 Guarda Municipal com 01 Grupamento Especial de Ronda Escolar,
- 01 Delegacia Distrital, uma Promotoria da Infância, Juventude e Idoso,
- 01 Juizado de Violência Doméstica, uma Vara da Infância, Juventude e Idoso,
- Defensoria Pública.

Para além de analisar a quantidade de equipamentos existentes no Município de Itaboraí, pudemos compreender na prática de nossos atendimentos, por exemplo, que o fato de existir apenas 01 equipamento do CREAS encarregado das situações de violações de direitos, dentre essas, o acompanhamento às famílias que vivenciam violências, acaba excluindo ou dificultando o acesso e/ou continuidade do acompanhamento daqueles que residem longe do centro (principalmente nas áreas rurais e/ou com dificuldade de transporte).

O **Programa Criança Feliz**, por sua vez, não é operacionalizado por todos os **Centros de Referência de Assistência Social – CRAS** (somente Reta, Itambi e Ampliação), tampouco contempla todas as crianças da primeiríssima infância nos CRAS onde vem sendo executado.

Destacamos que a proposta de acompanhamento em domicílio desenvolvida pelo Criança Feliz é a materialização prevista pela Lei 13.257/2016, sendo uma potente ferramenta e estratégia de aproximação com as famílias e de proteção à infância, por meio do desenvolvimento/estímulo e fortalecimento de vínculos entre cuidadores e crianças, facilitando até mesmo orientações e encaminhamentos que se façam pertinentes ao núcleo familiar. Tal acompanhamento, entretanto, deveria estar paralelamente atrelado ao **Serviço de Proteção e**

Atendimento Integral à Família - PAIF, a principal ação do CRAS, no que tange ao trabalho social com famílias, por ser de caráter continuado, cujo a finalidade é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo possíveis rupturas de seus vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhoria da qualidade de vidas. Prevê, ainda, o desenvolvimento de potencialidades das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Sobre o quantitativo de serviços existentes no município, concluímos que a quantidade de Conselhos Tutelares, que desempenham papel fundamental na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, deveria ser determinada não apenas pela população adscrita no território, mas também pelo nível de violações concretas em determinadas regiões. O número de violações que chegam a um determinado Conselho Tutelar, por exemplo, pode ser imenso. Com isso, precisamos diariamente fortalecer esses espaços e isso inclui defender melhores estruturas de funcionamento, valorização dos conselheiros e fortalecimento da rede de atendimento.

Dados do Conselho Tutelar II – Itaboraí

Dados do Conselho Tutelar II de Itaboraí a respeito da violência doméstica e sexual de crianças e adolescentes revela que, entre os anos de 2021 e 2022, o dispositivo realizou:



Além destes dados, o Conselho recebeu 69 denúncias do Disque 100 e 177 denúncias presenciais. Com referência ao trabalho articulado em redes, o Conselho Tutelar II realizou 61 encaminhamentos para o CRAS, 98 para o CREAS, 40 para o CAPSI e 09 para o CEAM, totalizando 208 encaminhamentos para a rede de proteção.

Dados do Conselho Tutelar I não foram disponibilizados para este diagnóstico.

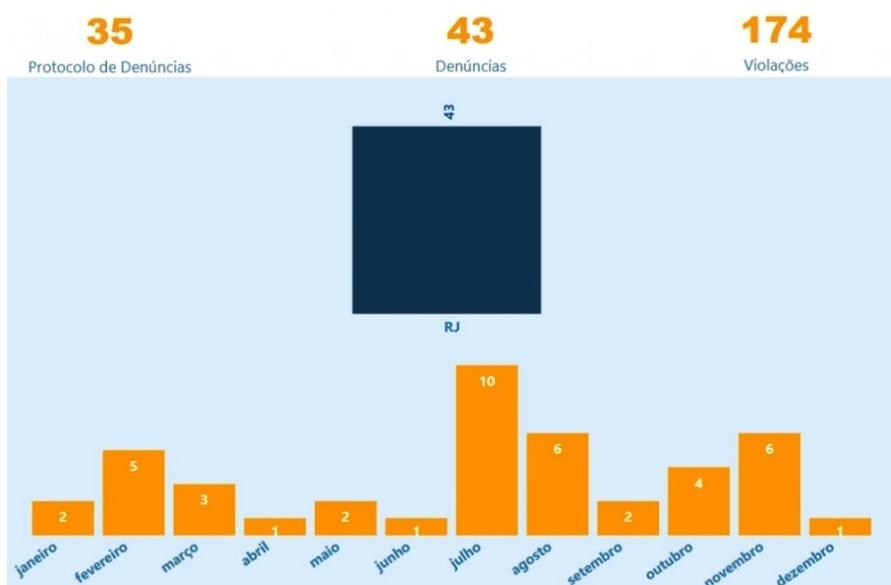
Dados do Disque 100 - Itaboraí

Os gráficos abaixo referem-se ao número de denúncias e número de violações nos anos de 2021 e 1º semestre de 2022 recebidos e analisados pelo Disque 100, relativos à Primeiríssima e Primeira Infância.

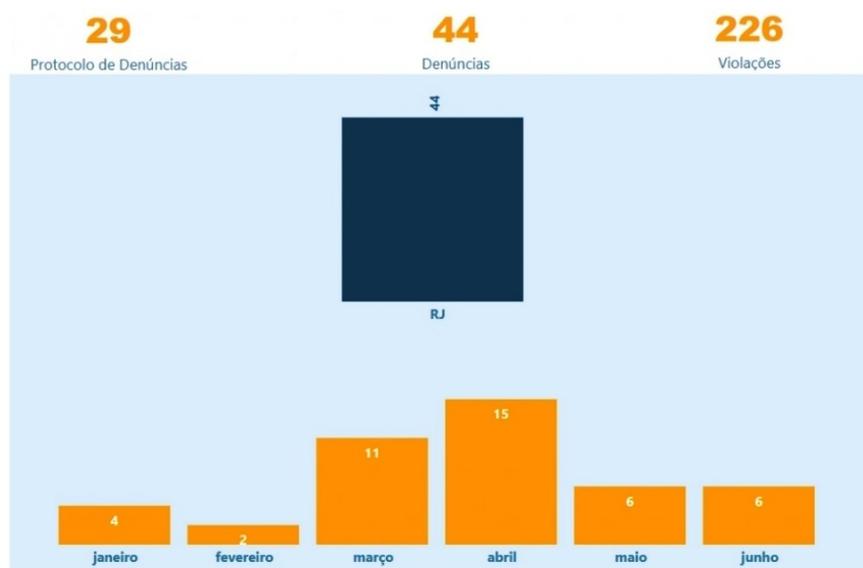
É possível verificar que em apenas 6 meses de 2022 há superação dos números de 2021, quando os dados mostram que o número de denúncias e violações são elevadas em 2022.

O número crescente de denúncias no primeiro semestre de 2022 pode também indicar a visibilidade e a mobilização alcançadas através de campanhas virtuais em prol do enfrentamento às violências no período pandêmico da COVID 19.

2021



1º SEMESTRE/2022



Dados referentes ao município de Itaboraí.
Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

Tendo como exemplo o primeiro semestre de 2022, observamos, de acordo com dados do Disque 100, **226 violações contra os direitos humanos de crianças na primeira infância**, totalizando 44 denúncias apenas nos primeiros seis meses do corrente ano. Tal dado desperta preocupação, pois equipara-se ao número de denúncias realizadas em todo o ano de 2021, até mesmo superando o total de violações identificadas. O número de casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes são maiores do que as denúncias recebidas, valendo destacar que uma única denúncia pode conter mais de uma violação de direitos humanos.

Identificamos que até o ano de 2020, o Disque 100 não apresentava o recorte da Primeira Infância no levantamento e análise dos dados. A partir de 2021, verifica-se o surgimento da preocupação com tal recorte, sendo possível levantar dados de denúncias de violências domésticas envolvendo crianças de 0 a 6 anos de idade.

Em relação ao sexo das vítimas, notamos alteração de um ano para o outro: em 2021, as denúncias, em sua maioria, foram relacionadas a crianças do sexo masculino (25 das 43 denúncias), enquanto no primeiro semestre de 2022, as violações denunciadas, em maioria, ocorreram contra crianças do sexo feminino (25 das 44 denúncias). Ambos os anos, entretanto, convergem no indicador acerca do local em que ocorreu o maior número de tais violações: a casa onde residem o suposto autor e a vítima, demarcando o comprometimento das relações parentais e o vínculo entre a criança e pessoas significativas para ela. **Percebemos, assim, como esse canal de denúncias é uma ferramenta importante para a proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente.**

2021

Cenário da violação	Denúncias	Violações
CASA ONDE RESIDE A VÍTIMA E O SUSPEITO	34	129
CASA DO SUSPEITO	5	33
CASA DA VÍTIMA	2	9
CASA DE FAMILIARES	1	1
OUTROS	1	2

1º SEMESTRE/2022

Cenário da violação	Denúncias	Violações
CASA ONDE RESIDE A VÍTIMA E O SUSPEITO	29	163
CASA DO SUSPEITO	7	29
ÓRGÃOS PÚBLICOS	3	22
CASA DA VÍTIMA	2	4
OUTROS	2	5
VIA PÚBLICA	1	3

Dados referentes ao município de Itaboraí
Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

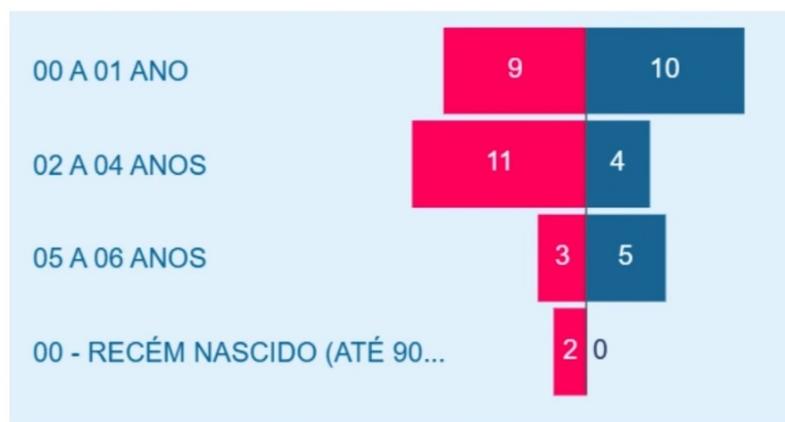
Com referência à faixa etária e o gênero envolvidos nas denúncias e violações de direitos, o Disque 100 mostra que **na faixa etária de 02 a 04 anos de idade, as meninas aparecem em maior número**, porém o número em relação aos meninos também é expressivo. Já na faixa etária de 05 a 06 anos de idade, as denúncias e violações são maiores em relação aos meninos, nos dois anos.

Ainda encontramos poucos dados em relação à faixa de idade de 0 a 2 anos incompletos, mas podemos verificar que é crescente as denúncias e violações contra os bebês - 0 a 1 ano de idade, merecendo atenção das políticas públicas municipal, principalmente quanto à oferta de creches que atenda essa faixa de idade .

2021

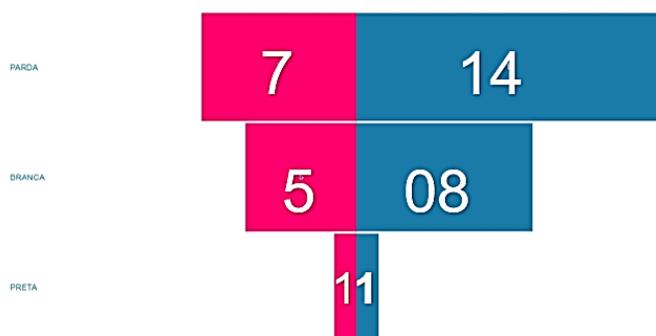


1º SEMESTRE/2022

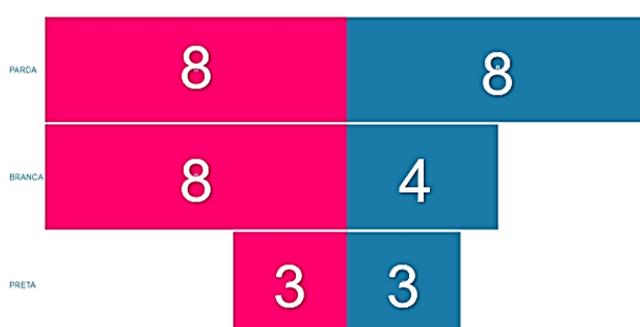


Dados referentes ao município de Itaboraí.
Fonte: <https://www.gov.br/ndl/pt-br/ondh/painel-de-dados>

2021



1º SEMESTRE/2022

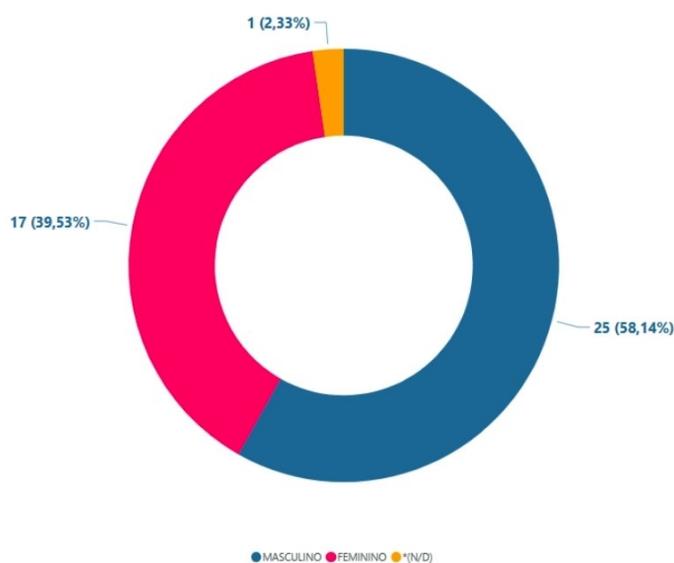


Dados referentes ao município de Itaboraí.
Fonte: <https://www.oov.br/ndh/pt-br/ondh/panel-de-dados>

Dados sobre a cor das crianças envolvidas nas denúncias de violações de direitos apontam a amplitude em relação à cor parda no ano de 2021 e no primeiro semestre de 2022; a cor branca teve maior registro em relação às meninas. Em relação aos meninos, os negros (pretos e pardos) aparecem em maior número nos dois anos. Registram mais denúncias em relação aos meninos do que em relação às meninas. Os meninos negros (pretos e pardos) aparecem em maior número de denúncias e violações.

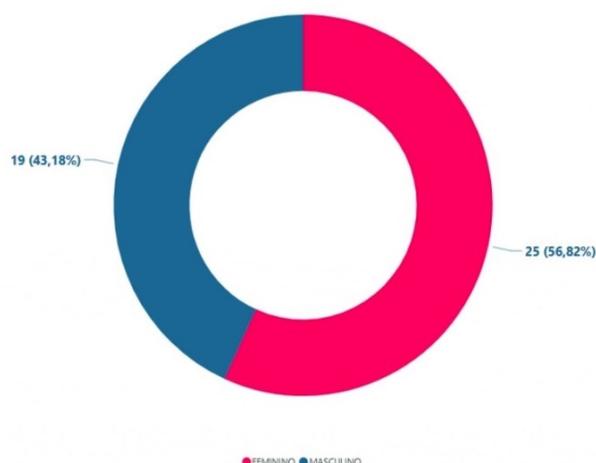
2021

SEXO DA VÍTIMA



1º SEMESTRE/2022

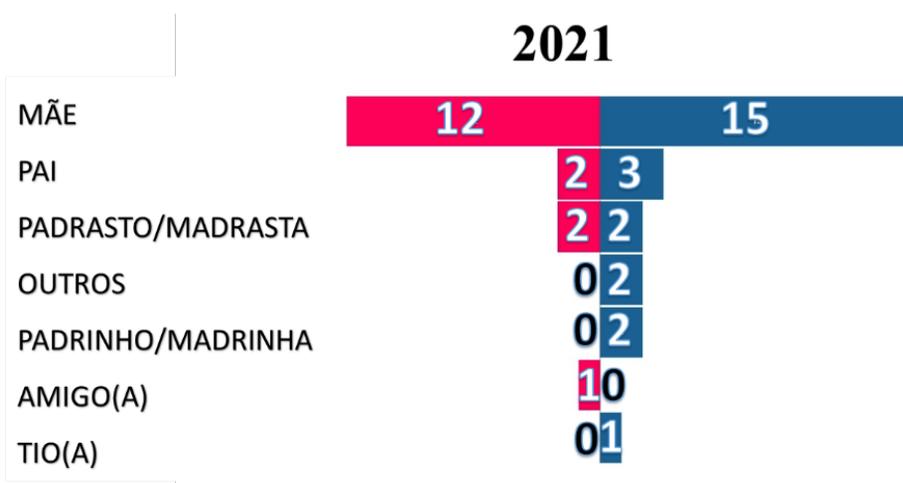
SEXO DA VÍTIMA



Dados referentes ao município de Itaboraí.
Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

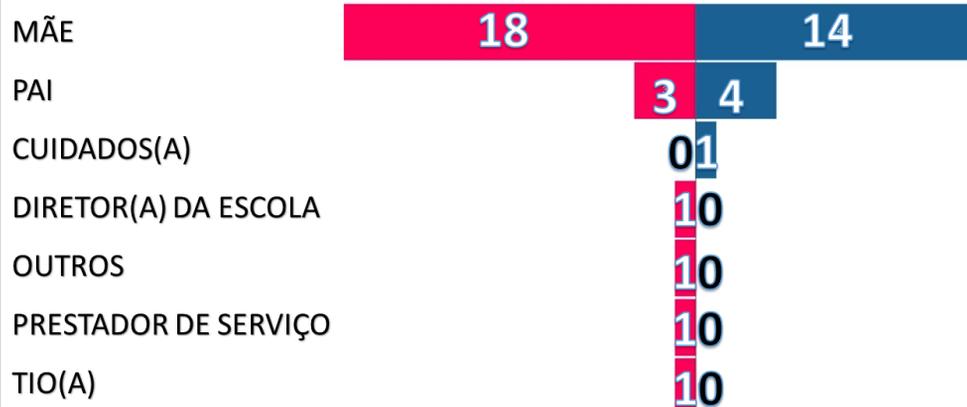
Sobre a relação da criança com o sujeito violador (a), **as denúncias são expressivas em relação à mãe, tanto para as meninas quanto para os meninos nos dois anos iniciais de vida.** Este é um dado que merece atenção, porque pode ser revelador do efeito da sociedade patriarcal e machista, que ainda responsabiliza as mulheres pela educação e cuidados dos filhos, sendo compreendidas como as principais responsáveis pela prole.

Este dado também pode revelar os cuidados e as condições que as mulheres necessitam para conseguirem estender os cuidados àqueles que dependem delas, neste caso os filhos, tendo em vista que a maioria são mulheres, mães solo e também vítimas de violências domésticas, como aponta o **Dossiê Mulher 2019²⁵: 319,4 violências físicas, 317,7 violências psicológicas, 233,6 violências morais, 60,4 estupros, 33,5 violências patrimoniais, 13,9 tentativas de feminicídio e 4,1 feminicídio envolvendo mulheres no município de Itaboraí.**



²⁵ Fonte: Dossiê Mulher 2019. ISP/RJ - Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2019.pdf Acesso em 11/12/2022.

1º SEMESTRE/2022



Dados referentes ao município de Itaboraí.
Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

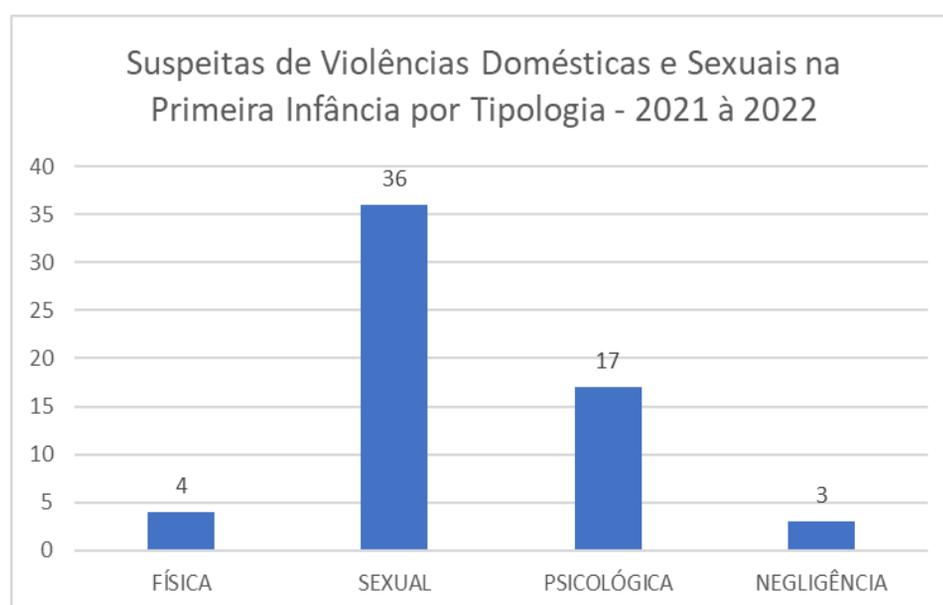
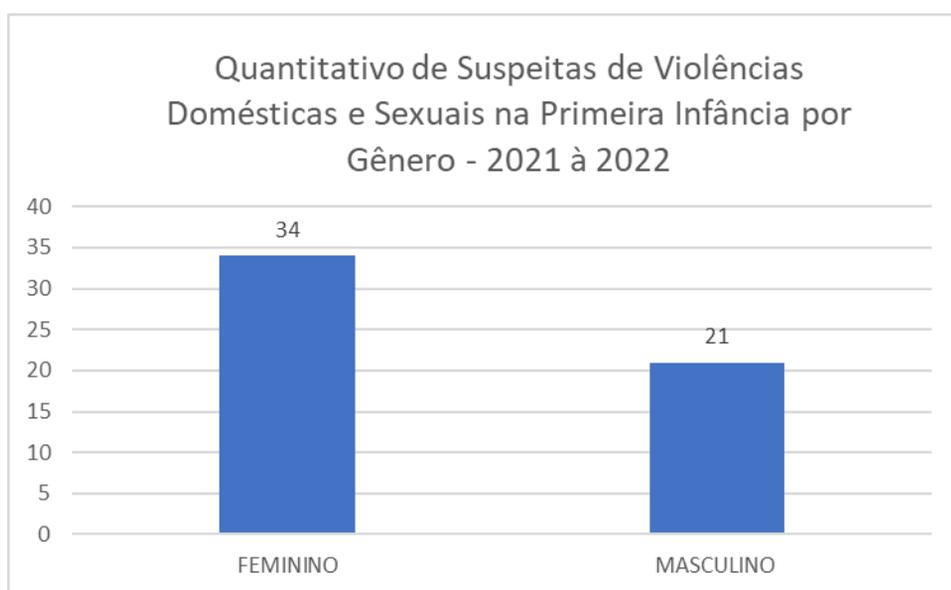
De acordo com o Disque 100, em 2021 e 1º semestre de 2022, com referência à tipologia das denúncias, 86,2% dizem respeito à integridade física; 82,7% dizem respeito à integridade psíquica. Quanto à tipologia das violações, 45% são em relação à integridade física e 48% em relação à integridade psíquica. Este dado mostra o desconhecimento em relação aos sinais de violações sexuais na infância, cujos números de denúncias e violações são inexpressivos, assim como os dados em relação ao suposto autor da violência, nos quais não aparece com expressividade o autor masculino - pai, avô e padrasto. Observando esses dois indicadores, pode-se compreender que ainda são pouco denunciadas as suspeitas de abusos sexuais e violências sexuais, seja por falta de conhecimento acerca dos tipos de violências, seja pela incredulidade de que isso possa acontecer na infância, ensejando ações de mobilização e visibilidade da temática.



Fonte: Disque 100

Dados do NACA Niterói - Núcleo Especial de Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências

Dados do NACA Niterói, o qual atua frente às suspeitas de violências, mostram 55 casos envolvendo crianças na primeira infância entre os anos de 2021 e 2022, sendo maior em relação às meninas.



Com referência à tipologia, as suspeitas mais notificadas são as sexuais, seguidas das psicológicas, físicas e negligências.

Dados do 29º Censo MCA - Itaboraí

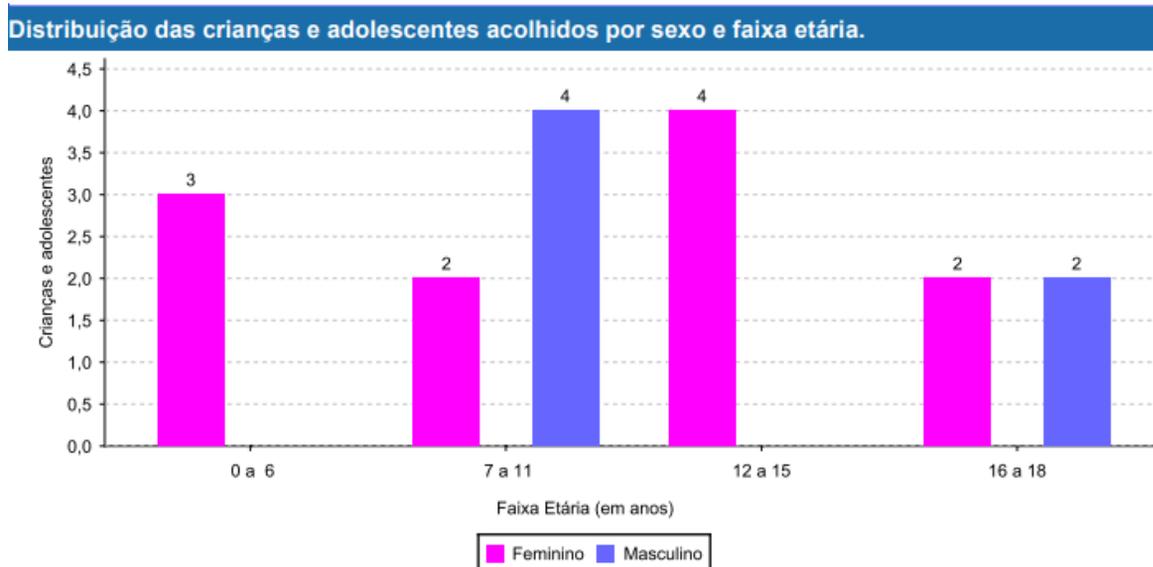
De acordo com a apresentação do 29º Censo MCA, este insere-se em um contexto de retomada das atividades presenciais para crianças e adolescentes em acolhimento no estágio atual da pandemia, tendo ocorrido a coleta de dados em 30 de junho de 2022. O novo censo traz importantes informações sobre a realidade de crianças e adolescentes que se encontram em serviços de acolhimento familiar e institucional no Estado do Rio de Janeiro, demonstrando que o número total de crianças e adolescentes acolhidos, após significativa redução ocorrida desde o primeiro censo (de 3.782 em 2007 para 1.455 em 2021), tem se mantido em patamar estável, sem perspectivas de aumento.

No que se refere aos principais motivos de acolhimento global, os dados do 29º Censo revelam a Negligência como principal motivo entre os 10 elegíveis para a análise, representando 36,15% do total de acolhidos.

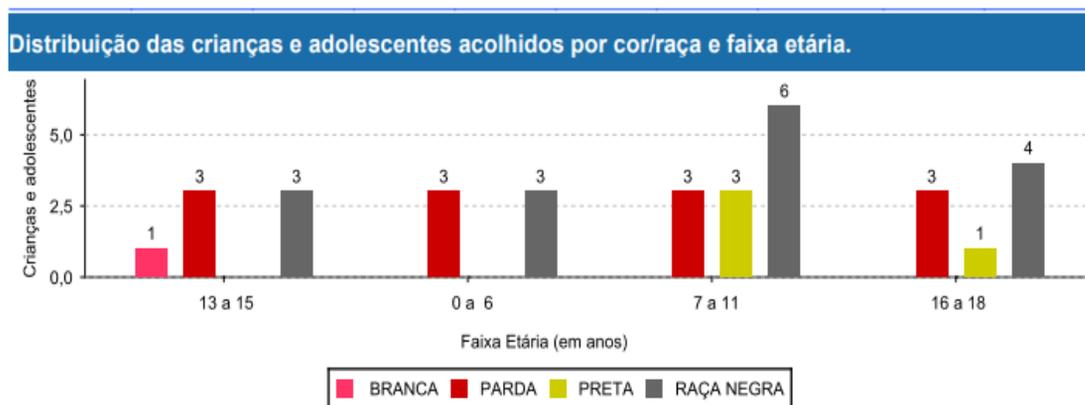
O Módulo Criança e Adolescente nasce com o objetivo de criar um cadastro on-line contendo dados dos programas de acolhimento de cada criança ou adolescente no Estado do Rio de Janeiro. O MCA permite a integração em rede, através da Internet, de todos esses órgãos e entidades de proteção envolvidos com a medida de acolhimento, tais como as Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, os Juízos de Direito da Infância e da Juventude, os Conselhos Tutelares, as instituições de acolhimento, entre outros. Por isso, todos os órgãos e entidades mencionados podem acessar o MCA, para consultar e/ou alimentar informações de crianças e adolescentes, além de registrar a sua própria atuação nos casos atendidos. Assim, todos os responsáveis pela medida de acolhimento operam, cada um dentro da sua função, permanecendo conectados uns aos outros e ao próprio caso através do MCA, o que viabiliza uma melhor articulação entre os operadores da rede de proteção.

De acordo com o 29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no estado do Rio de Janeiro em 2022, realizado pelo Módulo Criança e Adolescente do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, o município de Itaboraí possui 01 entidade (Serviço de Acolhimento Institucional/Modalidade de Abrigo Institucional) para o acolhimento de crianças e adolescentes, onde havia, no primeiro semestre de 2022, **o total de 17 Crianças e Adolescentes acolhidos: 14 crianças e adolescentes e 03 crianças na primeira infância.** Das 17 crianças e adolescentes acolhidos, 14 não têm visitas.

Com referência ao **gênero**, identificam-se **11 meninas e 06 meninos**. Quanto à faixa etária dos acolhidos, 03 possuem entre 0 e 6 anos (17,65%), 06 entre 07 e 11 anos (35,29%), 04 entre 12 e 15 anos (23,53%) e 04 entre 16 e 18 anos (23,53%).

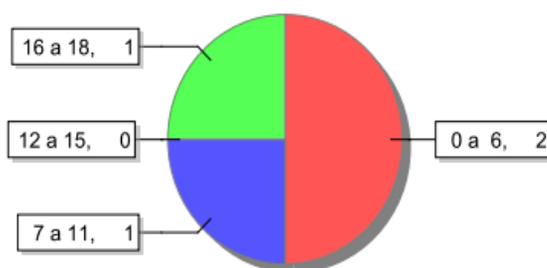


Em relação à **raça/etnia** das crianças e adolescentes acolhidos o censo informa que **16 são da raça negra**, sendo 12 da cor parda e 04 da cor preta.



Um dado preocupante é o de escolaridade da população acolhida na Primeira Infância. O Censo revela que das 03 crianças acolhidas, apenas 01 estuda.

Faixas etárias (em números) das crianças e adolescentes que não estudam.

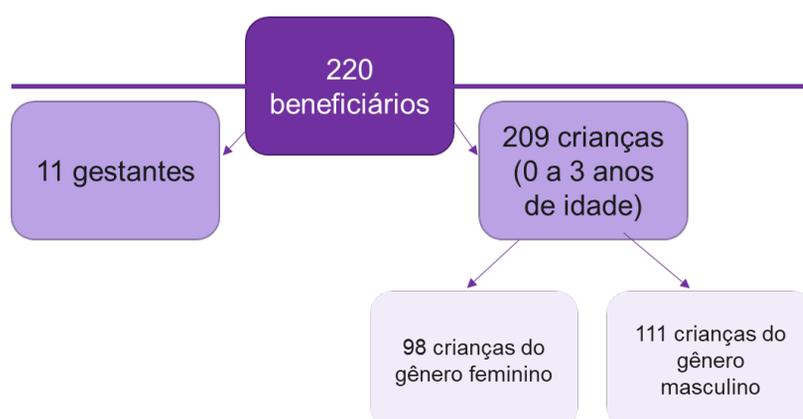


Em relação ao **motivo do acolhimento** institucional na Primeira Infância, verifica-se que **02 foram acolhidos por conta de negligência e 01 por abuso sexual/suspeita de abuso sexual.**

Compreendemos que as situações que motivaram o acolhimento institucional de crianças trazem agravos físicos e psicológicos que merecem atenção e a garantia de atendimento especializado. No entanto, os dados do 29º Censo MCA mostram que apenas 02 crianças do total de crianças e adolescentes acolhidos (17) foram encaminhadas para acompanhamento psicológico e apenas 01 para acompanhamento psiquiátrico. Este dado aponta para a urgência de se debater a necessidade de atenção para as crianças vítimas de violência que são acolhidas, as quais não recebem o cuidado necessário, porém garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dados do Programa Criança Feliz de Itaboraí²⁶

Atualmente o Programa Criança Feliz atende:



Abrangência da cobertura do programa:



Segundo o PCF, os beneficiários do programa fazem parte das famílias acompanhadas pelos CRAS através do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Não foram identificadas notificações de violências em relação aos beneficiários atendidos.

²⁶ Fonte: Ofício 2506/2022, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Itaboraí)

3.2.6 - DESTAQUES DA INTERSETORIALIDADE PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA E A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Identificamos em Itaboraí o início do debate acerca da Primeira Infância. Concomitante à chegada do Projeto no município, através do colegiado e assessoria técnica do Conselho Municipal de Assistência Social, tomamos conhecimento de que a Promotoria da Infância e Juventude tinha solicitado a elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância. Desde 2019, o município já contava com o Programa Criança Feliz.

Outra questão identificada foi a necessidade, apresentada pelos profissionais da rede de proteção, de discussão intersetorial do fluxo de atendimento municipal.

No que se refere à criança e adolescente vítimas de violência doméstica e sexual, identificamos o GT de Combate ao Abuso e Exploração Sexual como prática intersetorial no enfrentamento às violências e tem buscado ampliar o debate.

A construção do fluxo intersetorial de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência está em andamento, articulado pelo GT CASCA, mas ainda é um fator que merece atenção no trabalho articulado em redes.

Na Educação, verificamos um número grande de escolas nas áreas de abrangência do projeto, sendo que algumas áreas são muito distantes e de difícil acesso, como Curuzu. A Coordenadora da Orientação Educacional sugeriu o alcance do projeto às psicólogas escolares do município, assim como a todos os profissionais da educação. Demonstraram satisfação em poder contar com o Núcleo de Atendimento e solicitaram muita divulgação.

O município de Itaboraí conta com o GT de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual coordenado pela Saúde da Criança e do Adolescente (CSCA/SMS), mas que se encontrava desarticulado por causa da Pandemia da COVID-19. Entretanto, através das ações de consultorias do GT de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Itaboraí, foi possível realizar articulações com a equipe da Vigilância Epidemiológica, a qual é responsável pela coleta e análise dos dados da Ficha Única de Notificação Compulsória de Agravos e Violências.

Durante as reuniões interinstitucionais em Itaboraí, o projeto verificou, através dos relatos de atrizes e atores dos órgãos de proteção, como temáticas mais relevantes e apontadas com maior frequência:

01) Articular Reuniões de Fluxo de atendimento municipal;

02) Fomentar o debate intersetorial e de articulação para o trabalho em redes;

03) Elaborar o Fluxo Intersetorial de Atendimento à Criança Víctima de Violência: foi possível identificar fluxos internos na Saúde e na Assistência Social, mas não intersetoriais; na Assistência Social houve a necessidade de construção do Fluxo de Atendimento à Criança Víctima de Violência e inclusão do NEACA Itaboraí nesse fluxo;

04) Ampliar a visibilidade da Primeira Infância no município: em elaboração do PMPI e ações articuladas do Programa Criança Feliz voltadas especificamente à Primeira Infância;

05) Implantar creches públicas para atendimento à Primeiríssima Infância;

06) Sensibilizar e capacitar profissionais da Segurança Pública para maior atuação frente às demandas da violência doméstica contra mulheres e crianças;

07) Fomentar a discussão do Racismo estrutural e impactos no desenvolvimento infantil nas escolas;

08) Ampliar a mobilização para a notificação de casos de suspeitas de violências contra a criança;

09) Ampliar o conhecimento acerca da notificação de suspeitas de violências contra crianças;

10) Ampliar conhecimentos acerca das violências psicológicas na Primeira Infância por parte dos profissionais;

11) Implementar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher: a ausência de um Conselho de Direitos da Mulher não contribui para o avanço das políticas públicas voltadas para as mulheres;

12) Fortalecer o GT de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no município.



4 - DA REALIDADE DOS DADOS AO “COMO PREVENIR VIOLÊNCIAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA?”



4.1 - CONHECENDO AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES - DO ECA AOS DIAS ATUAIS

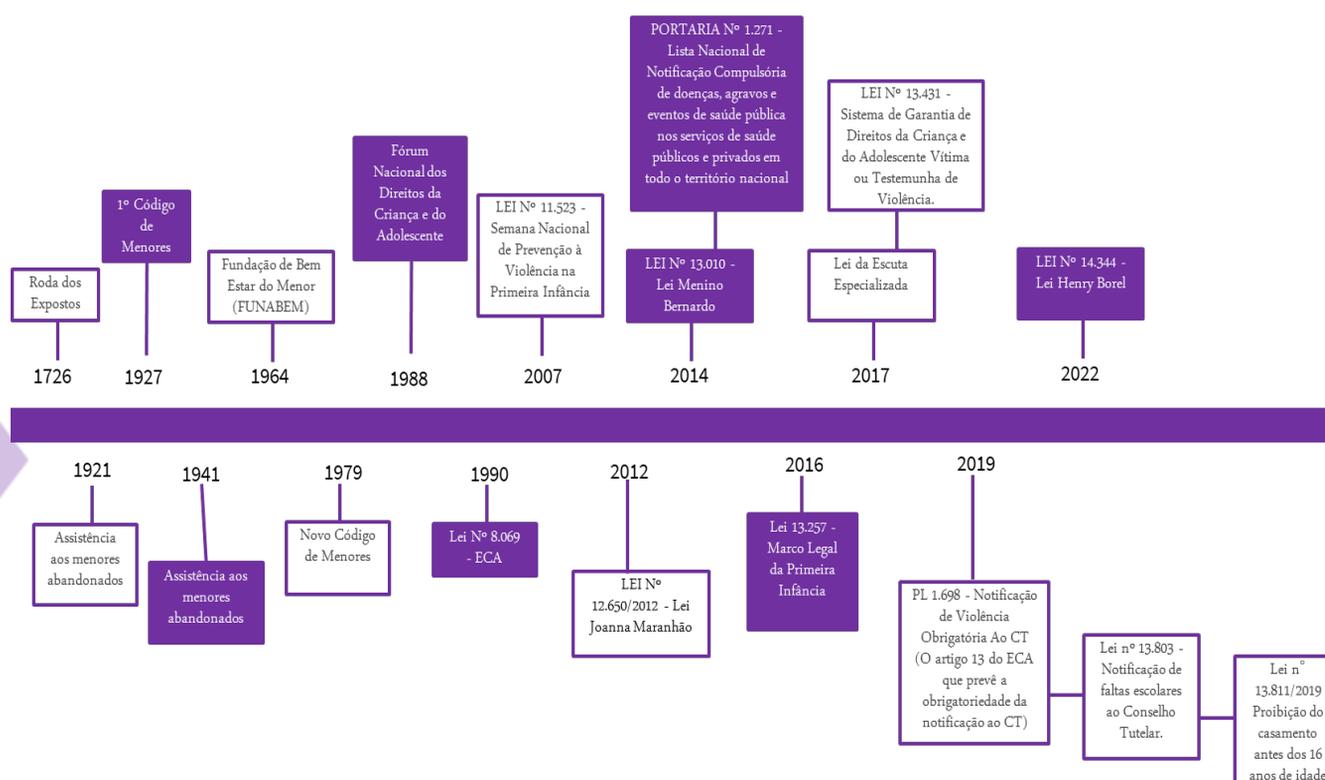
O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente é um grande marco nacional dos direitos e proteção à infância e juventude, porque além de não serem sujeitos de direitos, crianças e adolescentes não eram considerados cidadãos. Eram explorados, violentados, oprimidos e maltratados. Na década de 1990, com o advento do Estatuto, também foram criados vários órgãos para a efetiva implementação do sistema de proteção: Conselhos Tutelares, Delegacias da Criança e do Adolescente, Varas da Infância e Juventude e os Conselhos de Direitos da Criança. Com a mudança de paradigma que trouxe o ECA, as crianças e os adolescentes passaram a ser absoluta prioridade, além de estarem inseridos na condição de pessoas em fase peculiar de desenvolvimento, ampliando políticas e leis de proteção que verdadeiramente fossem efetivas.

Dessa forma, foram sendo implementadas várias outras Leis ao longo dos anos com o intuito de complementar o Estatuto. A passagem do século XX para o século XXI trouxe muitos avanços no trato da proteção à infância e juventude. Logo no início dos anos 2000, mais precisamente em 2003, o Governo assumiu o **Disque 100 - Disque Direitos Humanos**, da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - para o recebimento de denúncias, que foi criado em 1997 por organizações não governamentais que atuavam na promoção de direitos da infância e juventude. Em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.523, instituindo a **Semana Nacional de Prevenção às Violências na Primeira Infância** que vai de 12 à 18 de outubro, devendo haver ações públicas e privadas de visibilidade e mobilização para a importância da Primeira Infância para a cultura de paz. Outra lei importante de ser lembrada é a **Lei nº 12.650/2012**, a qual aponta que o prazo de prescrição de abuso sexual de crianças e adolescentes seja contado a partir da data em que a vítima completa dezoito anos, ampliando o tempo de denúncia dos supostos abusadores. Esta lei foi batizada como Joanna Maranhão, em homenagem à nadadora que denunciou seu treinador por abuso sexual sofrido quando tinha 9 anos.

Dois anos depois, foi sancionada a **Lei nº 13.010/2014, Lei Menino Bernardo ou Lei da Palmada**, que proíbe o uso de castigos físicos, morais ou tratamento violento contra crianças e adolescentes, alterando o ECA e estimulando a educação não violenta, visto que o uso da violência como correção era amplamente encorajado pelas políticas de “proteção” anteriores. A lei foi sancionada em homenagem a Bernardo Boldrini, que foi assassinado por overdose de medicamentos quando ainda tinha 11 anos pelo pai e pela madrasta. Em 8 de março de 2016, foi sancionada a **Lei 13.257, o Marco Legal da Primeira Infância**, que altera o ECA e dispõe das políticas públicas para a Primeira Infância, *assinalando como primordial o direito de brincar, direito a ter um cuidador em casa nos primeiros meses de vida, garantindo a licença maternidade e paternidade, direito de ter profissionais especializados na primeira infância, dentre outros.*

O Marco Legal da primeira infância demarca um grande avanço, pois se antes a infância era considerada um período de imaturidade física e emocional e de preparação para o futuro, agora existe uma lei que assegura o direito da criança de ser criança desde a primeira infância.

No ano de 2017, foi sancionada a Lei 13.431/17, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, além de criar mecanismos para preveni-la. Em 2019, foi promulgado o Projeto de Lei 1698/19, que torna obrigatória a notificação de violência contra crianças e adolescentes aos conselhos tutelares, sendo a violência autoprovocada ou não. Recentemente, foi sancionada a Lei Henry Borel de nº 14.344 de 24 de maio de 2022, que torna crime hediondo²⁷ o homicídio contra crianças menores de 14 anos e estabelece medidas protetivas nos casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. A lei homenageia o menino Henry, de 4 anos, que foi brutalmente assassinado por espancamento no apartamento em que morava com sua mãe e seu padrasto em 2021.



O MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA (Lei nº 13.257), promulgado em 08 de Março de 2016, tornou-se uma lei de referência para a questão da primeira infância no Brasil (período que abrange de 0 a 06 anos de idade), produzindo alterações significativas no ordenamento jurídico. Teve reflexos principalmente no ECA, no Direito do Trabalho e no Direito Processual Penal, provocando avanços na garantia dos direitos de

²⁷ Em Direito Penal, é um adjetivo que qualifica o crime que, por sua natureza, causa repulsa. O crime hediondo é inafiançável e insuscetível de graça, indulto ou anistia, fiança e liberdade provisória.



crianças pequenas e lançando luz sobre a importância da proteção nessa primeira fase da vida e da promoção do desenvolvimento infantil. Como bem afirma a Rede Nacional pela Primeira Infância, o Marco Legal da Primeira Infância expressa o que há de mais avançado

[...] na formulação e na gestão de políticas públicas pela primeira infância; nas concepções sobre a criança nas dimensões da individualidade e da cidadania; nas indicações das ciências sobre o desenvolvimento infantil e a aprendizagem nos primeiros anos de vida; na incorporação da prática profissional do atendimento a bebês e crianças pequenas; e na aplicação dos compromissos internacionais e nacionais sobre os direitos da criança. (Rede Nacional pela Primeira Infância, 2020)

Dessa forma, o Marco Legal cumpre papel fundamental no estabelecimento de diretrizes que asseguram à criança sua prioridade absoluta, bem como a integralidade de seus direitos. Entre as conquistas proporcionadas pela Lei, podemos destacar:

- 
- O direito ao brincar;
 - A priorização da qualificação dos profissionais que atuam diante das especificidades da primeira infância;
 - O reforço ao atendimento domiciliar, especialmente em situações de vulnerabilidade;
 - A ampliação da licença paternidade;
 - O direito à participação de crianças na formulação de políticas públicas;
 - A equidade entre mães, pais e demais cuidadores na garantia da proteção e dos cuidados às crianças;
 - A atenção especial e proteção às mães que optam por entregar seus filhos para adoção e às gestantes em privação de liberdade;
 - A valorização do diálogo com as famílias, visando o fortalecimento familiar;
 - A expansão das vagas na educação infantil de primeiríssima infância (0 a 3 anos);
 - A articulação intersetorial;
 - A valorização da diversidade de infâncias no Brasil.

Ademais, estabelece áreas prioritárias para as políticas públicas voltadas à primeira infância, sendo estas: saúde, alimentação e nutrição, educação infantil, convívio familiar e comunitário, assistência social à família da criança, cultura, o brincar e o lazer, espaço e meio ambiente, proteção frente a todas as formas de violência e à pressão consumista, prevenção de acidentes e proteção contra a exposição precoce da criança à comunicação mercadológica. Entretanto, entende-se que para alcançar o cuidado integral e integrado das crianças, é preciso também cuidar de quem as cuida, dando atenção prioritária, por exemplo, às famílias em situação de vulnerabilidades ou direitos violados, bem como àquelas compostas por crianças com deficiência. Também podemos citar, no campo das condições favoráveis ao bebê e à criança preconizadas pelo Marco Legal da Primeira





Infância, os exames pré-natais, o parto humanizado (com restrição a cesarianas), o direito a acompanhante no pré-natal, no parto e no pós-parto, o banco de leite humano, entre outras medidas.

Nesse sentido, o Marco Legal da Primeira Infância reforça a relevância da relação do bebê com seus primeiros cuidadores, enfatizando a essencialidade do afeto, da comunicação, das brincadeiras e da proteção. Concomitantemente, lança luz sobre a importância da constituição de redes intersetoriais e ações integradas para efetivo cuidado integral da criança, respeitando e valorizando as diversas infâncias no Brasil, circunscritas às suas singularidades e seus ritmos de desenvolvimento.

Diante desta crescente compreensão acerca da importância vital dos primeiros anos de vida, o Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância caminha em congruência com a garantia de um crescimento saudável e livre de violências, do mesmo modo que visa fortalecer o princípio da prioridade absoluta de crianças, em especial as de zero a seis anos. Atuando de forma interdisciplinar e intersetorial, em São Gonçalo e Itaboraí, o trabalho especializado desenvolvido pelo Tecendo Redes na Primeira Infância objetiva incidir não só na reparação dos agravos decorrentes de situações de violências com crianças na primeira infância, mas também na prevenção e proteção contra tais vivências. O desafio é grande, considerando a extensão de ambos os municípios onde o Projeto atua, bem como a realidade de subnotificação dos casos de violências contra crianças, especialmente a violência sexual.



Dessa forma, à luz do Marco Legal da Primeira Infância, compreende-se que para alcançarmos a atenção integral à criança e seu desenvolvimento, desde a prevenção ao tratamento, é preciso constituir redes integradas de profissionais, serviços de saúde, cultura, assistência social, educação, segurança, entre outros que estão presentes no dia a dia desse público e de suas famílias, visando materializar e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos previsto na legislação sobre a infância.

4.2 - CUIDADO E PROTEÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA ESTÁ INTRINSECAMENTE RELACIONADA TAMBÉM A FATORES DE CUIDADOS E PROTEÇÃO.

Violência é a ação realizada por indivíduos, grupos, classes ou nações, isto é, é o uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (Organização Mundial de Saúde, 1996). Mas a violência também ocorre por omissão e não apenas por ação, quando se nega ajuda, cuidado e auxílio a quem precisa.

A criança está entre os segmentos sociais mais vulneráveis à violência. A assimetria de poderes existente nas relações entre adultos e crianças permite que, muitas vezes, aqueles abusem do poder que possuem, deixando de compreender e/ou respeitar as crianças na sua dignidade de pessoa e de sujeitos de direitos. A violência doméstica constitui a maior parte dos registros de violência contra a criança. A violência intrafamiliar, na forma de acidentes e agressões, foi a segunda maior causa de morte de crianças menores de 1 ano e de 1 a 5 anos no Brasil, em 2017.

A criança que é exposta a uma vivência violenta não tem como se defender, devido a sua vulnerabilidade; e de acordo com sua presente etapa no desenvolvimento, pode ser que esta não tenha ainda a habilidade de se comunicar para que receba ajuda adequada. Ou, o que é bastante comum, pode estar inserida em um contexto de frequentes ameaças que dificulta a busca por ajuda temendo, muitas vezes, as consequências da sua fala. No entanto, é possível identificar sinais por meio de mudanças emocionais e comportamentais que vão indicar um estado de sofrimento na criança que vivencia ou que vivenciou alguma forma de violência.

Sinais identificados a partir das falas dos responsáveis de crianças atendidas no Tecendo Redes na Primeira Infância: pesadelos, dificuldades para dormir, agitação noturna e diurna, enurese noturna e diurna, agressividade, irritabilidade, choro, diminuição do rendimento escolar, alteração no apetite, medo, ansiedade (manifestada às vezes através de dores na barriga, dores de cabeça, vômitos, enjoos, sem causa orgânica diagnosticada), tristeza, comportamento sexualizado, regressão: mudança no comportamento caracterizado pelo retorno da criança a estágios de dependência quando já adquiriu certa autonomia e independência).

Dito isso, torna-se imprescindível, tanto aos cuidadores, quanto às pessoas que têm um grau de proximidade com a vida da criança, manterem-se atentos a esses sinais que servirão de alerta para manejar ações que cessem com a violência e garantam segurança à criança. Esses sinais são capazes de indicar suspeitas de violências, o que é o suficiente para ações de proteção tais como notificações, denúncias e/ou busca de apoio e

cuidados infantis. Não é condição para a proteção que exista confirmação e evidências concretas de uma violência para a busca de atendimento especializado. **Ficar atento aos sinais e valorizar a suspeita**, possibilita a interrupção da intensidade e frequência dos ciclos de violências domésticas e sexuais contra crianças, diminuindo assim, o nível de gravidade de tais ocorrências para o desenvolvimento integral e saudável. Esse é um dever não somente da família e responsáveis, mas também de todos nós. Para isto, existem canais de denúncia anônima que facilitam a qualquer pessoa a vigilância e a proteção, tais como o Disque 100 - WhatsApp (61) 99656-5008 e o Disque Denúncia 2253-1177, sem precisar se expor.

A violência, nas suas diferentes formas, causa dor, sofrimento e agravos à integridade física e à integridade psicológica. Os agravos físicos podem ser “temporais” (hematomas, cortes) ou permanentes (deixam sequelas físicas irreversíveis, como dano cerebral e outras deficiências e até a morte). Os agravos psicológicos interferem na formação e no desenvolvimento da criança, podendo causar dificuldades de aprendizagem, expressão de insegurança para a tomada de decisões, baixa autoestima, dificuldades de se relacionar socialmente e outros de maior gravidade e comprometimento emocional. Um dos principais fatores responsáveis por esses danos é o estresse tóxico, fruto de situações que envolvem um sofrimento grave, frequente ou prolongado, no qual as crianças não têm o apoio adequado da mãe, do pai ou dos cuidadores. A negligência severa, como o abandono, é uma das situações decorrentes do estresse tóxico.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 70: **“É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”**. Assim, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações:

I A promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos;

II A integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

III

A formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente;

IV

O apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente;

V

A inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, e de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante no processo educativo;

VI

A promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VII

A promoção de estudos e pesquisas, de estatísticas e de outras informações relevantes às consequências e à frequência das formas de violência contra a criança e o adolescente para a sistematização de dados nacionalmente unificados e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

VIII

O respeito aos valores da dignidade da pessoa humana, de forma a coibir a violência, o tratamento cruel ou degradante e as formas violentas de educação, correção ou disciplina;

IX

A promoção e a realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar e à sociedade em geral e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, incluídos os canais de denúncia existentes;

X

A celebração de convênios, de protocolos, de ajustes, de termos e de outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, com o objetivo de implementar programas de erradicação da violência, de tratamento cruel ou degradante e de formas violentas de educação, correção ou disciplina;

XI

A capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros, dos profissionais nas escolas, dos Conselhos Tutelares e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas referidos no inciso II deste caput, para que identifiquem situações em que crianças e adolescentes vivenciam violência e agressões no âmbito familiar ou institucional;

XII

A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, bem como de programas de fortalecimento da parentalidade positiva, da educação sem castigos físicos e de ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

**XIII**

O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, dos conteúdos relativos à prevenção, à identificação e à resposta à violência doméstica e familiar.

4.3 - COMPREENDER AS INTERSECÇÕES DOS INDICADORES SOCIAIS: RECORTES DE GÊNERO, RAÇA/COR, TERRITÓRIO

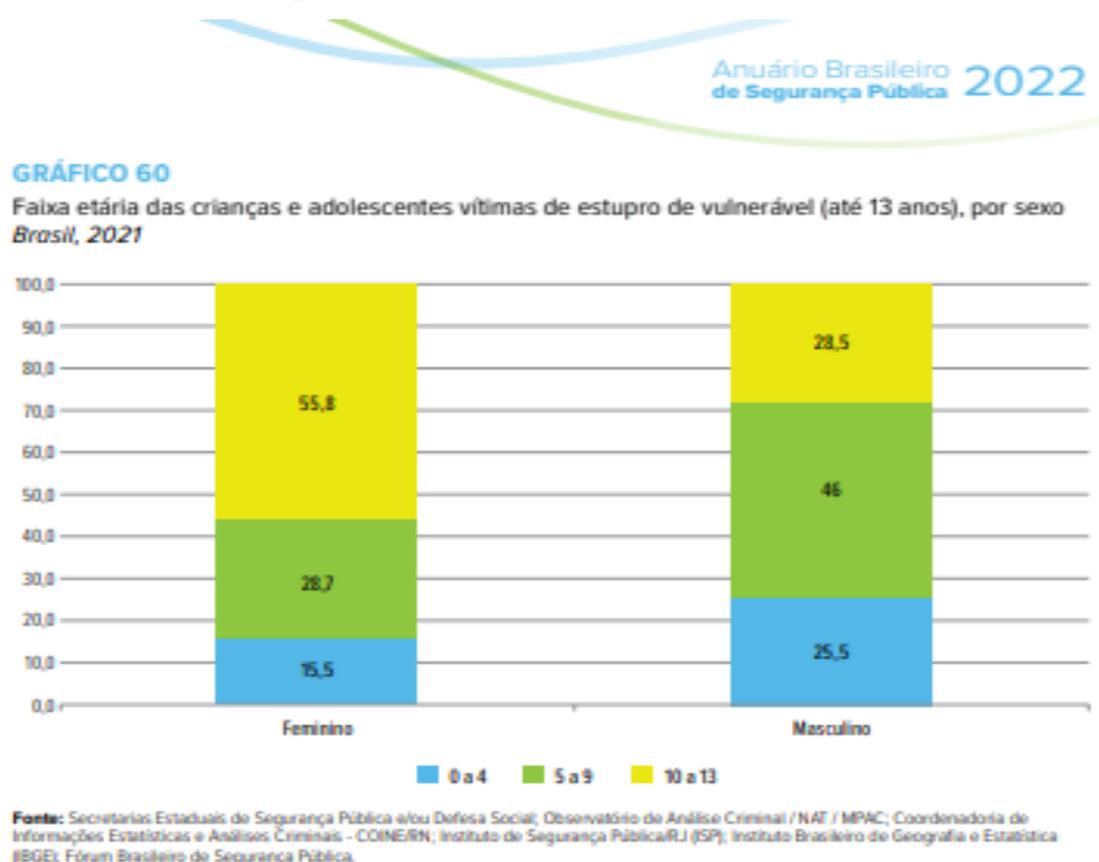
Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de 2020 para 2021 observa-se um discreto aumento no número de registros de estupro, que passou de 14.744 para 14.921. Já no que tange ao estupro de vulnerável, este número sobe de 43.427 para 45.994, sendo que, destes, 35.735, ou seja, 61,3%, foram cometidos contra meninas menores de 13 anos (um total de 35.735 vítimas)²⁸. Aponta ainda que o local da violência também permanece o mesmo: 76,5% dos estupros acontecem dentro de casa. E chama a atenção para a escola como elemento estratégico fundamental para o enfrentamento do estupro de vulnerável. Isso nos parece muito claro diante da informação que essa violência é preponderantemente intrafamiliar e ocorre dentro de casa.

O Anuário também provoca a reflexão quanto à cor/raça, pois a maioria dos registros são de meninas brancas (49,7%), seguido de negras (49,4%), amarelas (0,5%) e indígenas (0,4%). Problematisa este dado das meninas negras serem menos violadas que brancas, apresentando dados do estudo “Percepções sobre direito ao aborto em caso de estupro”, realizado e publicado pelos institutos Locomotiva e Patrícia Galvão neste ano, o qual entrevistou 2 mil pessoas, das quais 57% acreditavam que mulheres e meninas negras são as maiores vítimas de

²⁸ Fonte: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>. Acesso em 15/11/2022.

violência sexual no Brasil. E se não estamos diante de um dado que nos fala de uma maior subnotificação de estupro de vulnerável de meninas negras em relação as brancas.

Traz importante contribuição em relação à Primeira Infância e o recorte de gênero e número de estupros de vulnerável. Observa o Anuário que em relação ao sexo da vítima, 85,5% são meninas, mas meninos também são vítimas. Interessante aqui observar que o número de registros aumenta conforme a menina vai crescendo, já **no caso dos meninos, o número de registros aumenta até os 6 anos (com pico entre 4 e 6)** e depois começa um processo de queda. Penso aqui em duas hipóteses: a primeira é de que, em um país machista como o nosso, os meninos vão sendo mais respeitados conforme crescem e deixam de ser objeto desta violência; a segunda é de que, justamente por sermos um país machista, os meninos, por constrangimento, denunciam ainda menos que as meninas as violências sexuais que sofrem.

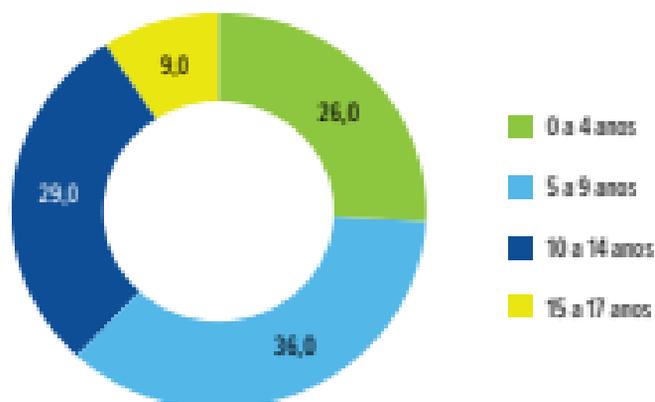


Em seguida aos dados de estupros de vulnerável, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública através do 13º Anuário aponta o maus-tratos como o segundo maior crime cometido contra crianças e adolescentes e o que mais acontece nas faixas etárias da Primeira Infância. Com isso, “o crime de maus-tratos tem, na curva etárias das vítimas, o seu pico entre crianças de 6 anos. Ou seja, trata-se de um crime que atinge mais crianças de faixas etárias mais baixas”²⁹.

²⁹ Fonte: 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/13-anuario-2022-maus-tratos-entre-criancas-e-adolescentes-perfil-inedito-das-vitimas-e-circunstancias-desse-crime-no-brasil.pdf>

GRÁFICO 52

Distribuição de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por faixa etária (em %)
Brasil, 2021



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No total de vítimas de 0 a 9 anos, 49% são do sexo feminino e 50,9% do sexo masculino. Ou seja, as vítimas são igualmente distribuídas entre os sexos. No entanto, ao desagregar essa informação por faixa etária, é possível verificar que nas faixas de 0 a 4 e 5 a 9 anos, a maior parte das vítimas é do sexo masculino, cenário que se inverte nas faixas de 10 a 14 anos e 15 a 19 anos, em que a maior parte das vítimas é do sexo feminino.

De acordo com essa fonte, o perfil das vítimas de maus-tratos é maior até 14 anos e são do sexo masculino, ainda que a distribuição em termos de sexo seja quase equivalente, se considerado o total de vítimas de 0 a 17 anos. Dentre os estados que informaram a raça/cor da vítima, o maior percentual de casos teve as crianças brancas como maioria das vítimas. No entanto, as distribuições variam de acordo com a faixa etária, o que é significativo para compreender o fenômeno. Ou seja, a depender da idade da criança em questão, os riscos a que estão expostas variam.

Estudos indicam que o estresse tóxico pode impactar a forma como o cérebro se organiza para dirigir o comportamento da pessoa e pode aumentar o risco de doenças físicas e mentais relacionadas ao estresse. A participação da criança desde a primeira infância nas ações que visem a enfrentar a violência intrafamiliar e suas consequências é uma estratégia fundamental para a construção de uma política efetiva. Essa participação começa no escutar e em levar em consideração as opiniões e os desejos da criança.

Com isso, torna-se relevante que a escuta ativa e sensível se dê para além da criança, pois a violência doméstica está embasada na violência de gênero e, possivelmente, as cuidadoras - mulheres e em sua maioria mães - também sofrem violências domésticas, e vice versa, ou seja, ao acolher mulheres vítimas de violências, é preciso dar atenção à possibilidade de os filhos também estarem sofrendo violências, principalmente a psicológica - quando

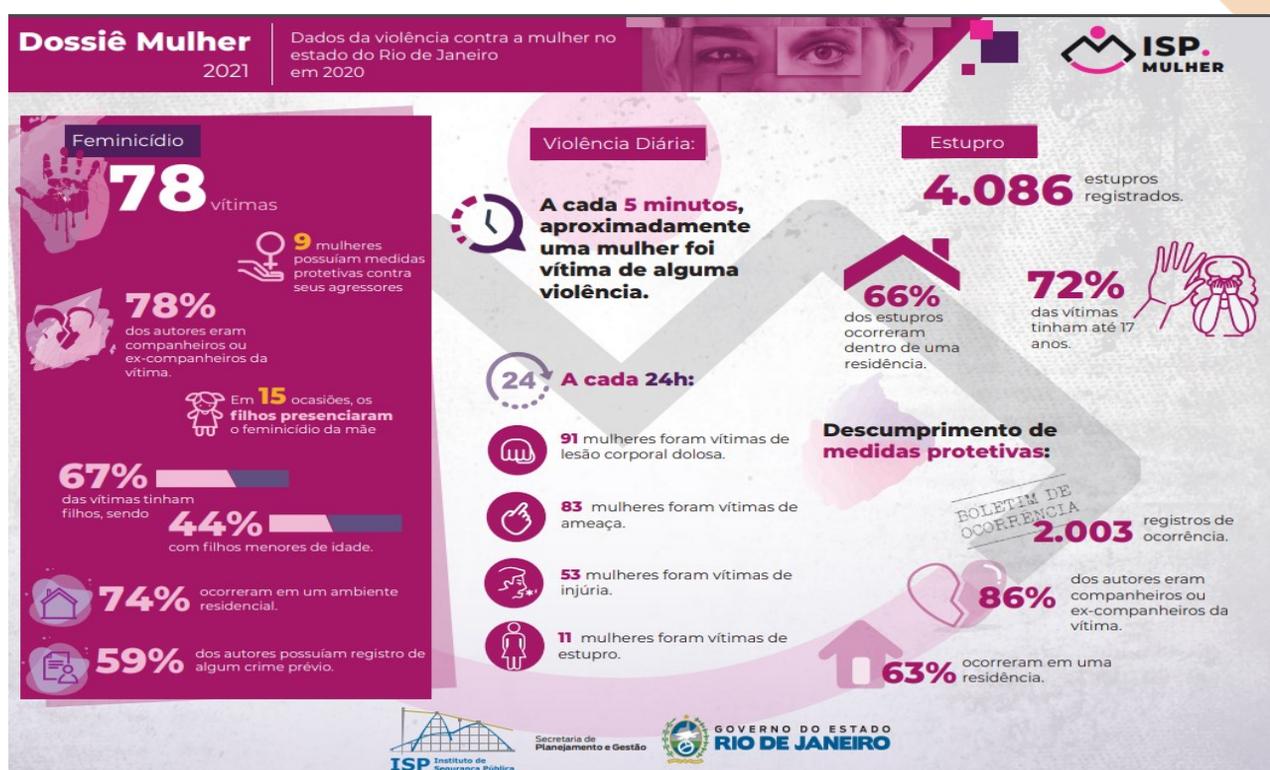
assistem as violências sofridas por suas genitoras. Esta realidade pode ser identificada constantemente, mas não foi possível verificar junto aos dados estatísticos esse recorte e cuidado.

Assim, em relação à violência de gênero contra a mulher, na Lei Maria da Penha 11.340/06, destaca-se que a violência perpetrada contra a mulher se encontra fundamentada na condição feminina. Entendendo que historicamente a mulher sempre esteve no lugar de dominação masculina sendo inferiorizada exclusivamente por uma questão de gênero. Conceitualizando a Lei Maria da Penha, em seu artigo 5º diz que: “Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, de acordo com as seguintes situações:

- I** - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- II** - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- III** - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Torna-se relevante aqui considerarmos a VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA contra as crianças na Primeira Infância e contra as mulheres. De acordo com a definição do artigo 7º, inciso II da Lei Maria da Penha “A violência psicológica (é) entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação”. Dentre os outros tipos de violência, a psicológica pode ser a mais difícil de ser identificada pela vítima, tanto criança quanto adulta e cuidadora, pois em muitos casos ela pode ocorrer de forma bem sutil em situações corriqueiras, e também pode acontecer de forma severa e correlacionada a outros tipos de violência. O infográfico³⁰ abaixo, do Dossiê Mulher 2021, mostra que crianças presenciam os feminicídios de suas genitoras. Outro dado que merece atenção das políticas públicas.

³⁰ FONTE: Instituto de Segurança Pública (ISP). Dossiê Mulher 2021. http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/InfograficoDossieMulher2021.pdf Acesso em 11/12/2022.



Outra questão importante a ser abordada aqui, tendo em vista os recortes dos dados levantados, é a do entrelaçamento do racismo e os seus impactos no desenvolvimento infantil, principalmente quando constatamos que a maioria das crianças violentadas são negras.

Prevenir violências é principalmente pensar no conceito da Interseccionalidade, ou seja, nas intersecções entre os marcadores sociais de raça, cor, gênero, território, entre outros, e refletirmos sobre quem são os mais afetados com as situações de violências domésticas e sexuais e porque. Assim, constatamos que não há possibilidade da população vivenciar essas situações da mesma forma, com os mesmos desafios ou até com as mesmas vias de acesso à proteção e cuidado necessários.

Quando nos deparamos com indicadores sobre a questão social no Brasil observamos que as mulheres negras estão na base da pirâmide social, historicamente. São a parcela mais pobre da sociedade brasileira e, conseqüentemente, desprovidas de direitos fundamentais como habitação, saúde, alimentação, educação e emprego. São essas mulheres as mais vulneráveis a toda forma de violência e seus filhos são frutos dessas desigualdades estruturais que se interseccionam com as desigualdades de classe e raça, gênero, sexualidade, idade, etnia, territorialidade, status de cidadania. Todos esses marcadores impactam no desenvolvimento infantil, porém no entrelaçamento do racismo, principalmente quando constatamos em dados estatísticos que as crianças mais vulneráveis a todo tipo de violência são as crianças negras³¹.

O racismo presente cotidianamente nesta sociedade se desvela em muitos momentos de forma sutil nas crianças negras e se expressa cruelmente gerando dor, raiva e negação da sua própria identidade. Como por exemplo ao fazer comentários negativos sobre o cabelo e traços fenótipos da criança. “Vamos prender esse cabelo, porque ele está rebelde!”, “Que pele russa!”. São insultos racistas diários, que levam as crianças e pessoas negras

³¹ Há de mencionar que a categoria “negra” não se encontra oficialmente no censo do IBGE. Entretanto, ela é empregada como critério analítico ao abarcar sob este rótulo as categorias “preto” e “pardo”. Assinala também que o termo “negro” como construção sócio-política agrupando “preto e pardo” tem sido fomentado pelo Movimento Negro no Brasil.

viverem como se ainda estivessem vivendo no tempo da escravidão. Há uma atemporalidade que impacta a forma desses sujeitos se identificarem e se movimentarem no mundo. Como diz Grada Kilomba sobre humanidade, semelhança e dessemelhança, o sujeito negro é construído através de uma visão de “autoridade”, onde lhe é destinado o lugar de “não sujeito”. O direito de forjar ideias de si e para si é negado. O racismo cotidiano, por sua vez, é discutido com detalhe por Kilomba que analisa que o sujeito negro é apreendido como “o outro”, sob aspectos de infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização, experiências habituais, como destaca a autora, que se repetem “incessantemente ao longo da biografia de alguém” ((KILOMBA, 2019: p.80). A sua interpretação parece muito mais adequada para explicar a permanência do racismo e preconceito racial nas sociedades ocidentais a despeito da abolição da escravatura e da descolonização.

Isso se resvala nas práticas profissionais, educativas e de cuidados cotidiano com as crianças de não haver representatividade na história contada em sala de aula, nos brinquedos que utiliza, o que impacta diretamente a autoestima e se associa com outras violências as quais algumas crianças, principalmente as negras, já vivenciam no seu território, no próprio lar.

Para Gomes, compreender que a identidade negra se constrói gradativamente, assim, como em outros processos identitários, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo, isso tem valor. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece.

“A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros”. (Gomes, 2003 p. 171).

Para mudar este cenário, as crianças devem ser fortalecidas de modo que não se fragilizem diante das discriminações e preconceitos existentes na sociedade. Entender que a cor da sua pele e seu cabelo são características genéticas, que não significam um determinismo intelectual ou moral. Independentemente dos fenótipos, todos são agentes transformadores de sua própria história. Pensando nas reflexões da educadora Azoilda Trindade, para quem a capacidade de afetar e ser afetado pelo outro, pelo entorno, é fundamental para um processo educativo que se propõe voltado para a compreensão das respostas das diferenças que nos constituem como sujeitos do cotidiano. O afetar e ser afetado, que ocorre a todo momento, num mundo que não é estático e imutável, não pode ser visto como irrelevante. Como, diante da dinâmica desse movimento circular, podemos, enfatiza Trindade, subestimar ou negligenciar os aspectos afetivos do ser humano, suas emoções, sentimentos, afetos e desejos?³²

³² TRINDADE, Azoilda L. *O Projeto Político Pedagógico na Escola: Aplicação da Lei 10.639/03*. Rio de Janeiro: CEAP, 2ª ed., 2010.

VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL 3ª EDIÇÃO - 2021



Realização:

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

Patrocínio:

Uber

EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA



8 mulheres agredidas fisicamente por minuto na pandemia

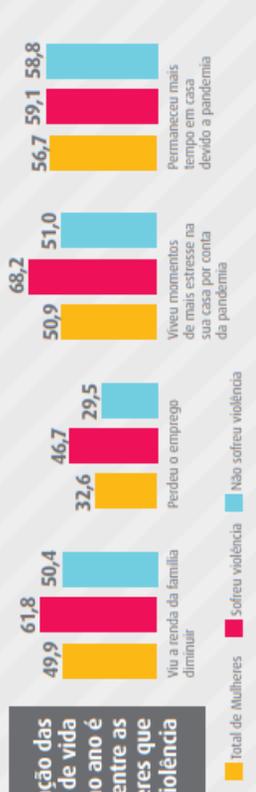
1 em cada 4 mulheres de 16 anos ou mais foi vítima de algum tipo de violência nos últimos 12 meses no Brasil

17 milhões de mulheres

Formas de violência



Precarização das condições de vida no último ano é maior entre as mulheres que sofreram violência



Mudanças sentidas na vida de brasileiras no último ano

Permaneceu mais tempo em casa devido a pandemia	52,6%
Viu a renda da família diminuir	48,0%
Viveu momentos de mais estresse em casa	44,4%
Filhos tiveram aulas presenciais interrompidas	40,2%
Perdeu o emprego	33,0%
Teve medo de perder emprego/renda	30,0%
Passou a desempenhar trabalho remoto	25,9%
Passou a consumir mais bebida alcoólica	14,4%
Presenciou mais brigas de vizinhos	12,5%
Nenhuma	7,3%



Maiores índices de violência verificadas entre mulheres mais jovens

Maior prevalência entre mulheres negras



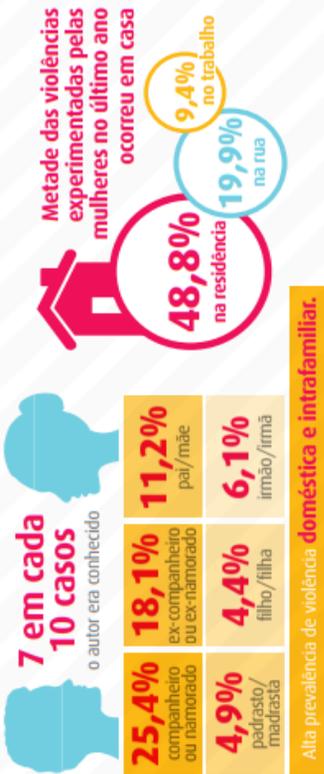
73,5% da população acredita que a violência contra as mulheres aumentou no último ano

PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO

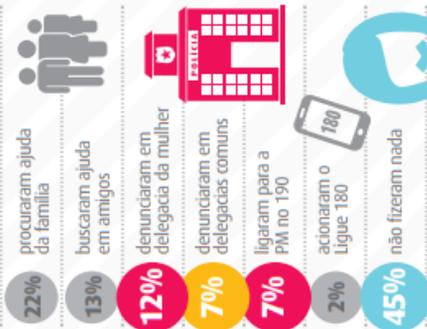
51,1% dos brasileiros relatam ter visto alguma situação de violência contra a mulher nos últimos doze meses

VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL 3ª EDIÇÃO - 2021

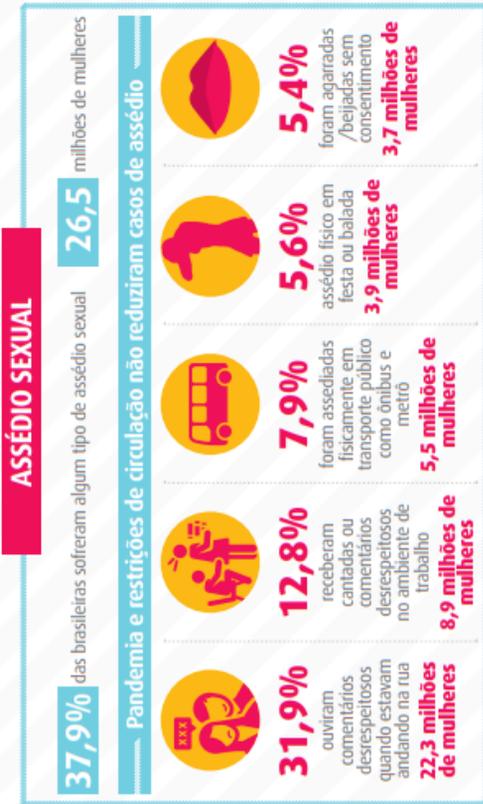
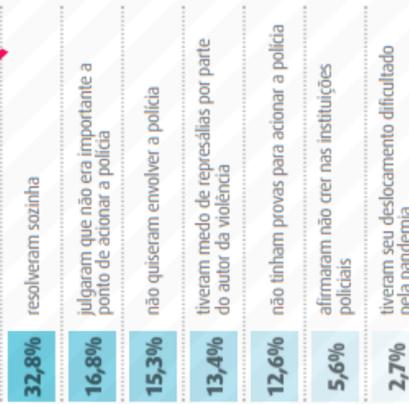
Realização: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**
 Patrocínio: **Datafolha** INSTITUTO DE PESQUISAS
Uber



Atitude em relação à agressão mais grave



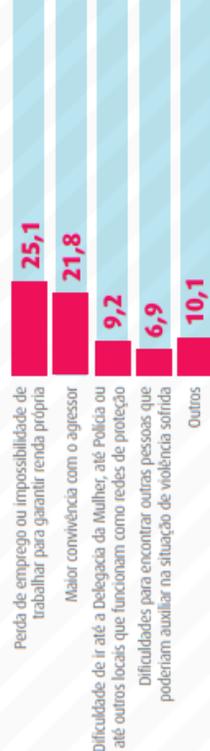
Porque não procurou a polícia



Impactos da pandemia de Covid-19 segundo as mulheres que sofreram violência



Dificuldade de garantir autonomia financeira é o fator mais destacado pelas mulheres como fator de vulnerabilidade à violência durante a pandemia



Metodologia: Pesquisa quantitativa com abordagem pessoal em ponto de fluxo. Amostra de abrangência nacional (2.079 entrevistas) representativa do universo de população adulta brasileira com 16 anos ou mais. Entrevistas realizadas em 130 municípios entre os dias 10 e 14 de maio de 2021, tendo como referência o período dos 12 meses anteriores à pesquisa. Método de autopreenchimento com questões aplicadas somente às mulheres (1093 mulheres, das quais 879 respondentes). Margem de erro de +/- 2,0 pontos para mais ou para menos no amostra nacional e de +/- 3,0 pontos para mais ou para menos no amostra de autopreenchimento. As projeções populacionais consideram os valores médios previstos a partir do censo de 2010. Fonte: Datafolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

33 INGOGRÁFICO Fonte: Relatório "Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil". Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/infografico-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3-3.pdf> . Acesso em 15/11/2022

4.4 - RECONHECER OS DIREITOS DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS PROTEGIDOS PELO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Brincar

O bebê brinca desde que nasce e o seu primeiro grande brinquedo é o próprio corpo. É nessa brincadeira que a criança tem a oportunidade de descobrir quem ela é, seus desejos e assim, desde pequena, começa a ser mais autônoma e autoconfiante.

O brincar é um direito expressamente previsto na lei 13.257/16, o Marco Legal da Primeira Infância. Esta lei estabelece, dentre outras coisas, que o brincar é imprescindível para o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos em diferentes espaços em que estão inseridas, como os ambientes escolares, familiares e religiosos, de acordo com cada cultura e etnia, bem como espaços sócio-ocupacionais que tenham em sua agenda políticas públicas voltadas para esse público e que ofereçam estímulos e ações no brincar que contribuam para o desenvolvimento infantil. Há muitos estudos que mostram que se não brincarmos podemos ter menos competências emocionais e sociais, bem como criativas.

Não existem dúvidas quanto aos ganhos que as brincadeiras proporcionam na primeira infância. Na perspectiva de Winnicott³⁴, “o brincar possibilita à criança quebrar barreiras da realidade, viver uma experiência, é uma forma de ‘viver’, ‘transitando’ entre o subjetivo e o objetivo. Essa mesma experiência vai ser adjetivada, ou seja, tem qualidade”. Entretanto, a compreensão de que para que a criança na primeira infância manifeste suas habilidades por meio do brincar, não incluem necessariamente jogos e brinquedos elaborados e tecnológicos, ou mesmo super estimulá-las com atividades extracurriculares. Crianças à frente de telas não é brincar. Competir numa equipe também não é o que nós queremos dizer com brincar. Brincar é uma interação espontânea e autêntica, onde tenha espaço para que ela explore o mundo à sua volta e dê asas à imaginação em seu universo de faz de conta. Dessa forma, o brincar é essencial para o desenvolvimento intelectual, emocional e social. Contribuindo para uma interação espontânea e autêntica, livre de julgamentos. Em outras palavras: incentivar, de forma responsável, a autonomia da criança, estimulando-a a escolher suas próprias brincadeiras sem interferência e de modo não dirigido. Investir na brincadeira não é perda de tempo, é ganho de saúde.

Ainda encontramos poucos espaços desenvolvidos para a garantia do direito ao brincar das crianças. Pouquíssimos espaços de lazer e as escolas ainda acreditam na metodologia de aprender através da folha e do lápis,

³⁴ WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

enquanto explorar a imaginação, a fantasia, a motricidade, a socialização é a base para que a criança desenvolva as habilidades próprias de outras aprendizagens.

O brincar também é instrumento essencial para a superação das violências sofridas e elaboração de questões emocionais. Por isso, o brincar foi e é muito valorizado como instrumento terapêutico na Psicologia e Psicanálise Infantil. Melanie Klein construiu toda uma técnica de análise da criança a partir do brincar, assim como Winnicott que valorizou o brincar espontâneo e o espaço potencial que existe entre aquele que cuida e aquele que brinca. Assim sendo, através do brincar a criança pode expressar o que ela ainda não consegue associar em palavras, tendo em vista o pouco desenvolvimento da linguagem verbal. A fantasia, a representação daquilo que vivencia e lhe causa desprazer, incômodo, falta de sentido, será expressa e ganhará concretude no brincar. Winnicott explica que as crianças, desde pequenas, brincam com a realidade que se apresenta a elas todos os dias. A realidade traz para as crianças desafios diários, como também em muitos casos, dores e desamparo. Quanto mais oportunizarmos espaços potenciais de brincar para elas, mais aumentamos experiências agradáveis, lúdicas, divertidas, combustíveis para o cérebro produzir substâncias do prazer e fortalecer a criança para elaboração e ressignificação das experiências que não foram positivas para ela.

4.5 - AFETIVIDADE E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Pesquisas desenvolvidas ao longo do século XX por estudiosos da infância, demonstram que a afetividade e o vínculo são absolutamente necessários para um desenvolvimento saudável e criativo, assim como a valorização do que a criança sabe fazer de melhor, brincar e criar. A relação que se estabelece entre o adulto cuidador e o bebê é de extrema importância, pois o adulto tem a capacidade de acolher as manifestações do bebê (choro e expressões corporais) e então passar a atender suas necessidades físicas e emocionais. A falta de atenção integral – que inclui acesso à saúde, nutrição adequada, estímulos, amor e proteção contra o estresse e a violência – pode impedir o desenvolvimento das estruturas cerebrais.

Avanços na neurociência provaram que quando as crianças passam seus primeiros anos – particularmente os primeiros 1.000 dias desde a concepção até os 2 anos de idade – em um ambiente estimulante e acolhedor, novas conexões neuronais se formam na velocidade ideal. Essas conexões neurais ajudam a determinar a capacidade cognitiva de uma criança, como elas aprendem e pensam, sua capacidade de lidar com o estresse.

“Na Primeira Infância, a criança humana precisa começar a usar as expressões faciais de sua mãe e seu pai como guias imediatos para o comportamento em seu ambiente particular. Isso é conhecido como “referência social”, com a criança utilizando a comunicação visual a uma distância para verificar o que fazer e o que não fazer, o que sentir e o que não sentir, usando as expressões faciais do pai ou da mãe como sua fonte de informação” (Gerhardt³⁵ apud Feinman 1992, pág. 58).

³⁵ GERHARDT, S. “Por que o amor é importante: como o afeto molda o cérebro do bebê”. Porto Alegre: Artmed, 2017.



Especialmente na infância, afirma Gerhardt (2017), olhares e sorrisos ajudam efetivamente o cérebro a crescer. Assim, laços afetivos são o estímulo mais vital para o cérebro social. No entanto, olhares e interações negativas também são lembrados e armazenados. Qualquer coisa que ameace a regulação emocional e fisiológica da criança, é considerada como muito estressante, pois coloca em risco a sua sobrevivência.

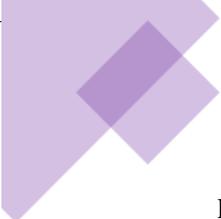
“O que uma criança pequena precisa é de um adulto que seja emocionalmente disponível e sintonizado o suficiente para ajudá-la a regular seus estados” (Gerhardt, 2017).

Os laços afetivos, por vezes, sobrepõem-se aos laços sanguíneos, pois são construídos e fortalecidos no dia a dia, ou seja, é com a presença ativa na rotina, constância dos relacionamentos e interações afetivas que os pais/cuidadores estabelecem as conexões mais profundas com as crianças. Ser e estar presente é a melhor lembrança e herança que podemos deixar.

Dessa forma, o cuidado com crianças pequenas pode envolver, na rotina, hábitos como diálogo, escuta, acompanhamento e auxílio nas atividades escolares, participação nas reuniões e eventos em datas especiais, assistir um desenho juntos, brincar, conhecer seus amigos, dentre outros. A primeira infância é um período notoriamente conhecido como “janelas de oportunidades”, isto é, situa-se como um tempo de investimentos e desenvolvimentos importantes, especialmente na relação entre cuidador e criança. Tal construção de vínculos não é uma questão de quantidade de tempo empregado, mas sim da qualidade de tempo dedicado à estruturação dessas relações.

Quando falamos de vínculos afetivos, falamos ainda das diversas formas de demonstração de afeto, pois existem diferentes maneiras de comunicar os sentimentos. Cada sujeito tem sua maneira de demonstrar, há aqueles que têm maior facilidade ao toque físico, enchem de beijos, abraços e carinhos, enquanto outros têm maior dificuldade na demonstração do afeto de forma física, há pessoas que preferem demonstrar o afeto através do cuidado, do ato em servir, há que prefira demonstrar com palavras, presentes, passeios, então não há como ensinar uma receita, muitas vezes quem não recebeu tais demonstrações, não sabe dar ou tenha maior dificuldade e vai precisar reconstruir suas histórias e vivências individuais, aprender a ressignificar e para fazer diferente é aí que surge a importância do trabalhar o fortalecimento de vínculos. Vínculos estes, muitas vezes fragilizados, desgastados e até mesmo rompidos.

É preciso criar estratégias e estarmos atentos à forma como nos relacionamos diariamente com nossas crianças. Para as crianças, todo estímulo é muito importante! O toque afetuoso é capaz de despertar terminações nervosas que proporcionam o bem-estar e trazem sensação de segurança. Por isso, acarinhar, abraçar, fazer cafuné, pentear os cabelos, auxiliar nas tarefas de casa, estar presente, são práticas que contribuem para fortalecer vínculos. O cuidado é mágico!



Falar sobre vínculos afetivos e infância implica falar de brincadeiras, afinal as crianças aprendem brincando e brincar com uma criança é materializar o afeto. Através de jogos e brincadeiras, os adultos serão grandes auxiliares na importante tarefa de conduzir as crianças na edificação da autonomia, autocontrole, paciência, empatia, altruísmo, colaboração, trabalho em equipe, dentre muitas outras habilidades e qualidades desejáveis. No brincar há uma troca, onde se ensina e se aprende de forma prazerosa.

É necessário compreender que educar uma criança vai muito além da provisão às necessidades básicas de sobrevivência (alimentação, higiene, cuidados de saúde etc.). Os vínculos afetivos e de confiança, o brincar e as oportunidades e, principalmente, vivências positivas na infância são fundamentais para o processo de desenvolvimento pleno e saudável.

Ao se pensar no acompanhamento das famílias de forma integral e integrada há de se refletir como fortalecer os vínculos familiares existentes, em outras palavras, potencializar a capacidade protetiva daquele núcleo familiar, considerando suas especificidades. Daí a importância dos diferentes saberes dialogarem entre si, os profissionais envolvidos no processo de acompanhamento (Assistente Social, Psicóloga, Pedagoga e Educadora Social), através de reuniões de equipe realizam sistematicamente estudos de caso, momento onde cada setor compartilha suas observações e percepções a respeito do caso em questão, sendo possível construir estratégias de intervenção onde se trabalhe cada um no seu saber, mas, de forma complementar e articulada rumo a um objetivo. Estamos falando aqui de intersetorialidade, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade no enfrentamento à violência, para cada momento faremos uso de uma estratégia.



Exemplificando, através de um trabalho desenvolvido junto ao setor educação, pode surgir uma questão que precise por exemplo ser confrontada pelo Serviço Social, junto ao responsável ou elaborada junto a psicologia durante os atendimentos a criança. Deste modo, é possível fazer uma espécie de círculo de proteção. O elemento central é a criança, mas, para auxiliar o processo de mitigar os possíveis agravos da violência, muitas vezes é necessário trabalhar junto aos adultos, desconstruindo, refletindo, problematizando e construindo ideias, para cuidar da criança precisamos pensar em cuidar da família. Para além de toda essa movimentação interna, ocorrerá ainda, o trabalho em rede, tão defendido e incentivado pelo Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância, objetivando ações articuladas junto a rede de proteção com diversos serviços e atores do SGD, possibilitando com isso a ruptura da fragmentação frente a abordagem do enfrentamento das demandas das famílias que são atendidas simultaneamente em diversos serviços.

4.6 - ESTIMULAR E PROMOVER A PARENTALIDADE POSITIVA.

A parentalidade positiva sugere uma relação entre a criança/adolescente e o cuidador(a) baseada na não-violência, na consistência afetiva e promotora de respeito mútuo, preconizando uma formação crítica, facilitadora do desenvolvimento da inteligência emocional.

A experiência afetiva é construída de forma distinta em cada sociedade/cultura e tempo histórico, assim como o conceito de educar, dois dos aspectos principais no processo de formação das relações sociais e afetivas entre a criança ou adolescente cuidado e aquele que exerce o cuidado/educação, chamada de parentalidade.

Historicamente, observa-se que há intrínseca referência entre educar e o uso de recursos violentos, para lidar com as demandas inerentes ao processo educativo, bem como com os desafios da convivência familiar cotidiana inserida nas construções sociais mais amplas, ou seja, na estrutura econômica, social e política da sociedade, que por sua vez determina a consciência do 'ser' dos sujeitos na forma material (condições objetivas de existência) e imaterial (condições não palpáveis a primeira vista de sobreviver e ter qualidade de vida).

Os recursos violentos sob a justificativa de "educar" como o uso do poder hierárquico simbólico e suas manifestações (oprimir, ofender, depreciar) e/ou o uso da força para fazer 'calar', fazer 'parar', fazer 'ouvir' e obedecer como visto na prática das violências físicas e psicológicas, estão relacionadas às limitações históricas culturais acerca da indisponibilidade em dialogar com o "contraditório", ou seja, aprendemos a naturalizar a 'vontade impositiva' do adulto sob o corpo frágil da criança, como meio de sanar as diferenças e incongruências em potencial na relação entre o mundo adulto e o mundo infantil. Assim, compreende-se, que a violência doméstica é desafiadora justamente pelo caráter ambíguo das relações, marcadas por vivências, por vezes, não registradas como violentas, mas necessárias para a reprodução de regras e códigos sociais a serem seguidos. Nesse sentido, a relação entre quem cuida - o adulto - e quem é cuidado - a criança/adolescente pode ser respectivamente o lugar de quem "manda" e quem "obedece", não importando fazer sentido ou não para a criança/adolescente. No entanto, fazer sentido nesse aspecto educativo significa potencializar a capacidade de perceber e interpretar o mundo, fazer escolhas e tomar decisões em um processo de construção gradativo de liberdade de expressão e responsabilidade sob seu próprio corpo e dos outros.

As violências são consideradas socialmente, em dada proporção, como 'educativas', e ainda tolerada, visto que estão no bojo das construções socioculturais coletivas da nossa sociedade desde da sua origem, deste modo, não podemos individualizar nem tampouco reduzir os recursos violentos aos sujeitos e assim culpabilizá-los, mas pretende-se enfatizar sua fragilidade e riscos ao longo do processo educativo e emancipatório, podendo representar contradições e/ou distorções de papéis afetivos e sociais, com isto ensejar em construções individuais e coletivas que não tendem ao diálogo e ao fortalecimento dos vínculos afetivos, tornando a relação parental entre cuidador (a) e a criança/adolescente um caminho potencialmente adoecedor pautado na medição do uso da força, ora simbólica, ora física.

“No processo de maus tratos (chamados de corretivos) parece que se acentua um hiato entre gerações e uma falta de critérios para a educação dos limites sociais. É comum na sociedade brasileira, passar-se da agressão ao laissez faire, estabelecendo-se o que tenho chamado de “disciplina errática” (Faleiros, 1997).

Relações parentais de afeto e trocas saudáveis são fundamentais para propor espaços de diálogo e conquistar confiança entre a criança e um adulto capaz de exercer cuidado, buscando desmistificar a violência como recurso ou resposta imediata. Educar com respeito, livre de violências é também se colocar disponível para trocas de forma recíproca e compartilhamento de saberes, visto que as crianças de acordo com suas possibilidades (dentro de cada fase do desenvolvimento) transformam suas experiências em aprendizados objetivos que refletem como lidam com as frustrações, angústias e limitações. Portanto, propor abertura para a criança expor questionamentos, dúvidas e contestações são promissores para ensinar a refletir, a se colocar diante do “contraditório”, o que exige reflexão sobre o papel do cuidador (a), além de paciência, informação e compreensão das fases do desenvolvimento infantil, assim como redes de apoio fortalecidas (primárias: família, amigos, vizinhos e secundárias: acesso a serviços públicos e políticas sociais) para partilhar as necessidades e atividades cotidianas. Tais redes de apoio são primordiais para o exercício da parentalidade positiva, que por sua vez desempenha papel estratégico na prevenção de riscos eminentes e potenciais, ou na redução de agravos e na valorização de laços afetivos e de confiança entre crianças/adolescentes e seus cuidadores.

Aqui cabe ressaltar, a sobrecarga do cuidado dos filhos constantemente imputada exclusivamente à mulher, propiciando adoecimentos além de esvaziar a importância dos homens se implicarem conjuntamente e distribuírem os desafios de cuidar com afeto e gentileza de forma protetiva. Ou seja, refletir sobre a inserção ou fortalecimento da figura masculina como cuidador tem caráter preventivo e promotor de saúde integral. Ao se discutir as relações parentais baseadas em experiências não violentas (positivas), é imprescindível refletir sobre o cuidado enquanto necessidade humana, onde todos (homens e mulheres) podem e devem participar ativamente. Sobretudo, nas situações de suspeita e/ou confirmação de violência doméstica e/ou sexual o apoio mútuo entre os membros do grupo familiar e os vínculos afetivos capazes de gerar cuidado, segurança e potencializar aspectos socioemocionais centrais no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, podem ser decisivos na forma como cada um reage e/ou suporta e elabora o vivido.

“A pessoa vitimizada precisa de atendimento para enfrentar o trauma, com acesso a profissionais competentes e capazes de deslindar a questão numa perspectiva evolutiva e emancipatória, seja com a redução dos danos seja com a redução dos riscos. Danos e riscos se conjugam num processo complexo pois é preciso diminuir riscos que implicam a ausência ou distância do abusador, como também mudanças objetivas no convívio familiar e em suas condições de vida. O empoderamento ou empowerment da vítima implica o desenvolvimento de seu capital social cognitivo, emocional, social, afetivo” (Faleiros, 70: 1997).

Com efeito, a parentalidade positiva deve ser trabalhada em uma perspectiva sistemática, buscar desconstruir paradigmas que ultrapassam o tempo e as gerações e conformam estruturas sociais naturalizadas não são movimentos pontuais e isolados, são aprendizados que devem ser refeitos e ressignificados na coletividade. Se aprendemos recursos violentos podemos aprender recursos dialógicos ao passo que o processo educativo se dá ao longo da vida.

Como faço isto?

- Exercitar o diálogo não violento e a criatividade para lidar com conflitos e diferenças;
- Brincar e rir junto com a criança e o adolescente;
- Aprender a ouvir a criança e o adolescente;
- Estabelecer regras e combinados conjuntos;
- Ensinar a criança a lidar com suas emoções;
- Demonstrar afeto e proporcionar um ambiente seguro;
- Identificar a sua rede de apoio no processo de educação e cuidado;
- Ter conhecimento sobre as fases do desenvolvimento infantil;
- Aprender a controlar a raiva e lidar com a frustração;
- Ser exemplo (crianças e adolescentes se espelham em atitudes e comportamentos).

4.7 - CUIDAR DE QUEM CUIDA (CUIDADOR FAMILIAR E PROFISSIONAL QUE EXERCE O CUIDADO)

O enfrentamento às violências ainda desperta naquele que identifica ou suspeita reações de dúvidas, medos, receios, culpas, ansiedades, angústias. É bem o que mostra o texto a seguir, escrito pela profissional especializada no atendimento do Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância:

Carta aos profissionais que atuam com a violência: Um fazer que transforma mutuamente...

“Um plantão de triagem de violências é um lugar onde se pode ouvir todas as dores de diferentes formas. Aquele que assume o plantão não faz ideia do que pode ter que atravessar e ser atravessado, são histórias de uma vida ou momentos vividos que poderão perdurar por uma vida... O profissional que recebe se preparou e se prepara a todo momento, para a próxima narrativa, mas por mais que se pense ter tido acesso a uma história mais urgente, mais estarrecedora, mais complexa, não se pode afirmar, visto que uma supera a outra todos os dias. A violência é uma experiência humana complexa, difícil de alcançar em suas múltiplas dimensões, sempre parece poder piorar a cada atendimento. O atravessador da violência incide nos corpos de todos que por ela passam, que ouvem ou que tem notícias em dada proporção. No entanto, a violência pode ser invisibilizada no cotidiano da vida social e da prática profissional. Com efeito, ela pode fazer parte das vivências sem ser notada. Quando desvelada, provoca avivamento de memórias, sentimentos e emergências já antigas, mas despertadas no momento do reconhecimento. Retomada a cena do plantão, concentra-se o profissional para a escuta sensível, colocando sua melhor expressão de acolhimento. Quando inicia os primeiros contatos visuais, o outro lado começa sua narrativa, quase invariavelmente, pelo compartilhamento do luto do corpo violado, das inúmeras tentativas de reação ou de negação e das indagações do que poderia ter sido feito já que teme o desconhecido por vir, mas não há outras opções já que o vivido é lugar irretocável. Entre uma frase e outra, de quem narra exasperadamente, o silêncio vem como quem busca explicações consigo mesmo, instante em que o profissional percebe, que não está do outro lado em outros aspectos, a não ser o espacial – separados pela mesa quase sempre fria. Em alguns poucos instantes o encontro do profissional com quem vivenciou e narra, os torna semelhantes se unem em olhares, nem tão poucos assim, mas é preciso escolher as palavras certas a cada expectativa não dita, compreender a posição do corpo, das mãos e do indescritível aos olhos, mesmo por vezes arremessados a alturas profundas de dor e estarrecimento. Sim, a violência vivenciada e historicizada traz algumas ausências, parece flechas de fuga necessários, ou seriam espaços (recursos) para assimilação? A história é do outro, mas poderia não ser, e será que é? Não somente. Se a violência tem construções históricas e naturalizadas, sim, todos vivenciam. Então, reconhecer –se no outro não é fragilizar-se, não implica em incapacidade técnica, mas em pensar a vivência trazida para além da experiência daquele corpo individual. Há muitos profissionais que fogem desse momento: a triagem em violência. Não todos, mas muitos, pois atender violência no chamado “acompanhamento” é outro lugar de interação, onde já existiu o luto, mas a triagem não. Pois é na triagem o transbordar de toda dor e desamparo, é o início do enfrentamento. É preciso entrega de tempo, sim será preciso pausas, respirar fundo, é hora de lembrar o que foi vivido, e quem narra quer expurgar detalhes, difíceis de ouvir e muito piores de dizer, mas é preciso dividir o peso. Aquele que escuta com sensibilidade não acolhe mais um, não é só mais um, tão logo se percebe que há diferenças, semelhanças e singularidades nas narrativas de violências, e o que se aprende é que a descoberta é nova sempre. Mas descobrir que sempre será novo também assusta, porque o novo é inesperado, então não tem como acalantar-se no conhecido, no compreendido. Para além da técnica, do que está protocolado como procedimentos, há que se considerar que a violência é uma variação de um sofrimento biopsicossocial evitável, a culpa é partilhada enquanto sociedade em maior ou menor medida. Parece que sua dimensão evitável torna a experiência extremamente angustiante para todos. Após os procedimentos e orientações, a acolhida, os diferentes encaminhamentos, não demora na recepção é ouvida outra voz embargada chegando para a triagem. Um novo encontro, uma nova viagem pelo outro (que é também quem escuta) será compartilhada, sim, pois a violência atravessa tanto os corpos que narram como os corpos que os acolhem.”

Thaís Dias de Souza Moratti



No encontro com esse fazer essa temática, queremos estar com alguém, dividir com alguém, segurar na mão de alguém, olhar para alguém, que minimize o que sentimos. Assim, evidenciamos que precisamos de cuidados desde o início, pois enquanto existir humanidade em nós, existirá a possibilidade do cuidar e a necessidade de sentir cuidar-se.

O Marco Legal da Primeira Infância traz essa inovação: É preciso cuidar de quem cuida, entendendo que não se pode cuidar se a pessoa não é cuidada. Em tempos em que se confirma a importância da formação do apego e o ambiente como facilitador de cuidados como primordiais para o desenvolvimento infantil, os primeiros três anos de vida necessitam de construção vínculos de confiança e do fortalecimento destes, os quais serão a base do sujeito para o estabelecimento das relações, tanto internas quanto externas - as crianças estão indo para a educação infantil muito precocemente, e muitas, logo após o nascimento. Esse papel foi delegado aos cuidadores e esse vínculo de confiança, às vezes, é prejudicado. Com isso, o papel delegado aos pais, de fortalecimento de vínculos de confiança, é repassado também aos educadores, que são uma extensão na proteção e estabelecimento de cuidados básicos e afetivos.

Neste viés dos cuidados aos profissionais, é preciso cuidar do profissional que cuida da Primeira Infância, através do trabalho articulado em redes, das formações e capacitações e na escuta ativa e sensível dedicada aos profissionais. A informação diminui as vulnerabilidades e assim, quanto mais informações disponibilizamos aos profissionais, mais conscientes acerca do trabalho conjunto e articulado para a proteção social infantil estarão.

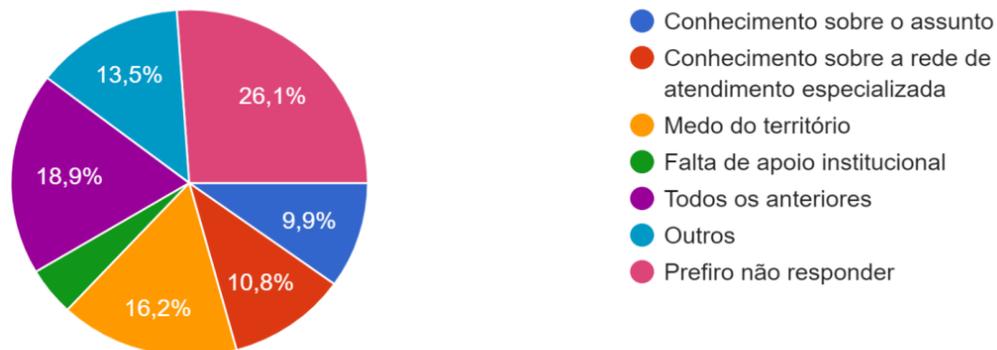


A ação Cuidar de Quem Cuida, que tem como objetivo, sensibilizar e inspirar pessoas, comunidades e instituições sobre assuntos relativos às cuidadoras e aos cuidadores de bebês e crianças de 0 a 6 anos e às implicações do ato de cuidar. Assim, convidamos profissionais da educação para responderem a uma pesquisa, dos quais obtivemos 111 respostas. Verificamos que destas, 66,6% trabalham com crianças na faixa etária de 2 à 6 anos de idade. Não identificamos profissionais que trabalham com a faixa etária de 0 a 1 ano e 33,3% trabalham com crianças acima de 07 anos de idade. Destes profissionais, 49,5 % já ouviram relatos de crianças sobre algum tipo de violência e 6,3% preferiram não informar sobre isso. Ainda, 54,1% já suspeitaram de que algum aluno estava sofrendo algum tipo de violência, sendo as maiores suspeitas em relação à violência física (34,2%) e psicológica (34,2%).

É inteiramente pertinente percebermos o valor do profissional de Educação no enfrentamento às violências e proteção das crianças. No entanto, quando a pergunta foi “Você se sente capaz de lidar com esse tipo de situação”, 54,1% respondeu que “Não” e 16,2% preferiram não responder. E então o que falta?

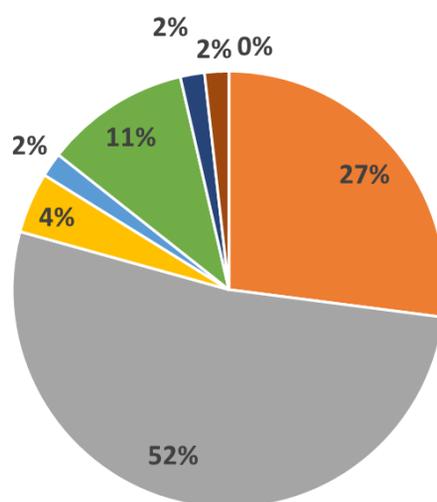
Se não se sente capaz, o que falta?

111 respostas

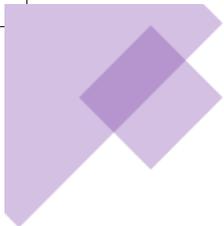


Um indicador que aparece sempre na fala dos profissionais de todas as redes de proteção, como desafio para a ampliação das notificações de violências contra as crianças é o medo de represálias de pessoas do território. Discute-se a importância do trabalho articulado em redes, mas também da importância do sigilo sobre quem realiza as notificações na própria rede. Esse é um cuidado que os profissionais colocam como primordial. Zelar pela vida dos pequenos e pela deles também. É preciso articular estratégias que garantam a proteção infantil mas também a segurança daqueles que cuidam.

Em uma situação de violência doméstica contra crianças, como você atua?



- Não denuncia/notifica, pois é um problema da família
- Aciona o Conselho Tutelar
- Comunica a gestão institucional
- Somente compartilha com a equipe
- Entra em contato com canal de denúncia anônima
- Prefiro não responder
- Todas as opções anteriores
- Outros



Em seu Art. 14. o Marco Legal da Primeira Infância traz:

“As políticas e programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da paternidade e maternidade responsáveis, buscarão a articulação das áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente e direitos humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança.”

§ 1o Os programas que se destinam ao fortalecimento da família no exercício de sua função de cuidado e educação de seus filhos na primeira infância promoverão atividades centradas na criança, focadas na família e baseadas na comunidade.

Portanto, é importante ampliar a compreensão das conexões entre o cuidado dos responsáveis de referência das crianças e as redes de apoio e cuidado na perspectiva do desenvolvimento saudável da criança, inclusive, no sentido ampliar responsabilidade social do cuidado.



Em se tratando de cuidar dos responsáveis, verificamos altos índices de violências sofridas por mulheres - mulheres mães, mulheres avós, mulheres irmãs, mulheres profissionais e cuidadoras. A violência de gênero é um importante marcador social das vulnerabilidades e riscos, tanto para as mulheres quanto para as crianças que estão sob a sua responsabilidade e cuidados. Este é um indicador que devemos combater. Enfrentar as vulnerabilidades que envolvem as mulheres é urgente indicador social para a diminuição das vulnerabilidades infantis, principalmente na Primeira Infância. Desta forma, o Movimento de Mulheres em São Gonçalo em parceria com o Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância realiza o grupo reflexivo com mulheres em situação de violência de gênero e se propõe a contribuir com a redução dos agravos psicológicos, emocionais e/ou físicos das mulheres atendidas pelos projetos desenvolvidos pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo, tendo como eixo norteador uma proposta de cuidado que seja gerador de autocuidados. O autocuidado é um ato de amor e resistência diante dos desafios sociais, culturais e econômicos que subjugam a força e a capacidade das mulheres para a luta, conhecimento, superação, protagonismo e “empoderamento”. Os profissionais da área psicossocial do Movimento de Mulheres acolhem, de forma humanizada e ética, as mulheres e, por esta razão, conhecem as potencialidades, forças e resistências que as usuárias dos serviços apresentam para alcançarem direitos e autonomia emocional e material. Nessa direção, iniciamos o grupo reflexivo com mulheres, no primeiro semestre de 2021, tendo como objetivo superar o machismo, a misoginia e o racismo. Dentre as atividades realizadas destacam-se as experiências e o fortalecimento da autoestima, a autonomia econômica, independência emocional e a construção de estratégias que contribuam para a resolução de problemas diários.

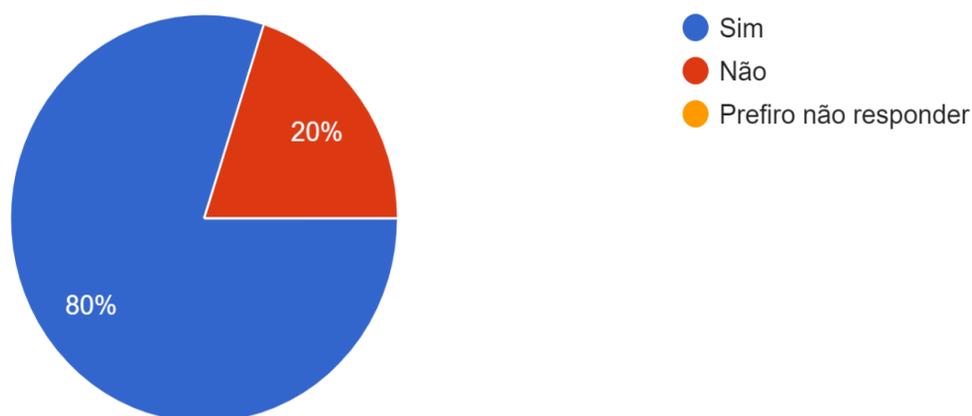


Já realizou 4 ciclos e nestes 30 mulheres participaram. A partir disso, é possível traçar o perfil das participantes e constatar a relevância desse trabalho. Das participantes, 80% já sofreram algum tipo de violência doméstica e/sexual, por mais de 1 vez e longo período de tempo. Nota-se que 25% também sofreram violências domésticas e sexuais na infância, podendo este ser um fator de vulnerabilidade para a repetição no futuro de novas vivências de relações abusivas. 30% fazem uso de medicamentos psiquiátricos devido às situações de violências sofridas. O grupo está representado majoritariamente por mulheres da raça negra - autodeclaradas como pardas e pretas.

Com referência aos tipos de violências sofridas encontram-se a física (60%), Psicológica (60%), Sexual (44%), Moral (44%) e Patrimonial (28%). Segue abaixo os gráficos:

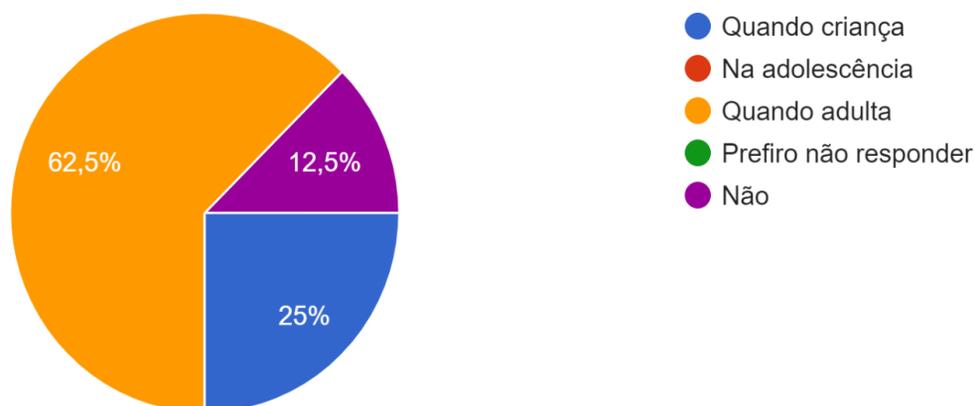
Já sofreu algum tipo de violência?

30 respostas

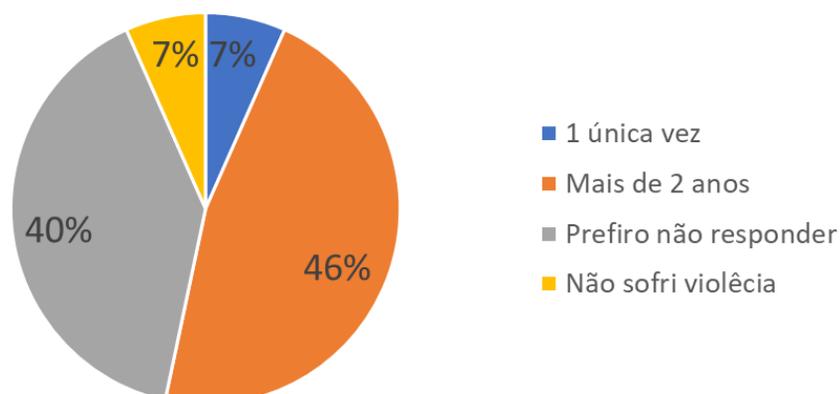


Se sim, quando?

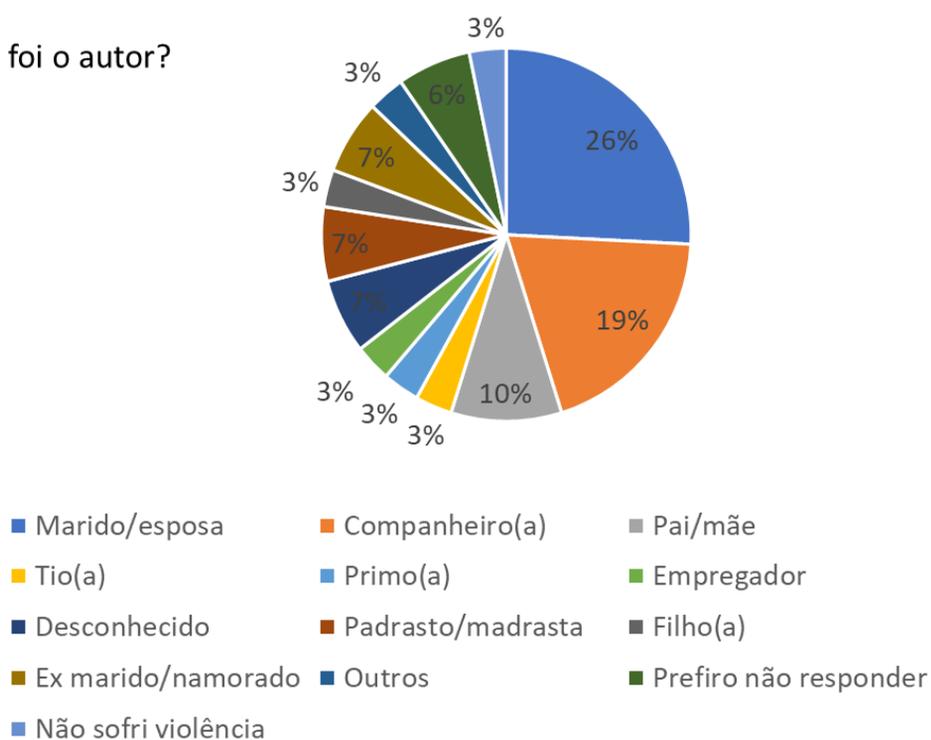
16 respostas



Por quanto tempo?

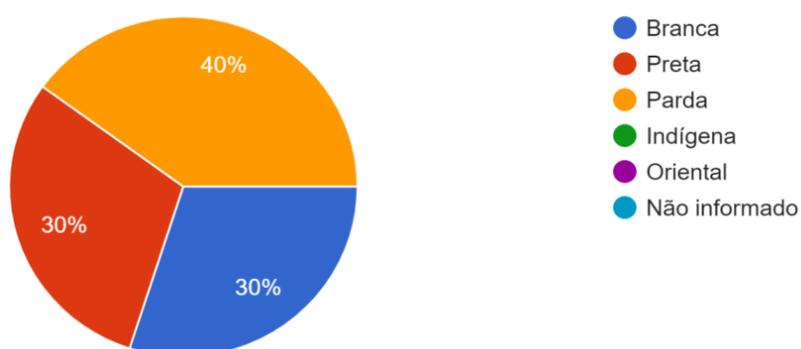


Quem foi o autor?



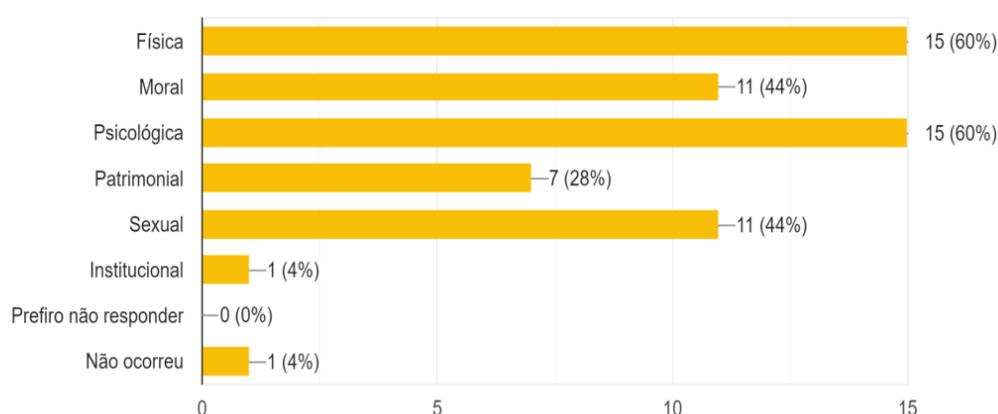
Raça/Etnia

30 respostas



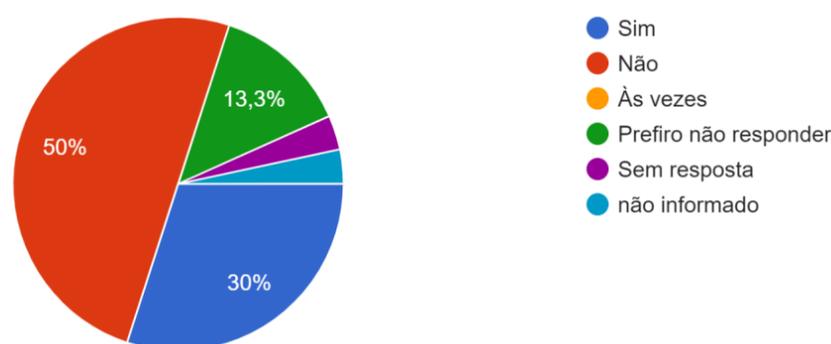
Qual tipo de violência?

25 respostas



Faz uso de medicamento psiquiátrico?

30 respostas



Outro viés é cuidar do masculino. O cuidado paterno e o cuidado masculino na sociedade precisa ser cada vez mais incentivados. Para isto, ações de mobilização para a desconstrução de valores culturais machistas são de extrema relevância. Atualmente, homens apontam nas estatísticas como potenciais agressores domésticos e sociais, tanto de mulheres quanto de crianças e adolescentes. São pessoas geralmente de confiança significativa, e por isso, acabam por trazer grandes prejuízos quando assumem papéis e identidade machistas, de desvalorização e desrespeito aos direitos humanos. No próprio grupo reflexivo citado acima, o homem aparece como o principal agressor das mulheres, principalmente o companheiro com quem convive diariamente e tem filhos.

Cuidar dos homens é também cuidar daqueles que podem cuidar! E aqui falamos homens no plural, mas para marcar a diversidade em relação à masculinidade. Entender que os homens também são potenciais cuidadores de crianças e mulheres! Entender que homens podem estar engajados nas lutas pelo fim das violências e pelo respeito aos direitos humanos daquelas que hoje aparecem como mais vulneráveis! Entender que os homens devem ser sensibilizados para cuidar da própria saúde! É mobilizar para a diminuição de violências domésticas e sexuais, principalmente.

“Existem evidências claras sobre o impacto positivo que o envolvimento dos homens no cuidado tem para a vida de crianças, mulheres e homens, especialmente para a saúde materno-infantil, a saúde e bem-estar dos próprios homens, o desenvolvimento cognitivo da criança e o empoderamento da mulher”.³⁶

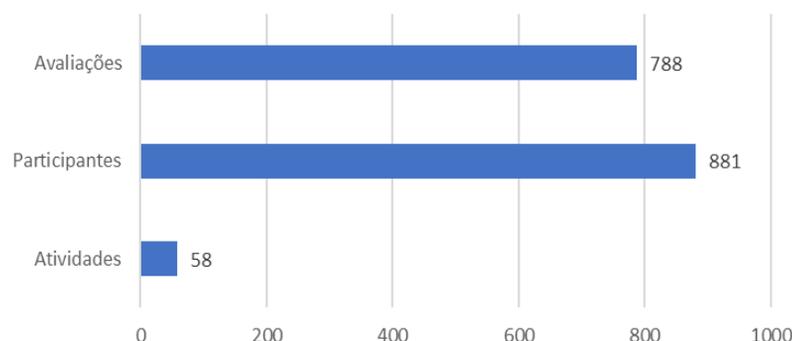
“Quando os homens são envolvidos desde o início na vida das crianças – no planejamento reprodutivo, no pré-natal, na sala de parto, gozando da licença-paternidade quando os filhos nascem, e na educação – estabelecem um padrão de presença positiva ao longo da vida deles”³⁷.

Um dos cuidados fundamentais, presentes na proteção social é o cuidado que deve ser estendido aos homens envolvidos em situações de violências domésticas, um cuidado exposto na Lei 11.340/2006, Art.22, inciso VII - Lei Maria da Penha.

“VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020 que altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial .

O Projeto Tecendo Redes tem avançado nas ações de cuidados com o público masculino, seja sensibilizando-os e mobilizando-os através de informações veiculadas em palestras e rodas de conversa, como também estendendo o atendimento especializado. Assim, até o momento são 114 homens e 767 mulheres alcançadas com informações a respeito da Primeira Infância e Proteção Social, evidenciando o número expressivo do gênero feminino nas funções de cuidados a crianças de 0 a 6 anos de idade.

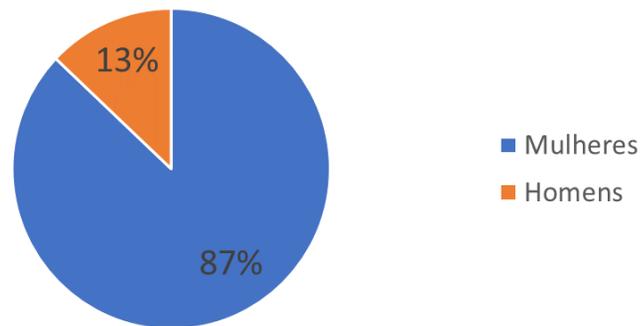
Relação entre quantidade de atividades realizadas, quantidade de participantes e quantidade de avaliações respondidas



³⁶A SITUAÇÃO DA PATERNIDADE NO BRASIL – CONTEXTO, IMPACTOS E PERSPECTIVA. IN:Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Senado Federal. Brasília, 2016. Fonte: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia>. Acesso em 15/11/2022.

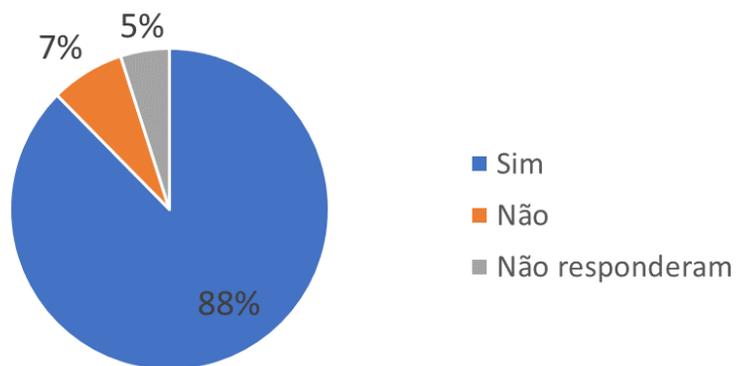
³⁷A SITUAÇÃO DA PATERNIDADE NO BRASIL – CONTEXTO, IMPACTOS E PERSPECTIVA. IN:Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Senado Federal. Brasília, 2016. Fonte: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia>. Acesso em 15/11/2022.

Alcance das ações de cuidados por gênero

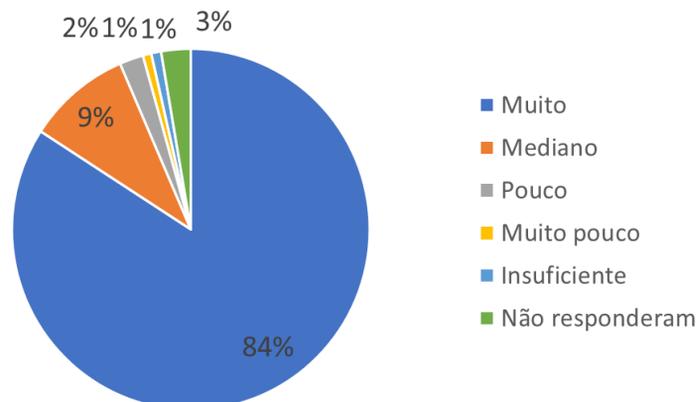


Através das avaliações realizadas pelos participantes de todas as atividades realizadas pelo projeto até então, identificamos que ações de sensibilização tais como palestras, rodas de conversa e oficinas são ações de cuidado daquele que cuida, informando, fortalecendo e transformando. Com isso, as avaliações apontam o nível de satisfação e a valorização dos espaços de formação:

Nível de interesse em participar de outras atividades do projeto

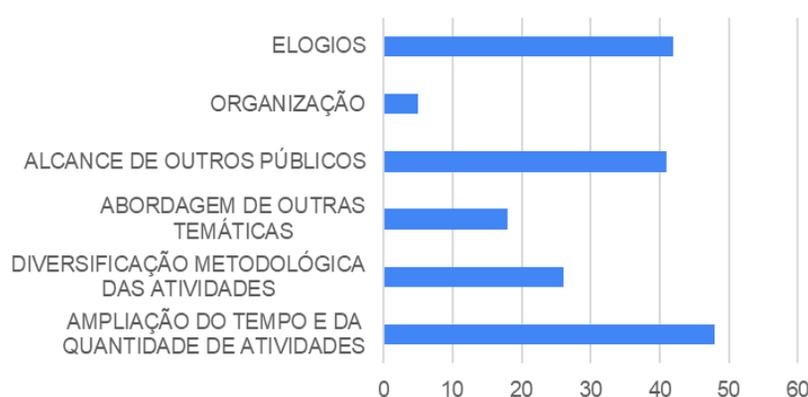


Nível de aquisição de conhecimento do participante com as ações



Cuidar de quem cuida é também se interessar em compreender o que falta para superar expectativas que tem ligação direta com o cuidado dirigido à Primeira Infância. Por isso, as avaliações nos levam a conhecer o que é preciso ampliar nesse sentido no contato com a rede e o trabalho articulado para a proteção social e o enfrentamento às violências.

Considerações dos Participantes das atividades/Cuidadores da Primeira Infância:



Como forma de atender a algumas solicitações feitas pelos participantes e profissionais/cuidadores, principalmente da Educação, dados estes extraídos das fichas de avaliação das atividades realizadas, quantificadas como o indicador “diversificação metodológica das atividades”, entendendo isso como forma de cuidado, colocamos em anexo uma bibliografia especializada para ampliar conhecimentos e incentivar o aprofundamento dos estudos voltados à prevenção de violências e promoção de direitos na Primeira Infância.

4.8 - INTERSETORIALIDADE

A intersectorialidade é um conceito polissêmico que exige um esforço ampliado para o conhecimento dos movimentos, tendências e relações. Desta forma, partimos do pressuposto de que a intersectorialidade depende da integração dos setores que compõem as políticas sociais, de forma que esses possam dispor dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros na busca de atender melhor os sujeitos que lhes demandam atenção/cuidado, principalmente ao que se refere a rede de proteção e garantia de direitos na primeira infância.

Como complementaridade de setores, a intersectorialidade pode ser identificada como a possibilidade de uma nova forma de abordagem das necessidades da população, que prioriza a superação da fragmentação dos usuários, abordando as necessidades destes nas suas diversas dimensões. Sendo assim, a rede de garantia de direitos deve integrar suas diferentes visões da realidade, evitando desta forma, um desenho fragmentado da realidade local e dos sujeitos que passam por cada serviço.

A lei 13.257/2016 que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância, enfatiza a importância de se trabalhar de forma intersetorial tanto no atendimento como na formulação de políticas públicas a esse segmento. A articulação da rede socioassistencial é fundamental para o enfrentamento das diferentes situações de vulnerabilidades e riscos os quais exigem uma intervenção sinérgica, agregadora e totalizante.

Um dos princípios que norteiam as ações do Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância é a intersetorialidade e o trabalho em redes. Nesse intuito, as diversas atividades do projeto foram planejadas visando contribuir para a promoção da intersetorialidade nos municípios beneficiados. Dentre estas atividades destacam-se as consultorias especializadas, estudos de casos, palestras, rodas de conversa e oficinas, ações de sensibilização pelo projeto, desenvolvidas enquanto atividades estratégicas para promoção da integração das instituições para a discussão e reflexão sobre a temática do enfrentamento à violência doméstica e sexual de crianças de 0 a 6 anos de idade nos municípios de Itaboraí e São Gonçalo. O Tecendo Redes na Primeira Infância tem como objetivo o fortalecimento daqueles que atuam na garantia dos direitos infantis através de ações de prevenção e sensibilização da rede de atendimento à primeira infância, sendo ela pública ou privada, com vistas a ampliação de competências técnicas e a promoção de direitos. Dito isto, durante os períodos iniciais de execução do projeto nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, foram realizadas diversas ações com vistas a mobilizar a rede de atendimento sobre a importância da proteção social à primeira infância.

Buscou-se parcerias com os setores públicos a partir das Secretarias Municipais e seus serviços e programas, tais como Secretaria de Educação, Saúde, Assistência Social, Desenvolvimento Social, Segurança Pública, Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Programas e Projetos que atendam à Primeira Infância tais como o Programa Criança Feliz, Programa Família Acolhedora, Programa de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, a fim de promover e fortalecer as redes de proteção, frisando a importância de se estabelecer um fluxo de atendimento intersetorial às vítimas de violência doméstica e/ou sexual, envolvendo os seus atores no debate da prevenção, da proteção e da promoção dos direitos infantis.

Para tal, o projeto Tecendo Redes na Primeira Infância planejou mobilizar a rede de atendimento dos municípios sobre a importância da proteção social à crianças de 0 a 6 anos de idade através das reuniões interinstitucionais e tinha por finalidade alcançar parcerias com os principais órgãos de proteção e implementar estratégias conjuntas para a prevenção das violências e promoção dos direitos infantis.

Na esteira destas ações foi possível perceber que *a mobilização da rede de atendimento sobre a importância da proteção à Primeira Infância, nos dois municípios, São Gonçalo e Itaboraí, foi alcançada* na medida em que o projeto trilhou o caminho da intersetorialidade, promovendo a visibilidade da temática nos diversos setores da política pública municipal, promovendo o debate e a reflexão para o engajamento nas ações do projeto e na proteção social da Primeira Infância.

Dentre os resultados principais do projeto nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí e a mobilização da rede para atenção à Primeira Infância, estão:

01 - Aprovação do Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância para a realização de suas ações pelos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Municipais de Assistência Social:

O projeto foi apresentado ao colegiado e presidência dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e de Assistência Social de São Gonçalo e Itaboraí antes de realizar suas ações, quando foram também esclarecidas aos conselheiros dúvidas acerca da execução, a qual só poderia acontecer após publicação da aprovação em Diário Oficial. O Projeto foi aprovado com louvor na Assembleia Ordinária dos conselhos.

02 - Promoção do debate sobre o Fluxo Intersetorial de Atendimento à Crianças Vítimas de Violência na Primeira Infância:

As evidências - listas de presença, relatórios das atividades, fotos e planilha de monitoramento - mostram que desde o início das reuniões interinstitucionais com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDS/Itaboraí, com a Gestão SUAS, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, o projeto Tecendo Redes na Primeira Infância trouxe para debate a elaboração do fluxo de atendimento à crianças vítimas de violência, para inclusive, inclusão do NEACA Itaboraí nesse fluxo. A proposta foi debatida com estas instâncias do Desenvolvimento Social e aceita. Foi elaborado o organograma do fluxo, debatidas alterações e submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para aprovação. Em São Gonçalo, foi proposta apresentação e debate da temática do Fluxo de Atendimento às crianças Vítimas de Violência na Reunião de Fluxo da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, incluindo assim o Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância como instância de cuidados e proteção na rede. Também, a partir da realização da apresentação do projeto aos setores da Saúde de Itaboraí, foi possível perceber a desarticulação do GT de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Assim, foi sugerido pelo projeto Tecendo Redes na Primeira Infância o retorno das reuniões do GT organizado e articulado pela Coordenação de Saúde da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde, para debate do fluxo intersetorial de atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual. A partir de então, as reuniões do GT estão sendo realizadas nas dependências do NEACA Itaboraí e tem-se discutido o fluxo intersetorial. Esta ação é importante na medida em que a rede passa a ter conhecimento que discutir o fluxo é tornar acessível e articulado o enfrentamento das violências doméstica e sexual de crianças.

03 - Apoio às reuniões do GT de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Itaboraí:

O projeto Tecendo Redes na Primeira Infância sugeriu o retorno das reuniões do GT e a reorganização de suas atividades, apoiando o grupo de trabalho com a cessão do espaço do NEACA Itaboraí, dos equipamentos de áudio visual e com consultorias especializadas e estudos de casos;

04 - Participação na Elaboração dos Planos Municipais da Primeira Infância dos dois municípios:

Fator de extrema relevância é a participação do projeto na elaboração dos Planos Municipais da Primeira Infância nos dois municípios. Em São Gonçalo, que está num estágio mais avançado nessa construção, o Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância, tem participado ativamente a convite, para discussões especializadas no campo das violências e assistência social. Em Itaboraí, o projeto tem sido solicitado para realizar consultoria especializada para orientação da equipe de Conselheiros do CMDCA Itaboraí, que precisa iniciar essa elaboração.

05 - Fortalecimento das Redes de Proteção:

As instituições passaram a realizar encaminhamentos de crianças e familiares para acompanhamento especializado no NEACA Itaboraí, evidenciando assim que o projeto tem visibilidade e credibilidade, bem como aceitação na rede de proteção. O núcleo tem recebido casos encaminhados pelo CEAM (Centro Especializado de Atendimento à Mulher), Programa Criança Feliz, NACA, 71ª Delegacia de Polícia, Conselho Tutelar, CREAS, Educação, Coordenação de Saúde da Criança e do Adolescente.

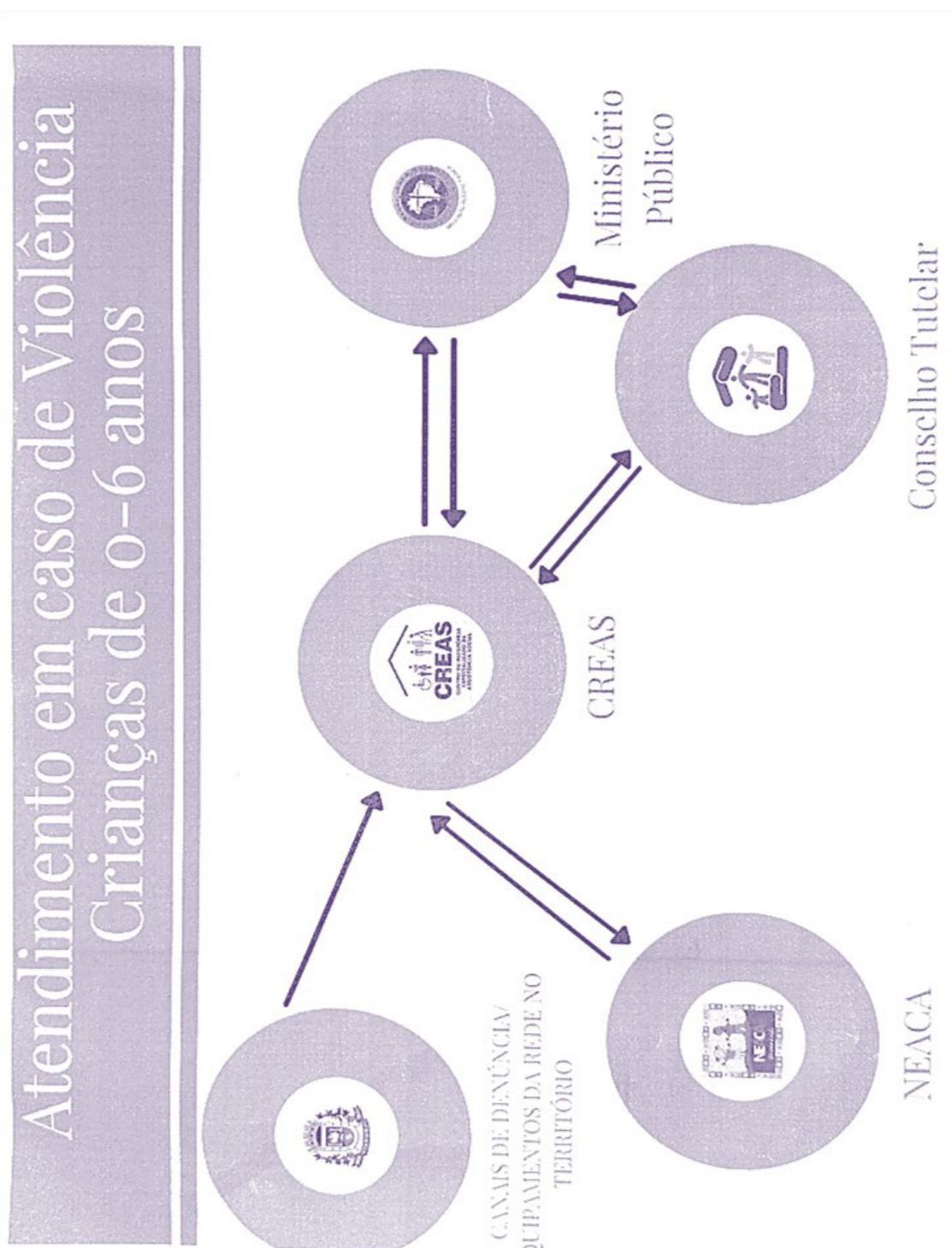
06 - Fortalecimento das medidas de proteção de crianças sob suspeita de violência doméstica e/ou sexual:

O projeto Tecendo Redes na Primeira Infância vem ampliando a visibilidade e o debate para a notificação de casos suspeitos de violência, levando os profissionais e atrizes/atores do Sistema de Garantia de Direitos a repensarem suas práticas e identificarem sinais que levem à suspeitas de violências e/ou violações de direitos infantis. Além disso, orientamos a respeito do Programa NACA que realiza avaliações psicossociais em casos de suspeita e colocamos os nossos núcleos à disposição para acolher e realizar triagem, caso as equipes não se sintam preparadas para realizar os encaminhamentos adequados. Verifica-se que no município de Itaboraí a questão da suspeita de violência é pouco trabalhada, quando no contato com a rede fica evidente que a ação e atuação é restrita aos casos confirmados de violências, ficando assim, a criança em situação de desproteção.

07 - Ampliação de Conhecimentos dos profissionais que compõem as equipes das instituições parceiras:

Através de algumas reuniões interinstitucionais, foi possível identificar necessidades de capacitação profissional de equipes, tais como do Programa Criança Feliz de São Gonçalo, do CEAM Itaboraí, do CRAS Itaoca São Gonçalo, profissionais da Educação e Segurança Pública. Assim, foram construídos Planos de Ação e encaminhados às instituições, tendo em vista estabelecer cronogramas de atividades que contribuam para o aperfeiçoamento profissional na área da Primeira Infância e enfrentamento às violências. O projeto recebeu convites para participação nos eventos da rede, de forma a contribuir tecnicamente para debates que envolviam a garantia de direitos infantis.

Fluxograma para o Atendimento de Crianças Vítimas de Violência Doméstica e Sexual na Primeira Infância elaborado pela Gestão SUAS Itaboraí e submetido ao CMDCA para aprovação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) aponta que as estratégias de enfrentamento às violências domésticas são complexas e exigem um olhar cuidadoso para as famílias em diferentes contextos sociais. Nessa direção, a atuação intersetorial, interseccional e interdisciplinar, deverá permitir a elaboração de um desenho da política pública, a ser apresentado aos gestores e aos Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente, que traduz os primeiros passos que deverão ser dados quando da proposição de políticas voltadas à primeira infância, pois as raízes desse problema são estruturais devido ao fato de a violência ser multifacetada e complexa³⁸.

O mapeamento de dados, realizado junto aos serviços e órgãos que integram os sistemas de garantia de direitos da criança e adolescente dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, permite concluir que é fundamental investir na estruturação da rede de atendimento dedicada à criança, envolvendo a básica como a especial, visando a otimização de recursos, alinhamento do diálogo, fortalecimento dos serviços e ao mesmo tempo ampliação de políticas públicas que assegurem a inclusão social, com respeito às diversidades. As transversalidades de gênero, raça, cor, classe social, deficiências, aspectos geracionais e territórios, precisam ser conhecidas e problematizadas para a superação de qualquer preconceito ou discriminação, cujos alicerces são o racismo e o machismo presentes na estrutura social desses municípios.

Partindo dos pressupostos abaixo, reiteramos a urgência de melhorar a referência e a contrarreferência entre os serviços, seja pública como privada, com vistas a localização de saídas eficientes que venham a impactar positivamente a qualidade de vida de crianças na primeira e primeiríssima infância.

Sendo assim, há de ser considerada a necessidade de sensibilizar e orientar os diversos profissionais, com destaque para as áreas da Segurança Pública, Saúde e Educação. Dentre as demandas levantadas durante as visitas realizadas nas instituições concluímos que as propostas abaixo foram as mais verbalizadas pelos profissionais entrevistados(as), a saber:

- Compreensão e reflexão sobre o racismo estrutural e a conceituação sobre a infância nas escolas;
- Mobilização social dos profissionais para a notificação de casos suspeitos de violências contra a criança;
- Registro e análise da notificação de suspeitas ou confirmações de violências contra crianças enquanto um importante indicador de saúde;
- Necessidade de ampliar conhecimentos acerca das violências psicológicas na Primeira Infância por parte dos profissionais;

³⁸ FONTE: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/13-anuario-2022-maus-tratos-entre-criancas-e-adolescentes-perfil-inedito-das-vitimas-e-circunstancias-desse-crime-no-brasil.pdf> Acesso em 11/12/2022.



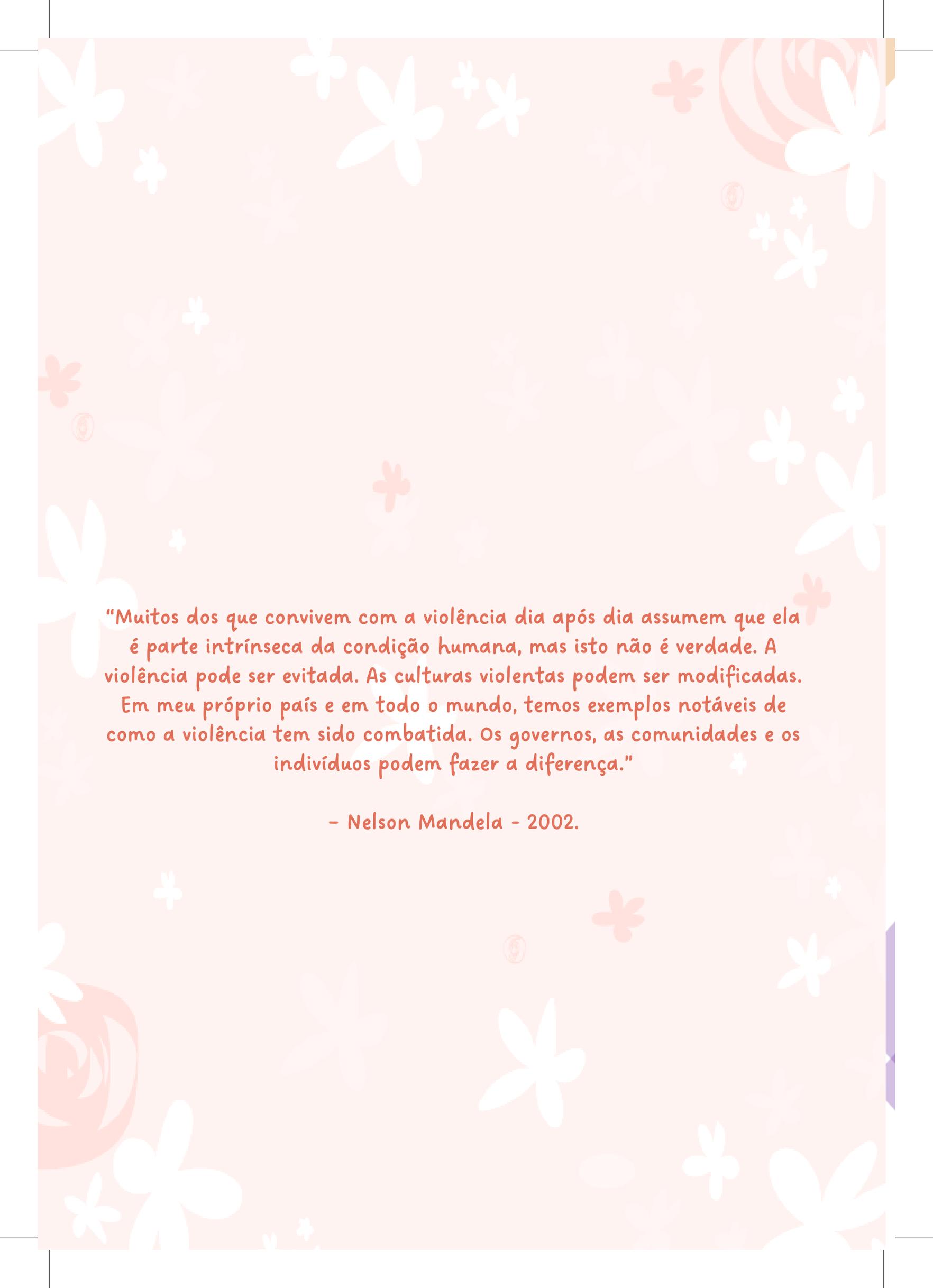
Ao comparar avanços e desafios entre os dois municípios cabe destacar que em São Gonçalo existe um fluxo intersetorial de atendimento aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, bem como reuniões regulares, com a presença das promotorias da infância e juventude, cujo foco é a proteção integral da criança. Em Itaboraí, não existe um fluxo intermunicipal de cuidados com a criança, sendo necessário investir na articulação de todos os serviços que integram o sistema de garantia de direitos da criança

Embora existam trajetórias e articulações distintas entre os dois municípios, resta comprovado que em ambos territórios não há um investimento público capaz de enfrentar as iniquidades sociais que afetam e vulnerabilizam as crianças em sua primeira fase de vida e desenvolvimento. Nessa direção, o guia se propõe a ser uma importante ferramenta para melhor conhecer as dinâmicas e as especificidades de cada território, pois não é possível propor e implementar uma política pública sem o mapeamento da realidade que afeta as crianças em suas singularidades.

Acredita-se que os dados empíricos, disponibilizados neste guia, permitirá uma melhor compreensão dos diversos fatores que ensejam o tratamento que é dispensado às crianças nesses territórios, contribuindo para a reversão dos problemas na medida em que estratégias de superação deverão ser localizadas em defesa de um desenvolvimento saudável.

A equipe responsável pela elaboração deste guia tem como expectativa contribuir com informações confiáveis que venham a definir diagnósticos situacionais, por território, para a definição de prioridades que incluam e protejam as crianças em sua primeira fase de desenvolvimento .

Por fim, em nome do Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância/Movimento de Mulheres em São Gonçalo, agradecemos as contribuições fornecidas pelas equipes profissionais que integram os serviços dedicados à prevenção, proteção, garantia e defesa de crianças na primeira infância dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, acreditando ser possível a erradicação de toda forma de violência que historicamente foi reproduzida e naturalizada em nossa sociedade.



“Muitos dos que convivem com a violência dia após dia assumem que ela é parte intrínseca da condição humana, mas isto não é verdade. A violência pode ser evitada. As culturas violentas podem ser modificadas. Em meu próprio país e em todo o mundo, temos exemplos notáveis de como a violência tem sido combatida. Os governos, as comunidades e os indivíduos podem fazer a diferença.”

- Nelson Mandela - 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS /BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS

ARANTES, E. M. de M.. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2012.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. NOB-RH/SUAS anotada e comentada. 2011. Disponível em: [MIOLO VOLUME 4.indd \(mds.gov.br\)](#)

BRASIL, Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Portaria GM/MS nº 1271/2014. Disponível em: [Ministério da Saúde\(saude.gov.br\)](#)

BRASIL, Ministério da saúde. Notificação de Violência Interpessoal e autoprovocada. Brasília-DF, 2017.

_____, Ministério da Saúde. VIVA: Vigilância de Violências e Acidentes. Brasília - DF. 2017.

DA TRINDADE, Azoilda Loretto. "Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil." *Proposta Pedagógica* (2005): 30.

BARROS, A.S DE ; FREITAS, M. DE F. Q DE. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. *Revista Pensando Famílias*, 19(2), dez. 2015, (102-114).

DA CONCEIÇÃO CORREIA, Marco Aurélio, and Rayanne da Costa Santos. "POR UMA INFÂNCIA QUE REINVENTA O MUNDO—CRUZOS E ENCONTROS ENTRE O ITINERÁRIO PEDAGÓGICO E OS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFROBRASILEIROS." *Cadernos de Educação Básica* 5.2 (2020): 106-125.

DIAS, Lucimar Rosa, Maria Clareth Gonçalves Reis, and Flávia de Jesus Damião. "Educação e relações étnico-raciais para e com bebês e crianças pequenas." *Debates em Educação* 14 (2022): 468-491.

EURICO, Márcia Campos. *Racismo na infância*. Cortez Editora, 2022.

FRANÇA, Dalila Xavier de, and Maria Benedita Monteiro. "A expressão das formas indirectas de racismo na infância." *Análise Psicológica* (2004): 705-720.

FALEIROS, V. de P. *Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Trama, Drama e Trauma*. Serviço Social & Saúde, Campinas, v. 2, n.2, p. 65 -82.

FURNISS, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar – Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

FURQUIM, Luís Otávio Sigaud. Os filhos e o divórcio. In: Revista IOB de Direito de Família. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, v.9, n.47, abri.-maio, 2008, p.77

GABEL, M. Crianças Vítimas de Abuso Sexual. São Paulo, Ed. Summus, 1998.

GOMES, Nilma Lino. "Cultura negra e educação." Revista Brasileira de Educação (2003): 75-85.

_____. "Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra". Autêntica Editora, 2019.

_____. "Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo." Educação e pesquisa 29 (2003): 167-182.

MOVIMENTO DE MULHERES EM SÃO GONÇALO; Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância. Cartilha Infantil Tecendo Redinhas: Uma proposta para a prevenção de violências e promoção de direitos na Primeira Infância para aqueles que lidam com crianças de 3 a 6 anos de idade e podem fortalecer o seu desenvolvimento. 2022. https://www.movimentomulheres.com.br/files/ugd/c00d30_e81321d9c1a6401c84ae0cd4a8216df7.pdf

MOVIMENTO DE MULHERES EM SÃO GONÇALO; Projeto Tecendo Redes na Primeira Infância. Guia de Orientação Profissional Para a Atuação Frente à Violência Doméstica e Sexual Contra Crianças de 0 a 6 anos de idade (Primeiríssima e Primeira Infância), 2022. https://www.movimentomulheres.com.br/files/ugd/c00d30_187ba90fd8a3440d8995101f48483bcb.pdf

PEREIRA, Gabriela de Almeida. "Racismo na infância: como as políticas públicas de valorização da identidade racial auxiliam no combate à discriminação." (2014).

HABIGZANG L. F.; KOLLER S. H. (ORG.) *Violência contra crianças e adolescentes – teoria, pesquisa e prática*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de **racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

JUNQUEIRA, M.F. O abuso sexual da criança e a prática clínica: sexualidade e desamparo. *Psicologia Clínica* 1998/1999.

Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2001, https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/maustratos_sbp.pdf

LAMEGO, Karen de Almeida Paiva, and Isolda Cecilia Bravin. "DESIGUALDADE RACIAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: doi. org/10.29327/211653.6. 11-5." *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação* 6.11 (2020): 42-52.

LEMONS, Flávia Cristina Silveira, et al. "UNICEF,(des) colonidades e infâncias: vidas negras importam." *DENSIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud* 30 (2021): 180-195.

MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA: Lei 13.257/2016. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm

MATOS, Patrícia Modesto, and Dalila Xavier de França. "Socialização étnico-racial e racismo: dos saberes afro-brasileiros e africanos à construção da identidade étnico-racial." *Educar em Revista* 37 (2021).

SILVA JÚNIOR, Hédio, Maria Aparecida Silva Bento, and Silvia Pereira de CARVALHO. "Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial." (2012).

SILVA, Marijany Costa de Miranda. A IMPORTÂNCIA DA NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, FLORIANO, 2018. Disponível em: < [11-MARIJANY TCC.pdf \(unasus.gov.br\)](#)> Acesso em: 21 de nov. de 2022.

SOUSA M. Sônia Gomes, MOREIRA Maria Costa Ignez. Quebrando o silêncio: Disque 100 – Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil/ organizado por Sônia M. Gomes Sousa, Maria Ignez Costa Moreira: Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR; Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

TIBURCIO, EDLEIDE DOS SANTOS. "Racismo e primeira infância: o cabelo crespo e a construção da autoestima da menina negra."

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Incl_Unidade.asp?VEstado=33&VMun=330190

Dossiê Mulher 2021 [livro eletrônico]. -- 16. ed. Rio de Janeiro, RJ : Instituto de Segurança Pública, 2021. -- (Série estudos; 2)

Links para download: <https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf> - Guia de Referência em Escuta Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual: aspectos teóricos e metodológicos. EduCB, Brasília, 2014, 348p.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/536044> - Cuidadores da Primeira Infância: por uma formação de qualidade. Brasília : Senado Federal, Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, 2017, 193p.

[Disque Direitos Humanos \(Disque 100\) — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#)



**TECENDO REDES
NA PRIMEIRA INFÂNCIA**